

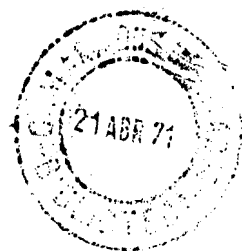
<http://bd.camara.leg.br>

“Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade.”





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DOS SERVIÇOS DE TAQUIGRAFIA
DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E PUBLICIDADE
DOCUMENTOS PARLAMENTARES
CXII



ENERGIA NUCLEAR

Vol. I

(Legislação)



1959



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DOS SERVIÇOS DE TAQUIGRAFIA
DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E PUBLICIDADE
DOCUMENTOS PARLAMENTARES
CXII

ENERGIA NUCLEAR

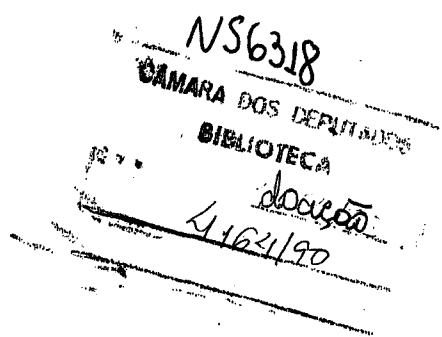
Vol. I

(Legislação)

1959

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
Coordenação dos Estudos Legislativos
SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARLAMENTAR

621.039 (81) (094)
ENERG N
ENERG
V.1



CONCLUÍDA a seqüência desta Coleção dedicada ao problema do petróleo, prosseguimos em nosso programa editorial, desta vez iniciando com o presente volume uma nova série sobre a energia nuclear.

O próprio tema dispensa maiores referências, tal a sua atualidade. Estamos na era atômica. Possuímos jazidas de minérios físseis. Já iniciamos providências que visam a colocar o Brasil na linha dos países dispostos a explorar e a industrializar suas reservas de matéria-prima radioativa.

O plano de divulgação aqui iniciado é tão extenso quanto foi o do petróleo. Não tão vivo quanto aquele, porque em torno da energia nuclear os debates por ora não alcançaram na opinião pública repercussão idêntica. De resto, é compreensível não se ter dado ainda aos problemas físseis importância devida, tais a imaturidade do tema e o relativo desconhecimento da aplicação da energia nuclear nos setores pacíficos da atividade humana.

Reunimos neste volume grande parte da legislação que se ocupa de problemas não só exclusivamente nucleares: também de energia em geral e propriedade do solo.

Cogitamos de divulgar, nos próximos volumes, vasto material de natureza parlamentar, inclusive projetos em debate no Congresso, de tramitação interrompida ou concluída, além de depoimentos prestados perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para Proceder Investigações sobre o Problema da Energia Atômica em funcionamento na Câmara dos Deputados, durante a 3.^a legislatura.

CONSTITUIÇÕES FEDERAIS

Integra das referências à legislação sobre terras e minas de propriedade da União, nas Constituições de 1891 (com emendas de 1926), de 1934, de 1937 e de 1946.

CONSTITUIÇÃO DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891

.....

CAPÍTULO IV

Das atribuições do Congresso

Art. 34 — Compete privativamente ao Congresso Nacional:

.....

29) — Legislar sobre terras e minas de propriedade da União.

.....

TÍTULO II

Dos Estados

Art. 64 — Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

Parágrafo único — Os próprios nacionais, que não forem necessários para o serviço da União, passarão ao domínio dos Estados, em cujo território estiverem situados.

.....

Seção II

Declaração de direitos

Art. 72

§ 17 — O direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude salva a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia.

As minas pertencem aos proprietários do solo, salvas as limitações que forem estabelecidas por lei a bem da exploração deste ramo de indústria.

CONSTITUIÇÃO DE 1891, COM EMENDAS DE 1926

SEÇÃO II

Declaração de direitos

Art. 72

§ 17 — O direito de propriedade mantém-se em tôda a sua plenitude, salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia:

a) — as minas pertencem ao proprietário do solo, salvo as limitações estabelecidas por lei a bem da exploração das mesmas;

b) — as minas e jazidas minerais necessárias à segurança e defesa nacionais e as terras onde existirem não podem ser transferidas a estrangeiros.

.....

CONSTITUIÇÃO DE 16 DE JULHO DE 1934

TÍTULO IV

Da ordem econômica e social

Art. 118. As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d'água, constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

Art. 119. O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, bem como das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei.

§ 1.º As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil, ressalvada ao proprietário preferência na exploração ou co-participação nos lucros.

§ 2.º O aproveitamento de energia hidráulica, de potência reduzida e para uso exclusivo do proprietário, independe de autorização ou concessão.

§ 3.º Satisfeitas as condições estabelecidas em lei, entre as quais a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos, os Estados passarão a exercer, dentro dos respectivos territórios, a atribuição constante d'este artigo.

§ 4.º A lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d'água ou outras fontes de energia hidráulica, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do País.

§ 5.º A União, nos casos prescritos em lei e tendo em vista o interesse da coletividade, auxiliará os Estados no estudo e aparelhamento das estâncias mineromedicinais ou termomedicinais

§ 6.º Não dependem de concessão ou autorização o aproveitamento das quedas d'água já utilizadas industrialmente na data desta Constituição, e, sob esta mesma ressalva, a exploração das minas em lavra, ainda que transitória e suspensa.

CONSTITUIÇÃO DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937

.....

Art. 143 — As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d'água, constituem propriedade distinta da propriedade do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial. O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização federal.

§ 1.º A autorização só poderá ser concedida a brasileiros, ou empresas constituídas por acionistas brasileiros, reservada ao proprietário preferência na exploração, ou participação nos lucros.

§ 2.º O aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida e para uso exclusivo do proprietário independe de autorização.

§ 3.º Satisfeitas as condições estabelecidas em lei, entre elas a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos, os Estados passarão a exercer, dentro dos respectivos territórios, a atribuição constante deste artigo.

§ 4.º Independe de autorização o aproveitamento das quedas d'água já utilizadas industrialmente na data desta Constituição, assim como, nas mesmas condições, a exploração das minas em lavra, ainda que transitòriamente suspensa.

Art. 144 — A lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d'água ou outras fontes de energia, assim como das indústrias consideradas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da Nação.

CONSTITUIÇÃO DE 18 DE SETEMBRO DE 1946

TÍTULO I

Da Organização Federal

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 5.º Compete à União:

XV — Legislar sobre:

1. Riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia elétrica, florestas, caça e pesca.

Art. 6.º A competência federal para legislar sobre as matérias do art. 5.º, n.º XV, letras *b, c, d, f, h, j, l, o* e *r*, não exclui a legislação estadual supletiva ou complementar.

Art. 15. Compete à União decretar impostos sobre:

III — Produção, comércio, distribuição e consumo, e bem assim importação e exportação de lubrificantes e de combustíveis líquidos ou gasosos de qualquer origem ou natureza, estendendo-se esse regime, no que fôr aplicável, aos minerais do país e à energia elétrica.

§ 2.º A tributação de que trata o n.º III terá a forma de imposto único, que incidirá sobre cada espécie de produto. Da renda resultante, sessenta por cento no mínimo serão entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, proporcionalmente à

sua superfície, população, consumo e produção, nos termos e para os fins estabelecidos em lei federal.

.....
Art. 152. As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d'água, constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

Art. 153. O aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei.

§ 1.º As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País, assegurada ao proprietário do solo preferência para a exploração. Os direitos de preferência do proprietário do solo, quanto às minas e jazidas, serão regulados de acordo com a natureza delas.

§ 2.º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida.

§ 3.º Satisfeitas as condições exigidas pela lei, entre as quais a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos, os Estados passarão a exercer nos seus territórios a atribuição constante d'este artigo.

§ 4.º A União, nos casos de interesse geral indicados em lei, auxiliará os Estados nos estudos referentes às águas termominerais de aplicação medicinal e no aparelhamento das estâncias destinadas ao uso delas.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

A Assembléia Constituinte decreta e promulga o seguinte:

.....
Art. 21. Não depende de concessão ou autorização o aproveitamento das quedas d'água já utilizadas industrialmente a 16 de julho de 1934 e, nestes mesmos termos, a exploração das minas em lavra, ainda que transitòriamente suspensa; mas tais aproveitamentos e explorações ficam sujeitos às normas de regulamentação e revisão de contratos, na forma da lei.

**LEIS, DECRETOS-LEIS, DECRETOS,
DECRETOS-LEGISLATIVOS E PORTARIAS ***

* Os textos divulgados obedecem à ordem cronológica.

DECRETO N.º 24.642 — DE 10 DE JULHO DE 1934 *

Decreta o Código de Minas

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o Art. 1.º do Decreto n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930, e:

Considerando que se torna necessário consolidar em um só corpo de doutrina os dispositivos de leis e regulamentos expedidos em diversas épocas e que até esta data vinham regulando a indústria extrativa mineral;

Considerando a imperiosa necessidade de remover os obstáculos e embaraços criados ao racional aproveitamento das riquezas do subsolo, pelo estado legal de condomínio generalizado e outras causas;

Considerando que o desenvolvimento da indústria mineira está na dependência de medidas que facilitem, incentivem e garantam as iniciativas privadas nos trabalhos de pesquisa e lavra dessas riquezas;

Considerando que, com a reforma por que passaram os serviços afetos ao Ministério da Agricultura, está o Governo aparelhado por seus órgãos competentes a ministrar assistência técnica e material, indispensável à consecução de tais objetivos;

Resolve:

Decretar o seguinte Código de Minas, cuja execução compete ao Ministério da Agricultura e que vai assinado pelos Ministros de Estado:

(*) Texto devidamente corrigido, tendo sido anotadas as retificações publicadas no *Diário Oficial* de 15 de outubro de 1934.

CÓDIGO DE MINAS DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO
BRASIL

TÍTULO I

CAPÍTULO I

Jazidas e Minas, sua classificação e aproveitamento

Art. 1.º Para os efeitos dêste Código há de distinguir:

I, *Jazida*, isto é, massas de substâncias minerais, ou fósseis, existentes no interior ou na superfície da terra e que sejam ou venham a ser valiosas para a indústria:

II, *Mina*, isto é, a jazida na extensão concedida, o conjunto dos direitos constitutivos dessa propriedade, os efeitos da exploração e ainda o título e concessão que a representam.

Art. 2.º As jazidas que constituem objeto dêste Código se classificam como segue:

Classe I, dos minérios metálicos em suas jazidas primárias;

Classe II, dos minérios metálicos em jazidas de aluviões de várzeas antigas ou recentes;

Classe III, dos minérios metálicos em aluviões de leitos de rios;

Classe IV, dos minérios e minerais não metálicos em suas jazidas primárias;

Classe V, dos minérios e minerais não metálicos em jazidas de aluviões de várzeas antigas ou recentes.

Classe VI, dos minérios e minerais não metálicos em aluviões de leitos de rios ou em praias de mar;

Classe VII, dos minérios terrosos;

Classe VIII, dos combustíveis fósseis sólidos;

Classe IX, das rochas betuminosas e pirobetuminosas;

Classe X, do petróleo e gases naturais;

Classe XI, das fontes de águas minerais, termais e gasosas.

Parágrafo único. Quaisquer dúvidas relativas à classificação de jazidas serão resolvidas pelo Departamento Nacional da Produção Mineral.

Art. 3.º O aproveitamento das jazidas, quer do domínio público, quer do domínio particular, far-se-á pelo regime de autorizações e concessões instituído neste Código.

§ 1.º Independem de autorização ou concessão do poder público, sem prejuízo do disposto no Art. 89, as minas que estejam sendo lavradas na data da publicação dêste Código, desde que sejam manifestadas na forma e prazo prescritos no Art. 10 e enquanto não cesse a lavra; cessada a lavra, cairão no regime dêste Código.

§ 2.º Também ficam excetuadas as jazidas de substâncias minerais próprias para construção, cujo aproveitamento só dependerá dos respectivos proprietários, observados os regulamentos administrativos.

§ 3.º Quando alguma das substâncias a que alude o parágrafo 2.º, tiver aplicação a qualquer ramo de indústria fabril ou às construções de interesse público, poderá cair no regime de autorizações e concessões instituído neste Código, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral.

§ 4.º Na hipótese prevista no § 3.º, caberá ao proprietário o direito de que trata o Art. 6.º.

§ 5.º As autorizações de pesquisa e concessões de lavra serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil.

§ 6.º Ao proprietário da jazida será assegurada:

- a) preferência para a respectiva lavra;
- b) ou uma razoável co-participação nos lucros quando a lavra fôr concedida a outrem.

CAPÍTULO II

Propriedades das Jazidas e Minas

Art. 4.º A jazida é bem imóvel e tida como coisa distinta e não integrante do solo ou subsolo em que está encravada. Assim, a propriedade da superfície abrangerá a do subsolo na forma do direito comum, excetuadas, porém, as substâncias, minerais ou fósseis, úteis à indústria.

§ 1.º A propriedade mineral reger-se-á pelos mesmos princípios da propriedade comum, salvo as disposições especiais dêste Código.

§ 2.º As jazidas de substâncias minerais próprias para construção, enquanto na forma dêste Código estejam fora do seu regime (Art. 3.º, § 2.º), seguem o do direito comum em tôda a sua extensão.

Art. 5.º As jazidas conhecidas pertencem aos proprietários do solo, onde se encontrem, ou a quem fôr por legítimo título.

§ 1.º As jazidas desconhecidas, quando descobertas, serão incorporadas ao patrimônio da nação, como propriedade imprescritível e inalienável.

§ 2.º Só serão consideradas conhecidas, para os efeitos dêste Código, as jazidas que forem manifestadas ao poder público na forma e prazo prescritos no Art. 10.

Art. 6.º O direito do proprietário sôbre a jazida limita-se à preferência na concessão da lavra ou à co-participação que êste Código estipular, nos resultados da exploração.

Parágrafo único. No caso de condomínio só terá lugar o direito de preferência à concessão da lavra se houver acôrdo entre todos os condôminos; na hipótese contrária, bem como no caso da propriedade em litígio, só subsistirá o direito de co-participação nos resultados da exploração, entendendo-se por proprietário, para êsse efeito, o conjunto dos condôminos.

Art. 7.º O direito do concessionário de lavra é o de uma propriedade resolúvel na forma da concessão e dêste Código.

Parágrafo único. Quando o concessionário fôr o proprietário da jazida, resolvida a propriedade, subsistirá o seu direito à co-participação nos resultados da exploração.

Art. 8.º Numa mina em atividade consideram-se ainda imóveis, além da jazida, e parte integrante dela:

I, as coisas destinadas à exploração, com o caráter de perpetuidade, como as construções, máquinas, aparelhos, instrumentos;

II, os animais e veículos empregados no serviço interior da concessão, seja superficial ou subterrâneo;

III, as provisões necessárias para os trabalhos que se levam na mina, pelo prazo de cento e vinte (120) dias.

Art. 9.º A mina *pro-derelicto* ou extinta na concessão por qualquer das causas previstas neste Código, é dada por acabada e considerado extinto o seu anterior registro, podendo ser concedida a outro empresário pelo poder público.

Art. 10. Os proprietários das jazidas conhecidas e os interessados na pesquisa e lavra delas por qualquer título válido em direito serão obrigados a manifestá-las dentro do prazo de um (1) ano contado da data da publicação dêste Código e na seguinte forma:

I, terão que produzir, cada qual por si, uma justificação no juízo do fôro da situação da jazida, com assistência do órgão do ministério público, consistindo dita justificação, para uns e outros, na prova da existência, natureza e condições da jazida por testemunhas dignas de fé, e da existência, natureza e extensão dos seus direitos sôbre a jazida por documentos com eficácia probatória, devendo entregar-se à parte os autos independentemente de traslado;

II, terão que apresentar ao Govêrno Federal a justificação judicial de que trata o n.º I e mais os dados sôbre a existência, natureza e condições da jazida de que se ocupam os números seguintes.

III, em se tratando de mina:

a) estado, comarca, município, distrito e denominação das terras em que está situada a mina;

b) breve histórico da mina, desde o início da exploração, ou, pelo menos, nos últimos anos;

c) breve descrição das instalações e obras de arte, subterrâneas e superficiais, destinadas à extração e ao tratamento do minério;

d) quantidade e valor dos minerais ou dos metais extraídos e vendidos anualmente, desde o início da exploração, ou, pelo menos, nos últimos anos;

e) nome da empresa que a explora e a que título;

f) nome ou nomes dos proprietários do solo;

IV, em se tratando de jazida:

a) estado, comarca, município, distrito e denominação das terras em que está situada a jazida;

b) natureza da jazida, descrita em condições de poder ser esta classificada de acôrdo com o Art. 2.º;

c) provas da existência da jazida, a saber: um caixote com amostras do minério (em garrafas, se se tratar de substâncias líquidas ou gasosas), planta da jazida (embora tosca, mas de preferência em escala métrica), e, sendo possível, relatórios, pareceres, fotografias e mais esclarecimentos sôbre a existência da jazida;

d) modo de ocorrência da jazida, isto é, descrição (quanto mais minuciosa, melhor) da jazida e seus arredores, e a área, embora aproximada, em metros quadrados, ocupada pela jazida ou seus afloramentos, onde quer que o minério seja notado à simples vista ou por escavações superficiais;

e) situação topográfica da jazida, isto é, distância e obstáculos de comunicação a vencer entre a jazida e o caminho mais próximo, natureza dêsse caminho e sua distância até encontrar o ponto mais acessível servido por estrada de ferro ou de rodagem ou por pôrto de embarque em rio ou mar, e, sendo possível, uma planta (embora tosca, de preferência em escala métrica) que represente o que acaba de ser dito;

f) nome ou nomes dos proprietários do solo e dos interessados na jazida a outro título que não o de propriedade, e a que título o são.

Art. 11. O proprietário ou interessado que não satisfizer as exigências do Art. 10 perderá *ipso facto* todos os seus direitos sôbre a jazida, que será considerada desconhecida na forma do § 2.º do Art. 5.º.

Art. 12. O proprietário ou interessado que satisfizer, dentro do prazo legal, as exigências do Art. 10, terá direito à concessão de lavra da jazida pertinente ao seu caso, precedida da autorização de pesquisa, se houver necessidade.

§ 1.º Esses títulos estão sujeitos ao mesmo processo e condições dos títulos ordinários.

§ 2.º Quando concorrerem o proprietário e o interessado, a concessão ou autorização será comum aos dois, entendendo-se substebelecidas em dita concessão ou autorização as relações jurídicas existentes entre ambos, se não chegarem a novo acôrdo.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

Autorização de pesquisa

Art. 13. O direito de pesquisar substâncias minerais no território nacional, seja em terras do domínio público, seja em terras do domínio particular, institui-se por autorização do Govêrno da União, salvo os casos previstos no Título VI e legalmente instituído impõe-se ao proprietário ou possuidor do prédio onde se haja de efetuar a pesquisa.

Art. 14. Por pesquisa entendem-se os trabalhos necessários para o descobrimento da jazida e o conhecimento do seu valor econômico, e abrangerão duas fases distintas:

I, a de prospecção, ou seja, os trabalhos de reconhecimento geológico e mais investigações feitas à superfície; e

II, a de pesquisa propriamente dita, ou seja, os trabalhos no subsolo, desde as escavações superficiais até os furos de sonda e abertura de poços e galerias.

Art. 15. Os proprietários ou possuidores do solo são obrigados, contra reparação integral e prévia do dano, a permitir sejam executados os trabalhos de pesquisa, sendo que os de prospecção, inclusive medições, levantamentos de planta, colheita de amostras e outros semelhantes, independem de indenização.

§ 1.º O dano, não havendo acôrdo entre as partes, será fixado por perícia de arbitramento e só será imputável ao autorizado quando êste começar os trabalhos de pesquisa propriamente dita.

§ 2.º O arbitramento será regulado na forma do sistema instituído no Decreto n.º 737, de 25 de novembro de 1850, permitidos, todavia, embargos à sentença que o julgar, de qualquer natureza, e especialmente embargos consistentes em ter sido excessiva ou insuficiente a avaliação, embargos êsses que serão processados e julgados conforme o direito comum que rege as praças em execução de sentença, cabendo agravo da sentença que o julgar e não ficando, portanto, livre às partes o recurso à via ordinária.

§ 3.º Fixado como coisa julgada o valor da indenização e satisfeito o pagamento, ou mediante aceitação dêle e quitação dada

pelo credor, ou, no caso de recusa do credor e em outros que a lei permite, mediante o depósito em pagamento da quantia correspondente, feito a requerimento do interessado e com citação do credor, os embargos admissíveis a depósito desta espécie na forma do direito comum e que forem aceitos, até serem julgados, não terão efeito suspensivo nos trabalhos de pesquisa se o embargado prestar fiança idônea, nos autos, à sua responsabilidade.

Art. 16. As autoridades locais administrativas, a requerimento do interessado e devidamente instruídas, quer na fase de prospecção, quer na fase de pesquisa propriamente dita depois da consignação judicial (depósito em pagamento) a que alude o parágrafo 3.º do artigo anterior, são obrigadas a prestar mão forte ao autorizado, havendo necessidade, para a consecução dos seus fins, ou seja a execução dos trabalhos.

Art. 17. Ao autorizado que ultimar os trabalhos de pesquisa fica assegurado o direito à concessão da lavra, na forma dos Arts. 21 a 24.

Art. 18. A autorização ou direito de pesquisar será concedido a requerimento do interessado, por intermédio do Ministério da Agricultura, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral, salvo os casos previstos no Título VI.

§ 1. Será expedida por decreto, no qual se nomearão as propriedades superficiais por ela atingidas ou se designará, por limites ou confrontações, a superfície que fôr.

§ 2.º O pretendente fornecerá os dados necessários para o preenchimento da formalidade anterior e indicará as substâncias minerais que pretende pesquisar.

§ 3. Justificará, se o Govêrno entender, que os indivíduos a serem encarregados dos trabalhos têm para êles as necessárias habitações, bem como a suficiência de fundos de que dispõem.

§ 4.º O título, que será uma via autêntica do decreto de autorização, pagará, de sêlo, a quantia que, na forma da lei, fôr fixada no mesmo decreto.

§ 5.º Só será válido depois de transcrito no respectivo registro (Art. 83, letra b), após o pagamento do sêlo.

Art. 19. A autorização será concedida nas seguintes condições:

I, o título será pessoal e somente transmissível no caso de herdeiros necessários e cônjuge sobrevivente bem como no de sucessão comercial.

II, a autorização durará dois (2) anos, podendo ser renovada na conformidade do Art. 20, e o campo da pesquisa será delimitado, não podendo exceder à área marcada no regulamento.

III, a pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submetido à aprovação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral.

IV, o Governo fiscalizará a execução do plano, podendo mesmo orientar melhor a marcha dos trabalhos.

V, na conclusão dos trabalhos, sem prejuízo de quaisquer informações pedidas pelo Governo no curso dêles, o autorizado apresentará um relatório circunstanciado acompanhado de perfis geológicos e plantas, onde sejam indicados com exatidão os cortes que se houverem feito no terreno, o máximo da profundidade que houverem atingido os trabalhos de pesquisa, e a inclinação e direção do veio ou depósito que se houver descoberto, bem como de outros esclarecimentos que se tornarem necessários para o reconhecimento e apreciação da jazida.

VI, dos minérios e materiais extraídos, o autorizado não poderá utilizar-se senão de pequenas quantidades, suficientes para análises e ensaios industriais, só podendo dispor do mais depois de iniciada a lavra.

VII, as pesquisas em leitos de rios navegáveis ou fluviáveis só poderão ser concedidas sem prejuízo ou com ressalva dos interesses da navegação ou flutuação, sujeitando-se, portanto, o autorizado às exigências que lhe forem impostas neste sentido pelas autoridades competentes.

VIII, as pesquisas nas proximidades das fortificações, das vias públicas, das estradas de ferro, dos mananciais de água de alimentação, ou dos logradouros públicos, somente serão permitidos com assentimento e especial fiscalização das respectivas autoridades.

IX, serão respeitados os direitos de terceiros, ressarcindo o autorizado danos e prejuízos que ocasionar, a quem de direito, e não

respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao título, da oposição dos ditos direitos.

Art. 20. Três (3) meses antes de expirar o prazo da autorização, poderá o Governo renová-la e marcar novos limites ao campo da pesquisa, quando o autorizado o requerer, precedendo consulta ao Departamento Nacional da Produção Mineral sobre a importância dos trabalhos que se tiverem empreendido.

Art. 21. Terminado o prazo da autorização ou o da sua renovação, quando houver, o autorizado que quiser assegurar o seu direito à concessão da lavra, terá que preencher as seguintes condições:

I, apresentar ao Governo, dentro de um (1) mês, o relatório final a que se refere o n.º V do Art. 19, acompanhado de amostras da substância mineral pesquisada, e de uma descrição da localidade e posição da jazida, com indicação do terreno que pretende seja reservado;

II, requerer, juntamente, que o Governo mande verificar, à custa do requerente, a exatidão do relatório e o resultado obtido.

Art. 22. Satisfeitos êstes requisitos, o Governo fará verificar pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, e à custa do requerente, a existência do depósito, a natureza e riqueza do minério, e as suas principais condições no seio da terra.

Art. 23. Se o resultado da pesquisa não fôr satisfatório a juízo do Governo e ao pesquisador não convier ultimar os trabalhos, a jazida ficará livre e desembaraçada de qualquer ônus em relação ao pesquisador; se o resultado fôr satisfatório, o Governo passará certidão dos direitos adquiridos pelo pesquisador, à vista do parecer do Departamento Nacional da Produção Mineral, declarando-se os limites que deverá ter a concessão da lavra.

Art. 24. Conceder-se-á ao pesquisador um (1) ano para se habilitar.

§ 1.º Se durante êsse tempo não tiver alcançado a organização de uma sociedade ou os meios necessários para a lavra, o Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral, decretará a disponibilidade da jazida pesquisada para quem a quiser lavrar.

§ 2.º Será arbitrado neste caso um prêmio ao pesquisador e designados os outros encargos que tenham de ser satisfeitos pela sociedade ou particular, que obtiver a lavra.

Art. 25. Se o Governo houver cooperado com o autorizado nos gastos e trabalhos de pesquisa, será reembolsado das despesas em justa proporção e pelo modo que se estipulará no título de concessão de lavra.

Parágrafo único. Entende-se que se o Governo fizer só os trabalhos de pesquisa, será integralmente indenizado das despesas pelo concessionário da lavra, seja este o autorizado ou outro; em prejuízo, todavia, do que se preceitua no parágrafo único do artigo seguinte. Na hipótese deste parágrafo, ao autorizado não caberá nenhum prêmio, se não se habilitar à lavra na forma do Art. 24.

Art. 26. Quando o Governo pesquisar em terras do domínio alheio, públicas ou particulares, sem que seja demandado por qualquer dano causado, o proprietário das terras gozará do direito de preferência para a concessão da lavra, se entrar com o seu requerimento dentro de seis (6) meses contados da data em que o Governo houver comunicado resultado e conclusão das pesquisas.

Parágrafo único. O proprietário, requerendo a lavra, indenizará o Governo na forma do artigo anterior e não na do seu parágrafo, levando-se em conta o dano e a ocupação da sua propriedade motivados pela pesquisa.

CAPÍTULO II

Abono, caducidade e anulação da autorização de pesquisa

Art. 27. Considera-se abandonada a autorização:

I se o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros meses contados da data da autorização;

II se interromper os trabalhos depois de iniciados por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juízo do Governo;

III se não apresentar o plano dos trabalhos em tempo útil para poder dar início à sua execução dentro do prazo a que alude o número I;

IV se findo o prazo da autorização, sem ter sido renovada, não apresentar, dentro de um (1) mês, o relatório final, nas condições

especificadas no n.º V do Art. 19; e o mesmo ao fim do tempo da renovação.

Parágrafo único. A autorização abandonada importará caducidade, que será motivada e declarada por decreto, sem indenização e independentemente de interpelação judicial.

Art. 28. Se o autorizado infringir o n.º I ou o n.º VI do Art. 19, ou não se submeter às exigências de fiscalização, principalmente as resultantes dos ns. III, VII e VIII do mesmo artigo, será anulada a autorização, sendo a anulação motivada e declarada por decreto, sem indenização e independentemente de interpelação judicial.

Art. 29. Antes de o Governo decretar a caducidade da autorização motivada por abandono, a matéria do motivo será aduzida e processada administrativamente, sendo intimada a parte a, dentro de quinze (15) dias, apresentar contestação. Se a parte não fizer oposição ou se os motivos e causas por ela oferecidos e postos em prova, não ilidirem a imputação do abandono e as provas já produzidas ou que forem produzidas, o Ministro da Agricultura pronunciará a caducidade em despacho motivado.

Parágrafo único. Será observado o mesmo processo com referência à anulação da autorização.

TÍTULO III

CAPÍTULO I

Concessão de lavra

Art. 30. Entende-se por lavra todos os trabalhos executados para extração de substâncias minerais, e bem assim o seu beneficiamento *in loco*.

Art. 31. Só será feita a concessão de lavra se a jazida estiver pesquisada com resultado satisfatório, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral.

Art. 32. A empresa social ou individual que pretender a concessão de lavra de determinada jazida deverá dirigir um requeri-

mento, por intermédio do Ministério da Agricultura, em que apresente:

I certidão da situação e natureza da jazida passada pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, com a nota de que a mesma pode ser lavrada, feitas as respectivas diligências à custa do interessado;

II os documentos com que prove ter os fundos precisos para a lavra;

III os estatutos da sociedade, havendo-a, e as provas de sua existência e funcionamento legais.

Art. 33. Admitido o requerimento, o Governo ordenará:

I a publicação no *Diário Oficial* de editos, em que sejam claramente definidas a situação e dimensões da superfície a conceder, as suas confrontações, a natureza da jazida e incorporada a petição do interessado;

II a comunicação dos editos ao juiz competente, onde estiver a jazida, a fim de que os faça publicar como citações editais aos interessados a quem a concessão possa prejudicar, para que, dentro do prazo de noventa (90) dias apresentem suas reclamações.

Art. 34. Findo o prazo das citações editais, se não houver reclamação ou se o juiz a julgar improcedente, comunicará o ocorrido ao Governo para que este resolva sobre a concessão da lavra.

Art. 35. Decorridos três (3) meses depois da publicação dos editos do Governo e das citações do juiz, e resolvidas tôdas as reclamações, se a pretensão fôr despachada favoravelmente, lavrar-se-á um título provisório, em que se regulam os direitos do pesquisador da jazida, se não tiverem sido por convenção, e de um modo geral as obrigações e outros encargos do concessionário, indicando-se aproximadamente os limites que deverá ter a concessão.

Art. 36. A demarcação provisória deste terreno será feita pelo engenheiro que tiver de dirigir os trabalhos de lavra, à vista de um comissário do Governo, procedendo-se no dia, previamente designado para este fim, do modo seguinte:

I far-se-á por linhas retas, qualquer que seja a configuração do solo;

II fixar-se-ão no terreno estacas bem visíveis para indicar as linhas de demarcação;

III lavrar-se-á auto, assinado pelo engenheiro e legalizado pelo comissário do Governo, em que conste circunstancialmente tudo quanto se tiver praticado naquele ato, exprimindo com exatidão cada uma das linhas de demarcação e os pontos ocupados pelas estacas fixadas para as indicar.

Art. 37. Demarcado o campo da concessão remeter-se-á ao Ministério da Agricultura, no preciso termo de quinze (15) dias, o auto original, acompanhando:

I uma nota das condições especiais que devem impor-se à concessão;

II as servidões e desapropriações necessárias ao empreendimento da lavra;

III as oposições apresentadas no ato da demarcação, que não tiverem ficado definitivamente aplanadas.

Art. 38. Seis (6) meses depois da data do título provisório, o concessionário apresentará em duplicata a planta do terreno da concessão levantada na escala de 1 por 1.000 a 1 por 10.000; sôbre ela traçará o plano geral dos trabalhos de lavra, que houver de seguir-se, e bem assim os pontos e linhas, que determinem precisamente os limites da concessão. Da planta, depois de verificada e rubricada pelo comissário do Governo e aprovada, se juntará um exemplar ao decreto de concessão de lavra, e se dará o outro ao concessionário.

Art. 39. O concessionário deverá confiar a direção dos trabalhos de lavra a profissional de idoneidade reconhecida pelo Governo mediante apresentação de documentos comprobatórios.

Parágrafo único. Para ser admitido como engenheiro de minas é necessário ter as habilitações teóricas em alguma escola de minas ou mostrar, por documentos autênticos, que exercitou as funções dêste cargo, dirigindo pelo espaço de dois (2) anos, pelo menos, um estabelecimento de mineração em lavra ativa.

Art. 40. Preenchidas as exigências contidas nos Arts. 37 a 39, o Governo, precedendo parecer do Departamento Nacional da Produção Mineral, resolverá sucessivamente:

I sôbre os quesitos do Art. 37;

II sôbre a idoneidade do engenheiro proposto;

III sôbre a planta do terreno da concessão e o plano geral dos trabalhos.

Art. 41. Quando a resolução de que trata o artigo anterior estiver concluída, comunicar-se-ão ao concessionário as condições da concessão e, sendo por êle aceitas, passar-se-á o título definitivo dela.

§ 1.º O título, que será expedido por decreto, por intermédio do Ministério da Agricultura, será uma via autêntica do mesmo decreto e pagará de sêlo a quantia que fôr fixada, na forma da lei.

§ 2.º Só será válido depois de transcrito no respectivo registro (Art. 83, letra c), após o pagamento do sêlo.

Art. 42. Expressar-se-ão no título as condições com que se faz a concessão; estas condições podem ser gerais ou acidentais. As condições gerais são as seguintes:

I lavrar a jazida de acôrdo com o plano preestabelecido, organizado pelo concessionário e submetido à aprovação do Govêrno, com todos os elementos necessários para a sua devida apreciação pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, com prazo marcado para o início de sua execução;

II executar os trabalhos de mineração, conforme as regras da arte, submetendo-se os empresários, empregados e trabalhadores às regras de polícia que marquem os regulamentos;

III responder por todos os danos e prejuízos que, por causa direta ou indireta da lavra, possam resultar a terceiro;

IV dar início à lavra dentro do prazo de um (1) ano, contado da data do decreto de concessão, ficando salva a circunstância de força maior, plenamente justificada e aceita pelo Govêrno.

V ter a mina em estado de lavra ativa;

VI dar as providências necessárias, no prazo que lhe fôr marcado, quando a mina ameace ruína, pela má direção dos trabalhos;

VII não dificultar ou impossibilitar por uma lavra ambiciosa, o ulterior aproveitamento da jazida;

VIII não suspender os trabalhos da mina com intenção de abandonar, sem dar antes parte ao Govêrno, e deixar a sustentação dos trabalhos em bom estado;

IX pagar, na forma da lei:

a) ao proprietário da mina ou jazida, uma percentagem da produção efetiva da mina ou do valor dessa produção, à escolha do proprietário;

b) igual quota ao Governo da União, nas mesmas condições enquanto durar a lavra, ou o duplo dessa quota, se o concessionário fôr o proprietário da jazida ou mina;

X satisfazer:

a) pelos produtos da mina, os direitos do pesquisador, sob a forma que fôr arbitrada pelo Governo ou convencionada pelos interessados;

b) pela mina e seus produtos, os impostos que estabelecem ou estabelecerem as leis, na conformidade do Art. 84;

XI enviar ao Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, nas épocas que lhe forem marcadas relatórios sôbre os trabalhos feitos no período anterior;

XII não admitir novo engenheiro para dirigir os trabalhos de lavra, sem licença do Governo, precedendo informação do Departamento Nacional da Produção Mineral;

XIII estabelecer as obras necessárias para a segurança e salubridade das povoações ou dos operários;

XIV executar as obras que se prescreverem para evitar o extravio de águas e das regas, ou para secar as acumuladas nos trabalhos e que possam ocasionar danos e prejuízos aos vizinhos;

XV não extrair do solo senão as substâncias úteis indicadas no decreto de concessão e aquelas que se acharem com elas associadas no mesmo depósito;

XVI tolerar, no campo da concessão, trabalhos de pesquisa de outras substâncias úteis, quando o Governo julgar conveniente autorizá-los;

XVII a concessão perdurará enquanto fôr mantida em franca atividade a lavra, e a sua superfície não poderá exceder a área máxima marcada no regulamento para cada classe de jazidas;

XVIII a concessão não pode transmitir-se sem aprovação do Governo, salvo no caso de herdeiros necessários e cônjuge sobrevivente, bem como no de sucessão comercial;

XIX a concessão fica sujeita às condições de nulidade, caducidade e extinção que o Código prescreve.

§ 1.º Entende-se por produção efetiva de uma mina a que realmente fôr extraída e tratada para venda, e por valor dessa pro-

dução o que constar das contas de venda da mesma produção, isto é, o líquido dessas contas.

§ 2.º As obras a que se referem os ns. XIII e XIV serão as que ordenarem as autoridades locais, e no caso de não assentimento do empresário, as que ordenar o Governo Federal, ouvidos os Departamentos Nacionais da Produção Mineral e da Saúde Pública, sem prejuízo das sanções em que possa ter incorrido o concessionário por infração da legislação local.

Art. 43. Além das condições gerais expressas no artigo anterior poderão impor-se, segundo os circunstâncias particulares da jazida ou mina, alguma ou algumas condições acidentais, como, por exemplo, as seguintes:

I sofrer a intervenção da autoridade militar nas minas que se achem situadas dentro de 1.320 metros (600 braças) de distância de praça de guerra e postos fortificados, e nos trabalhos de investigação, que se houverem de fazer por poços e galerias, os quais não podem abrir-se sem permissão do Ministério da Guerra, dentro das mesmas distâncias.

II observar as prevenções que lhe prescreverem as autoridades locais, quando os trabalhos da mina se houverem de executar dentro da zona de 33 metros (15 braças) aos lados das estradas, caminhos e canais. Sobre estas obras, no caso de não estar de acôrdo o empresário da mina, observa-se-á o prescrito no § 2.º do artigo anterior.

Parágrafo único. Ainda poderão expressar-se, no decreto de concessão, condições especiais convencionadas, em cada caso concreto, com os concessionários, bem como os favores concedidos pelo Governo, de acôrdo com a legislação em vigor.

Art. 44. Resistindo o concessionário a admitir alguma ou algumas das condições gerais ou acidentais, publicar-se-á imediatamente no *Diário Oficial*, declarando-se a condição não admitida. Se em consequência dessa publicação, alguma companhia ou particular quizer tomar a lavra com a mesma condição, instruir-se-á o processo do modo seguinte:

I recebido o requerimento do novo pretendente, intimar-se-á por escrito o concessionário que resistiu à condição, para que, no prefixado termo de quinze (15) dias, declare se desiste da contradição à condição ou condições que recusou, ou do direito à concessão.

Se não responder dentro dêsse termo, o seu silêncio considerar-se-á desistência do direito:

II recebida a resposta do concessionário, ou decorrido o indicado termo sem se dar a resposta, o Govêrno, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral, resolverá acêrca da concessão ao novo pretendente com indenização das despesas feitas pelo primeiro concessionário.

Art. 45. O campo de uma concessão não pode ser repartido, tanto com relação aos seus concessionários, como com referência a terceiros adquirentes. Nem os concessionários, nem terceiros podem lavrar uma parte do campo ou da jazida, independentemente do plano geral de lavra, salvo no caso em que ulteriormente se conheça que se pode dividir o campo em duas ou mais concessões distintas.

Art. 46. Uma concessão não autoriza senão à extração das substâncias úteis nela indicadas, e das que se acharem associadas com estas no depósito. O campo de uma lavra concedida pode ser objeto de pesquisa de outras substâncias, e a lavra desta concedida sem prejuízo dos direitos do concessionário preexistente.

Art. 47. Com autorização do Govêrno, o concessionário poderá vender, traspassar ou hipotecar a concessão, ou ainda emitir obrigações sôbre a mesma, na forma da lei.

Parágrafo único. Entende-se que, em qualquer alienação judicial ou extrajudicial em virtude dos atos a que alude êste artigo, subsistirá inalterável a concessão, seja em seus direitos ou obrigações ou limitações ou efeitos; sendo que os ditos atos deverão ser averbados à margem do registro originário da concessão.

Art. 48. Expedido o título definitivo da concessão de lavra, apresentar-se-á com êle o interessado ao Ministério da Agricultura, solicitando a posse da jazida. Êste ato executar-se-á do modo seguinte:

I intimar-se-ão os concessionários da minas limítrofes, se as houver, com três (3) dias de antecipação, para que possam presenciar o ato por si ou por seus representantes. Esta intimação compreenderá a demarcação dos limites da jazida, de que se vai dar a posse;

II no dia e hora determinados fixar-se-ão definitivamente os marcos da jazida, que o interessado terá para êsse fim preparados, colocando-se precisamente nos pontos indicados na demarcação;

III em seguida dar-se-á ao concessionário a posse da jazida com todas as formalidades legais;

IV lavrar-se-á termo deste ato, assinado pelos interessados e testemunhas, e legalizado pelo comissário do Governo junto ao ato.

Art. 49. Os marcos, fixados com a solenidade prescrita no artigo anterior, não podem mudar-se sem aprovação do Governo, e os concessionários são obrigados a conservá-los sempre em pé e bem visíveis.

Art. 50. Será recusada a concessão se a lavra fôr considerada prejudicial ao bem público ou comprometer interesses que superem a utilidade da exploração industrial.

Parágrafo único. Nesse último caso o pesquisador terá direito de receber do Governo a indenização das despesas feitas com os trabalhos de pesquisa.

Art. 51. Os trabalhos de faiscação e garimpagem serão regulados de acôrdo com o Decreto n.º 24.193, de 3 de maio de 1934.

CAPÍTULO II

Abandono e suspensão de lavra

Art. 52. Sendo dever do concessionário de uma lavra entregar a mina sem deterioração, quando não lhe convenha continuar a lavrar a jazida, observar-se-ão para o abandono as disposições seguintes:

I o concessionário dará conhecimento da sua resolução ao Ministro da Agricultura, com trinta (30) dias de antecipação, por meio de um requerimento fundado nos motivos que tem para abandonar a concessão;

II o Ministro da Agricultura mandará acusar sem demora a recepção dêsse aviso, para salvaguarda do concessionário;

III ordenará imediatamente que o Departamento Nacional da Produção Mineral providencie no sentido de se verificar a exatidão do plano e dos fatos que expressa a condição n.º I;

IV se êstes não se verificarem, mandar-se-ão executar as obras necessárias à custa do concessionário, se o abandono fôr devido a culpa, e por conta do mesmo se fechará também a mina;

V o Ministro da Agricultura fará anunciar o abandono no *Diário Oficial*, a fim de que outra empresa social ou individual possa solicitar a concessão.

Art. 53. O concessionário de uma lavra, que suspender os trabalhos com intenção de abandonar a mina, sem dar o prévio aviso de que trata o artigo anterior, será responsável por todos os danos e prejuízos que a suspensão dos trabalhos ocasionar à mesma mina ou a terceiro, bem como pelo pagamento dos direitos e dos impostos que se deverem até que se declare legalmente o abandono.

Art. 54. Imediatamente que, por aviso de alguma autoridade ou funcionário, ou por denúncia de parte, ou por outro qualquer modo, chegue à notícia do Ministro da Agricultura o abandono de uma mina, sem que se tenha cumprido com o requisito do prévio aviso, ordenará que se execute o reconhecimento determinado no número III do Art. 52.

§ 1.º De acôrdo com a informação do Departamento Nacional da Produção Mineral, fará responsabilizar o concessionário da lavra abandonada, na forma prescrita no n.º V do Art. 52.

§ 2.º No caso de o interessado contradizer o fato do abandono, seguir-se-á o estabelecido para os casos em que caducam as autorizações de pesquisa (Art. 29).

Art. 55. As concessões de lavra que se julgarem abandonadas serão postas em disponibilidade e concedidas pelo modo ordenado no presente Código, podendo o novo concessionário aproveitar-se de todos os trabalhos subterrâneos que achar feitos, sem pagar retribuição alguma por êles à empresa que abandonou a lavra.

CAPÍTULO III

Nulidade, caducidade e extinção da concessão de lavra

Art. 56. Será nula a concessão feita com infração das disposições dêste Código.

Parágrafo único. A nulidade será decretada por sentença judicial, em ação sumária. São competentes para pedir a nulidade:

- I o Ministério Público;
- II qualquer interessado, dentro do prazo de um (1) ano.

Art. 57. Por ato do Govêrno, ouvidos o Departamento Nacional da Produção Mineral e o concessionário na forma do Art. 29, será decretada a caducidade da concessão:

I não apresentando o concessionário a planta do terreno da concessão no prazo de seis (6) meses contados da data do título provisório;

II não começando os trabalhos dentro do prazo marcado na concessão;

III não estando a mina constantemente em estado de lavra ativa;

IV se não der as providências necessárias no prazo, que lhe fôr marcado, havendo perigo por má direção dos trabalhos;

V não pagando os direitos devidos durante um (1) ano e os impostos durante dois (2) anos consecutivos;

VI se em virtude de uma lavra ambiciosa, dificultar ou impossibilitar o ulterior aproveitamento da jazida;

VII deixando de cumprir ordens, decisões ou instruções oriundas do decreto de concessão ou das leis e regulamentos em vigor;

VIII se o concessionário fôr declarado incapaz de continuar os trabalhos, ou por si ou por seus representantes legais.

Parágrafo único. Nos casos designados nos ns. I, II, III e VII, fica salva a circunstância de força maior, devidamente provada, que tenha tornado impossível ou desaconselhável o andamento dos trabalhos.

Art. 58. Verificada a caducidade, havendo benfeitorias pertencentes ao concessionário, excluídos os trabalhos subterrâneos, terá o concessionário direito à indenização delas pelo seu valor, deduzidos, porém, o preço dos materiais cedidos gratuitamente pelo Govêrno e o total das quantias que, a título de favores, houver o concessionário recebido.

Parágrafo único. A indenização será paga pelo novo concessionário pela forma que se estipular no ato da concessão.

Art. 59. Extingue-se a concessão:

I pela renúncia do concessionário;

II pela morte do concessionário, ou pela extinção da pessoa jurídica concessionária, excetuados os casos em que é permitida, por êste Código, a transmissão da concessão, independentemente do consentimento do Govêrno.

TÍTULO IV

CAPÍTULO ÚNICO

Vizinhança e servidões da mina

Art. 60. Para as pesquisas e lavras das minas instituem-se, na propriedade ou propriedades vizinhas, servidões de solo e subsolo.

§ 1.º Na superfície pode o pesquisador ou explorador ocupar nas propriedades vizinhas o terreno necessário para:

I construção de oficinas, engenho, obras acessórias e moradias de operários;

II abertura de vias de comunicação e de transporte de qualquer natureza;

III condução de aguadas necessárias à alimentação dos operários e ao serviço necessário da mina;

IV transporte de energia elétrica em condutores aéreos ou subterrâneos;

V escoamento das águas da mina e das oficinas de tratamento do minério.

§ 2.º No subsolo instituem-se as servidões de passagem do pessoal e material, de condutos de ventilação, de energia elétrica e de escoamento de água para as minas vizinhas.

Art. 61. Fica reconhecido o direito do serviço das águas que não estiverem aproveitadas no serviço agrícola ou industrial das propriedades da superfície.

Art. 62. Todas as servidões se instituem mediante prévia indenização do valor do terreno ocupado e dos prejuízos resultantes dessa ocupação.

Parágrafo único. Sendo de natureza urgente os trabalhos a executar, a servidão será instituída mediante caução prévia, arbitrada por peritos, na forma da lei.

Art. 63. Os serviços superficiais ou subterrâneos da viação pública ou quaisquer outros da administração federal ou estadual preferem aos da mineração.

Parágrafo único. No caso de serem suspensos esses serviços, ao concessionário da jazida deve o Governo a indenização respectiva, fixada pela avaliação das benfeitorias a desapropriar.

Art. 64. A divisa subterrânea entre as minas confrontantes será sempre a superfície vertical, passando pelas linhas divisórias que no solo separam entre si as respectivas concessões.

Art. 65. Quando as minas forem vizinhas, não poderá o concessionário de uma delas estender as escavações além da superfície vertical que as limita, em busca de veios ou de massas de minério que se prolonguem, salvo expresso consentimento ou acôrdo do concessionário da mina confinante, mediante aprovação do Governo.

Art. 66. Correm por conta do concessionário da mina os danos causados a terceiros, tanto pelos trabalhos superficiais como pelos subterrâneos.

Art. 67. O caso em que as águas dos mananciais, dos córregos ou dos rios forem poluídas por efeito da mineração, suscitando reclamações dos proprietários e populações vizinhas, o Governo, ouvidas as repartições competentes da Saúde Pública e outras, providenciará por instruções e medidas que forem necessárias para evitar os males públicos, tendo em vista, quanto possível, as condições econômicas da lavra da mina.

TÍTULO V

CAPÍTULO ÚNICO

Fiscalização da pesquisa e lavra

Art. 68. O Governo fiscalizará, por seus órgãos técnicos, todos os serviços de pesquisa e lavra de jazidas, fazendo cumprir os regulamentos de:

- I proteção aos operários;
- II conservação e segurança das construções e trabalhos;
- III precaução contra perigos às propriedades vizinhas e proteção ao bem-estar público.

Art. 69. As condições gerais dos trabalhos nas minas serão reguladas por lei federal.

Art. 70. A fiscalização deve incidir sobre o cumprimento das disposições legais e dos regulamentos especiais de higiene, recorrendo neste intuito às autoridades locais, quando fôr preciso.

Art. 71. No caso de acidente afetando a vida ou a saúde dos operários, são os diretores do serviço obrigados a dar comunicação

imediate às autoridades locais, e à repartição administrativa competente.

Art. 72. As regras técnicas para a proteção do solo e segurança das construções e do pessoal serão organizadas pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e, depois de aprovadas pelo Governo, publicadas no *Diário Oficial* e comunicadas às empresas de mineração.

Art. 73. A fiscalização dos trabalhos de pesquisa e lavra de jazidas será feita pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

§ 1.º A fiscalização do cumprimento das disposições legais e seus regulamentos sobre o serviço de pesquisa e lavra será exercida por funcionários do Serviço de Fomento da Produção Mineral.

§ 2.º O cargo de fiscal de minas só poderá ser exercido por engenheiro de minas de provada competência.

§ 3.º Além da fiscalização geral, haverá também a fiscalização especial, que resultar do ato da concessão ou do regime tributário, que liga a lavra da mina ao poder público.

§ 4.º Como condição para a segurança pessoal e geral do contrato de locação de serviços, a fiscalização, devidamente solicitada pelos interessados, poderá exercer-se em todos os trabalhos de lavra, tanto nas minas como nas pedreiras.

Art. 74. As empresas de mineração, assim como os diretores de serviços de pesquisa e lavra, são obrigados a facilitar a inspeção de todos os trabalhos aos agentes da fiscalização e a fornecer-lhes todas as informações exigidas sobre a marcha dos serviços, bem como todos os dados necessários para a confecção dos mapas e estatísticas da Produção Mineral.

Art. 75. Notificadas pelo Governo, as empresas de mineração ficam obrigadas a executar os planos determinados para a segurança do pessoal e para a proteção do solo, salvo justificação satisfatória de melhor alvitre por parte delas.

Art. 76. Quando o Governo verificar que é perigoso o estado de uma mina, poderá ordenar seja susado o prosseguimento da lavra, até a realização de novos trabalhos de acesso ou de garantia à segurança do pessoal ou à proteção do solo.

Art. 77. As empresas de mineração ficam isentas da taxa especial para fins de fiscalização.

Art. 78. No regulamento que o Govêrno houver de expedir para o serviço de fiscalização, poderão ser cominadas multas desde 200\$000 até 5:000\$000.

TÍTULO VI

CAPÍTULO ÚNICO

Competência dos Estados para autorizar ou conceder pesquisa e lavra de jazidas minerais

Art. 79. A União transferirá aos Estados as atribuições que lhe são conferidas neste Código para autorizar a pesquisa e conceder a lavra de jazidas e minas, mediante as condições estabelecidas no presente capítulo.

Art. 80. A transferência de que trata o artigo anterior somente será feita quando o Estado interessado possuir um serviço técnico-administrativo a que sejam afetos os assuntos concernentes à mineração e metalurgia, com a seguinte organização pessoal e material:

a) Seção de Geologia Econômica dispondo de, pelo menos, dois técnicos de comprovada competência em Mineralogia, Geologia, Lavra de Minas e Metalurgia, com respectivos auxiliares;

b) Seção de Fiscalização, Concessões e Cadastro de Minas, sob a chefia de um engenheiro de minas e dotada de pessoal necessário para atender às exigências do serviço;

c) Escritório técnico com o pessoal suficiente para as necessidades dos trabalhos técnicos e administrativos a executar;

d) laboratórios, convenientemente aparelhados, de:

I Mineralogia e petrografia;

II Química analítica mineral;

III Ensaios metalúrgicos semi-industriais.

§ 1.º Os laboratórios deverão ser confiados a profissionais da respectiva especialidade.

§ 2.º O Estado proverá o serviço dos recursos financeiros indispensáveis ao seu eficiente funcionamento.

§ 3.º Organizado e provido que seja o serviço e a requerimento do Estado, o Govêrno Federal expedirá o ato de transferência,

ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral, que terá de se pronunciar, após verificação, sobre o cumprimento dado pelo Estado às exigências da lei.

Art. 81. Os Estados exercerão, dentro dos respectivos territórios, as atribuições que lhes forem transferidas, de acordo com as disposições deste Código e com relação a todas as classes de jazidas, excetuadas as seguintes jazidas e minas:

- a) de minérios de metais nobres;
- b) de combustíveis fósseis, sólidos, líquidos e gasosos;
- c) de substâncias betuminosas e pirobetuminosas.

§ 1.º As autorizações e concessões feitas pelos Estados devem ser comunicadas ao Governo Federal, por ocasião da publicação dos respectivos atos, e só serão válidos os respectivos títulos, que ficam isentos do selo federal, depois de transcritos nos registros a cargo do Serviço de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura (Art. 83, letras b e c).

§ 2.º As autorizações e concessões estaduais feitas com inobservância dos dispositivos deste código, são nulas de pleno direito, não sendo registrados os respectivos títulos.

§ 3.º Os Estados perderão o direito de exercer as atribuições que lhes são conferidos pelo Art. 79, quando, por qualquer motivo, não mantiverem devidamente organizados, a juízo do Governo Federal, os serviços discriminados no presente título.

Art. 82. A União auxiliará aos Estados que não possuem os necessários serviços técnicos e administrativos de que trata o Art. 80, no sentido do conveniente estudo e aparelhamento das estâncias mineromedicinais e termais.

§ 1.º Nos casos previstos neste artigo, o Governo Federal poderá realizar os seguintes trabalhos necessários ao aproveitamento racional das fontes mineromedicinais e termais:

- a) estudo geológico local com levantamento topográfico;
- b) estudo físico-químico das águas e emanações gasosas;
- c) trabalhos preliminares de captação — poços, sondagens e galerias;
- d) projeto de captação e aproveitamento da fonte.

TÍTULO VII

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Art. 83. Haverá no Serviço de Fomento da Produção Mineral do Departamento respectivo do Ministério da Agricultura, três registros:

a) “Registro das Jazidas e Minas Conhecidas”, onde serão inscritas as jazidas e minas manifestadas de acôrdo com o Art. 10;

b) “Registro das Autorizações de Pesquisa”, onde serão transcritos os respectivos títulos (Art. 18, § 4.º e Art. 81, § 1.º);

c) “Registros das Concessões de Lavra”, onde serão transcritos os respectivos títulos definitivos (Art. 41, § 2.º, e Art. 81, §1.º).

§ 1.º Os livros de registro, que terão os títulos e letras por que são designados neste artigo serão abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo diretor-geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

§ 2.º Os livros de registro seguirão modelos apropriados, que serão mantidos uniformemente e baixados pelo Ministro da Agricultura.

§ 3.º Os oficiais encarregados do registro providenciarão para a substituição dos livros, logo que estiverem escritos dois terços dos em andamento, para não haver interrupção nos serviços a seu cargo.

§ 4.º Findando-se um livro, o imediato tomará o número seguinte, acrescido à respectiva letra.

§ 5.º Os números de ordem dos registros não serão interrompidos no fim de cada livro, mas continuarão, indefinidamente, nos seguintes da mesma espécie.

Art. 84. O concessionário de uma lavra não poderá ser tributado pela União, pelo Estado e pelo Município, além de uma percentagem máxima da renda líquida da empresa, fixada em lei federal, mediante audiência do órgão técnico competente do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. Dessa quota serão deduzidos, na seguinte ordem de preferência, os direitos do proprietário da jazida, do pesquisador e da União, e do excedente serão cobrados *pro rata* e, portanto, sem ordem de preferência, os demais impostos.

Art. 85. Será oportunamente regulada, em lei especial, a nacionalização progressiva das minas e jazidas minerais, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da Nação.

Art. 86. São declaradas caducas tôdas as concessões anteriores à data dêste Código, cujos concessionários não houverem cumprido, dentro dos prazos assinados, as cláusulas estipuladas para a efetiva lavra.

Art. 87. As renovações e prorrogações das concessões vigentes serão feitas de acôrdo com êste Código.

Art. 88. As empresas de mineração organizadas sob o regime dêste Código gozarão dos seguintes favores:

a) isenção de impostos de importação para máquinas, aparelhos, ferramentas, modelos e material de consumo, que não existirem no país em igualdade de condições, sendo esta importação fiscalizada pelos agentes técnicos do Ministério da Agricultura, sem que os interessados tenham de pagar importância alguma pelos respectivos atestados;

b) tarifas mínimas nas estradas de ferro, nas companhias de navegação e nos serviços de cais e baldeação nos portos, custeados ou garantidos pelo Govêrno, não só para o transporte dos trabalhadores, como também do material, minério, combustível e produtos manufaturados.

Art. 89. Os particulares ou empresas que na data da publicação dêste Código estiverem efetuando trabalhos de lavra de jazidas ou minas, em virtude de contrato firmado com o Poder Público, ficarão obrigados a proceder à revisão dos mesmos para se sujeitarem às normas de regulamentação consagradas por êste Código.

Parágrafo único. Enquanto não fôr procedida a revisão, os particulares e empresas a que se refere êste artigo não poderão gozar nenhum dos favores concedidos em lei em benefício da indústria mineral.

Art. 90. Sòmente gozarão dos favores a que se referem as letras *a* e *b* do Art. 88 os particulares ou empresas que se obrigarem:

I a admitir no seu serviço dois terços no mínimo de engenheiros nacionais;

II a ter três quartos no mínimo de operários nacionais;

III a manter uma ou mais escolas para os operários e os filhos dêstes nas vizinhanças do estabelecimento;

IV a fundar hospitais para o tratamento do seu pessoal ou prover os necessários serviços médicos, a juízo do Govêrno.

CAPÍTULO II

Disposições transitórias

Art. 91. Os particulares ou emprêsas que ao tempo da promulgação da Constituição explorarem a indústria de mineração ficarão sujeitos às normas de regulamentação consagradas neste Código, procedendo-se para êsse efeito à revisão dos contratos existentes.

Art. 92. No Ministério da Agricultura, será encarregado dos assuntos de mineração, a que se refere êste Código, o Departamento Nacional da Produção Mineral.

Art. 93. Êste Código independe de regulamentação, a não ser para as áreas das autorizações de pesquisas e concessões de lavra e para o serviço de fiscalização.

Parágrafo único. Enquanto não forem as áreas regulamentadas, serão concedidas de acôrdo com o Decreto n.º 15.211, de 28 de dezembro de 1921.

Art. 94. Para atender à execução dêste Código, fica o Govêrno autorizado a aumentar o quadro do pessoal técnico e administrativo do Serviço de Fomento da Produção Mineral do respectivo Departamento do Ministério da Agricultura.

Art. 95. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1934, 113.º da Independência e 46.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Juarez do Nascimento Fernandes Távora.

José Américo de Almeida.

Protógenes Guimarães.

Osvaldo Aranha.

P. Góes Monteiro.

Washington F. Pires.

Francisco Antunes Maciel.

Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO N.º 24.673, DE 11 DE JULHO DE 1934

Cria as taxas a que se referem os Códigos de Águas e de Minas

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 1.º do Decreto n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930, e

Considerando:

a) que o Código de Águas estabelece, respectivamente, nos seus arts. 160, parágrafo único, e 176 — o pagamento de quotas sobre concessões e autorizações para exploração de energia hidráulica;

b) que também o Código de Minas estabelece nos seus artigos 18, parágrafo 4.º; 41, parágrafo único; 42, item IX e 84, parágrafo único — o pagamento de selos para autorizações ou concessões de pesquisas ou lavra e quotas sobre a produção efetiva das minas exploráveis:

Decreta:

Art. 1.º — Ficam criadas, a título de utilização, fiscalização, assistência técnica e estatística, as seguintes taxas anuais:

a) de 10\$000 (dez mil réis) por kw (kilowatt) de potência concedida;

b) de 5\$000 (cinco mil réis) por kw (kilowatt) de potência autorizada excedente de 50 kw (kilowatts)

Parágrafo único. Os concessionários e permissionários deverão recolher aos cofres públicos federais, adiantadamente e em duas prestações semestrais, as quantias correspondentes a essas taxas.

Art. 2.º — Ficam igualmente criadas as seguintes taxas, pagas em selos federais:

a) de 100\$000 (cem mil réis) a 1:000\$000 (um conto de réis) para o título de autorização e pesquisa de jazida mineral;

b) de 200\$000 (duzentos mil réis) a 2:000\$000 (dois contos de réis) para o título de concessão de lavras da jazida mineral ou minas;

§ 1.º — O concessionário de lavra, que não fôr proprietário da jazida mineral ou mina, será obrigado a recolher, anualmente, em duas prestações semestrais, aos cofres federais, em moeda nacional, quantia equivalente a 1,5% (um e meio por cento) do valor da produção efetiva da mina.

§ 2.º — Se o concessionário fôr o proprietário da jazida mineral ou mina, será obrigado a recolher ao Tesouro Nacional, nas mesmas condições do parágrafo anterior, 3% (três por cento) do valor da produção efetiva.

Art. 3.º — Os tributos lançados pela União, Estado e município, sobre o concessionário de uma lavra de mina, não poderão, em conjunto, exceder de 25% (vinte e cinco por cento), da renda líquida da empresa.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1934, 113.º da Independência e 46.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Juarez do Nascimento Fernan-
des Távora
Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N.º 66, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1937

Declara em vigor, com modificações resultantes dos preceitos constitucionais, o Código de Minas e outros decretos que especifica, e expede bases para confirmar a execução desses decretos à Constituição.

Art. 1.º Continuam em vigor, até que seja decretado o novo Código de Minas, com as modificações decorrentes dos preceitos constitucionais, os seguintes decretos relativos à indústria e à propriedade das minas e jazidas minerais: Decreto n.º 24.642, de 10 de julho de 1934; (Código de Minas); Decreto n.º 24.193, de 3 de maio de 1934; Decreto n.º 371, de 8 de outubro de 1935; Decreto n.º 585, de 14 de janeiro de 1936; e Decreto n.º 1.657, de 18 de maio de 1937.

Art. 2.º Na execução dos decretos de que trata o artigo precedente, serão observadas as seguintes bases:

.....
.....

IV — As autorizações ou concessões só poderão ser conferidas a brasileiros ou a sociedades constituídas por sócios brasileiros.

§ 1.º As sociedades para fins de mineração poderão adotar qualquer forma admitida em lei, contanto que os sócios ou acionistas sejam brasileiros ou pessoas jurídicas brasileiras, e as ações sejam sempre nominativas.

§ 2.º Ainda que o proprietário estrangeiro não possa exercer por si os direitos de pesquisa e de lavra, é válida a cessão que êle fizer destes direitos à pessoa física ou jurídica, a quem não falta capacidade legal para o seu exercício.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1937, 116.º da Independência e 49.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

*Waldemar Falcão
Fernando Costa*

DECRETO-LEI N.º 938 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1938

Sujeita à autorização do Govêrno o funcionamento das sociedades constituídas para fins de mineração ou de aproveitamento industrial das águas e da energia hidráulica, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o Art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Dependem da autorização do Govêrno, para que possam funcionar, as sociedades que tiverem por objeto o aproveitamento industrial das minas ou jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica.

Parágrafo único. As sociedades a que êste artigo se refere, bem como quaisquer outras, de natureza industrial ou comercial, que, em razão dos seus objetivos, dependam de prévia autorização para funcionar ou exercer suas atividades, não poderão, sob pena de nulidade, entrar em função, nem praticar válidamente ato algum, senão depois de arquivados no Registro do Comércio, além de uma cópia autêntica do título de autorização, os estatutos ou contrato social, a lista nominativa dos subscritores, com indicação da nacionalidade e do número e natureza das ações de cada um, e, quando fôr devido, o certificado do depósito da décima parte do capital, e de fazer no “Diário Oficial” da União e nos jornais do município de sua sede a respectiva publicação.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão

Fernando Costa

DECRETO-LEI N.º 1.594 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1939

Modifica o n.º IV do Art. 2.º do Decreto-lei n.º 66, de 14 de dezembro de 1937.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o Art. 180 da Constituição, e

Considerando que o Art. 165 da Constituição, mesmo dentro da faixa de 150 quilômetros ao longo das fronteiras, não exclui de todo o capital e o braço estrangeiro, exigindo, apenas, que, nas indústrias situadas no interior da referida faixa, predominem os capitais e trabalhadores de origem nacional;

Considerando que, pelo Art. 143, independe de autorização o aproveitamento das quedas d'água já utilizadas industrialmente na data do decreto da Constituição Federal, assim como, nas mesmas condições, a exploração das minas em lavra, ainda que transitòriamente suspensa;

Considerando que, em vista do disposto no Art. 144 da Constituição Federal, a lei deverá regular a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d'água, ou outras fontes de energia, assim como das indústrias consideradas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da Nação;

Considerando que o número IV do Art. 2.º do Decreto-lei número 66, de 14 de dezembro de 1937, excede os textos constitucionais, decreta:

Art. 1.º O número IV do Art. 2.º do Decreto-lei n.º 66, de 14 de dezembro de 1937, toma a seguinte forma:

IV — As autorizações só poderão ser concedidas a brasileiros, ou emprêsas constituídas por acionistas brasileiros, reservada ao proprietário, quando brasileiro, preferência na exploração ou participação nos lucros.

§ 1.º As empresas, para fins de mineração e industrialização serão constituídas por acionistas brasileiros ou pessoas jurídicas brasileiras, contanto que os sócios ou acionistas destas últimas sejam brasileiros.

§ 2.º Poderão ser sócios das empresas, para fins de mineração, os brasileiros casados com estrangeiras, ou brasileiras casadas com estrangeiros, mesmo no regime de comunhão de bens; no caso, porém, de transmissão intervivos, ou de *causa mortis*, por falecimento de qualquer dos cônjuges, só é permitida a sucessão a brasileiros natos.

§ 3.º Na falta de herdeiro ou legatário, que seja brasileiro nato, o espólio deverá promover, judicial, ou extrajudicialmente, a transferência de seu título social a terceiro, que tenha essa qualidade.

§ 4.º As cessões e transferências somente se efetuarão, mediante a apresentação às sociedades, da prova de nacionalidade pelos respectivos cessionários. As empresas, que efetuarem transferências sem essa prova de nacionalidade, perderão, *ipso facto*, todo e qualquer direito a autorizações, ou concessões que lhes houverem sido feitas pelos poderes competentes para a realização de seus fins.

§ 5.º Ainda que o proprietário estrangeiro não possa exercer por si os direitos de pesquisa e de lavra, é válida a cessão que ele fizer destes direitos à pessoa física ou jurídica, a quem não falte capacidade legal para o seu exercício.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1939, 118.º da Independência e 51.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Fernando Costa

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N.º 1.985, DE 29 DE JANEIRO DE 1940

Decreta o Código de Minas

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o Art. 180 da Constituição, decreta:

CÓDIGO DE MINAS

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1.º Este Código define os direitos sobre as jazidas e minas, estabelece o regime do seu aproveitamento e regula a intervenção do Estado na indústria de mineração, bem como a fiscalização das empresas que utilizam matéria-prima mineral.

§ 1.º Considera-se jazida toda massa de substância mineral, ou fóssil, existente no interior ou na superfície da terra e que apresente valor para a indústria; mina, a jazida em lavra, entendido por lavra o conjunto de operações necessárias à extração industrial de substâncias minerais ou fósseis da jazida.

§ 2.º Entende-se por produção efetiva da mina a que realmente fôr extraída e utilizada.

Art. 2.º A propriedade mineral rege-se pelos mesmos princípios da propriedade comum, salvo as disposições especiais deste Código (*).

Art. 3.º As jazidas classificam-se da seguinte maneira:

Classe I — jazidas primárias de minérios de metais nobres;

(*) *Observação* — Pelo Dec-lei número 2.666, de 3-10-40, publicada no "Diário Oficial" de 5 do mesmo mês, foi criado o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, com as atribuições definidas no art. 2.º. O parágrafo único desse artigo declara que as disposições do mesmo não se aplicam ao petróleo e seus produtos.

- Classe II — aluviões e eluviões de minérios de metais nobres;
- Classe III — jazidas primárias de minérios de metais básicos;
- Classe IV — aluviões e eluviões de minérios de metais básicos;
- Classe V — jazidas primárias e secundárias de minérios de metais raros;
- Classe VI — jazidas primárias de minérios e minerais não metálicos;
- Classe VII — aluviões e eluviões de minérios e minerais não metálicos;
- Classe VIII — jazidas de combustíveis fósseis sólidos;
- Classe IX — jazidas de rochas betuminosas e pirobetuminosas; (*)
- Classe X — jazidas de petróleo e gases naturais; (**)
- Classe XI — águas minerais, termais e gasosas.

Parágrafo único. As dúvidas relativas à classificação de jazidas serão resolvidas pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM).

Art. 4.º A jazida é bem imóvel, distinto e não integrante do solo. A propriedade da superfície abrangerá a do subsolo, na forma do direito comum, não incluída, porém, nesta, a das substâncias minerais ou fósseis à indústria.

Art. 5.º O direito de pesquisar substâncias minerais, em terras do domínio público ou particular, constitui-se por autorização do Governo da União, ficando obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo.

Art. 6.º O direito de pesquisar ou lavrar só poderá ser outorgado a brasileiros, pessoas naturais ou jurídicas, constituídas estas de sócios ou acionistas brasileiros.

§ 1.º O funcionamento de sociedades de mineração depende de autorização federal, mediante requerimento dirigido ao Ministro da Agricultura (***) e instruído com a prova de sua organiza-

(*) V. Arts. 78 e 79.

(**) V. Arts. 78 e 79 e Decreto-lei n.º 366.

(***) Ao CNP. Tratando-se de mineração de jazidas das Classes IX e X (Art. n.º 79), Dec-lei n.º 3.236, de 7-5-41, Arts. 4.º e 31, publicado no "Diário Oficial" de 9-5-41.

ção e da nacionalidade brasileira dos sócios ou acionistas. O título de autorização de funcionamento será uma via autêntica do respectivo decreto, a qual deverá ser transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral (DFPM) e registrada, em original ou certidão, no Registo do Comércio e na Junta Comercial do Estado onde estiver localizada a jazida.

§ 2.º Poderão ser sócios das empresas de mineração e das indústrias de transformação e industrialização dos minérios, exclusive o petróleo, os brasileiros casados com estrangeiras ou brasileiras casadas com estrangeiros, ainda que no regime de comunhão de bens; no caso, porém, de transmissão *inter vivos* ou *causa mortis*, somente a brasileiros natos é permitida a sucessão (*)

§ 3.º A falta de herdeiro ou legatário brasileiro nato, o espólio promoverá, judicial ou extrajudicialmente, a transferência do título social a terceiros que tenham essa qualidade.

§ 4.º As cessões e transferências somente se efetuarão mediante a apresentação, às sociedades, pelos respectivos cessionários, da prova de nacionalidade. As empresas que efetuarem transferências sem essa prova perderão *ipso facto* todo e qualquer direito a autorizações ou concessões que lhes houverem sido feitas pelos poderes competentes, para a realização de seus fins.

§ 5.º Quando o proprietário não puder exercer por si os direitos de pesquisa e de lavra, será válida a cessão desses direitos a pessoa natural ou jurídica a quem não falte capacidade legal para esse fim.

Art. 7.º As jazidas manifestadas ao Governo Federal e registradas na forma do Art. 10 do Decreto n.º 24.642, de 10-7-1934, e da Lei n.º 94, de 10-9-1935, estão oneradas, em benefício dos respectivos manifestantes, pelo prazo de cinco anos, a contar desta data, com a preferência para a autorização de lavra ou, quando a outrem autorizada, com uma percentagem nunca superior a cinco por cento da produção efetiva (**).

(*) Redação dada pelo Dec-lei número 2.778, de 12-11-40, publicado no *Diário Oficial*.

(**) Com relação a jazidas da Classe X, vide Dec-lei número 3.236, Art. 1. Parágrafo único.

O Art. 10 do Decreto número 24.642, de 10-7-34, estabelece:

Art. 10. Os proprietários das jazidas conhecidas e os interessados nas pesquisas e lavra delas por qualquer título válido em direito, serão obrigados a manifestá-las dentro do prazo de um (1) ano contado da data da publicação deste código e na seguinte forma:

I terão que produzir, cada qual por si, uma justificação no juízo do fóro da situação da jazida, com assistência do órgão do ministério público, consistindo dita justificação, pa-

§ 1.º A percentagem do manifestante será em dinheiro ou em minério, à sua escolha:

a) no caso de percentagem em dinheiro, o valor unitário da produção efetiva será calculado na bôca da mina;

b) não havendo acôrdo entre as partes, o valor será determinado por arbitramento, na forma do direito comum.

§ 2.º Se o direito de preferência, na forma dêste artigo, não fôr exercido no prazo estipulado, ficará *ipso facto* resolvido e a jazida incorporar-se-á ao patrimônio da União.

Art. 8.º Estando a jazida em condomínio, êste só poderá reclamar a preferência, a que se refere o artigo anterior, se estiver re-

ra uns e outros, na prova da existência, natureza e condições da jazida por testemunhas dignas de fé, e da existência, natureza e extensão dos seus direitos sobre a jazida por documentos com eficiência probatória, devendo entregar-se à parte os autos independentemente de traslado;

II terão que apresentar ao Governo Federal a justificação judicial de que trata o número I e mais os dados sobre a existência, natureza e condições da jazida de que se ocupam os números seguintes;

III em se tratando de mina:

a) Estado, comarca, município, distrito e denominação das terras em que está situada a mina;

b) breve histórico da mina, desde o início da exploração, ou, pelo menos, nos últimos anos;

c) breve descrição das instalações e obras de arte, subterrâneas e superficiais, destinadas à extração e ao tratamento do minério;

d) quantidade e valor dos minerais ou dos metais extraídos e vendidos anualmente, desde o início da exploração, ou, pelo menos, nos últimos anos;

e) nome da empresa que a explora e a que título;

f) nome ou nomes dos proprietários do solo;

IV em se tratando de jazida:

a) Estado, comarca, município, distrito e denominação das terras em que está situada a jazida;

b) natureza da jazida, descrita em condições de poder ser esta classificada de acôrdo, com o Artigo 2.º;

c) provas da existência da jazida, a saber: um calxote com amostras de minério (em garrafas, se se tratar de substâncias líquidas ou gasosas), planta da jazida (embora tosca, mas de preferência em escala métrica), e, sendo possível, relatórios, pareceres, fotografias e mais esclarecimentos sobre a existência da jazida;

d) modo de ocorrência da jazida, isto é, descrição (quanto mais minuciosa melhor) da jazida e arredores, e a área, embora aproximada, em metros quadrados, ocupada pela jazida ou seus afloramentos, onde quer que o minério seja notado a simples vista ou por escavações superficiais;

e) situação topográfica da jazida, isto é, distância e obstáculos de comunicação a vencer entre a jazida e o caminho mais próximo, natureza dêsse caminho e sua distância até encontrar o ponto mais acessível servido por estrada de ferro ou de rodagem ou por pôrto de embarque em rio ou mar, e, sendo possível, uma planta (embora tosca, de preferência em escala métrica) que represente o que acaba de ser dito;

f) nome ou nomes dos proprietários do solo e dos interessados na jazida a outro título que não o de propriedade, e a que título o são.

—A Lei número 94, de 10-9-1935, que prorrogou até 20 de julho de 1936 o prazo fixado no Artigo 10 do Dec. número 24.642, de 1934, foi publicado no "Diário Oficial" de 13-9-35.

presentado por administrador escolhido na forma do Código Civil. Não satisfeita esta condição, a lavra poderá ser autorizada a outrem, participando os condôminos da percentagem legal nos resultados, na proporção dos respectivos quinhões.

Art. 9.º Não prevalecerá, igualmente, o direito de preferência enquanto a jazida estiver em litígio, devendo o concessionário da autorização de lavra, se houver, depositar, onde e como o juiz do feito o determinar, a percentagem legal nos resultados.

Art. 10. As jazidas não manifestadas na forma do Art. 7.º são bens patrimoniais da União (*).

Art. 11. Consideram-se partes integrantes da mina:

I — As coisas destinadas à mineração com o caráter de perpetuidade, como construções, máquinas, aparelhos e instrumentos;

II — Os animais e veículos empregados no serviço, superficial ou subterrâneo;

III — As provisões necessárias aos trabalhos da lavra num período de cento e vinte dias.

Art. 12. O aproveitamento industrial de jazidas, manifestadas ou não, depende de autorização federal, que será dada, mediante requerimento, por decretos sucessivos de autorização de pesquisa e de lavra.

§ 1.º Poderão ser aproveitados independentemente de autorização as pedreiras e os depósitos de substâncias minerais que não contenham minério de maior valor econômico, quando possam ter emprego imediato *in natura* ou sem outro beneficiamento além de talhe e forma para assentamento, e não se destinem a construções de interesse público nem tenham aplicação na indústria fabril.

§ 2.º Verificada pelo DNPM a existência de condição estabelecida no parágrafo anterior, o aproveitamento cairá no regime deste Código, ficando assegurado ao proprietário do solo a preferência para a lavra e contando-se desde então o prazo de cinco anos, na forma do Art. 7.º.

(*) O Dec.-lei número 5.201, de 18-1-43, publicado no "Diário Oficial" de 20, define a transitoriedade da suspensão da lavra das minas.

CAPÍTULO II

Da autorização de pesquisa

Art. 13. Entendem-se por pesquisa os trabalhos necessários para o descobrimento da jazida e o conhecimento do seu valor econômico.

Parágrafo único. A pesquisa compreende os trabalhos de reconhecimento geológico, estudos geofísicos, escavações de pequena profundidade, abertura de poços e galerias, sondagens, análises químicas e ensaios de beneficiamento do minério.

Art. 14. O requerimento de autorização será dirigido ao Ministro da Agricultura (*), indicando a substância ou as substâncias minerais e seus associados a serem pesquisados, a localidade, o distrito, o município, a comarca e o Estado, a área pretendida, em hectares, e deverá ser instruído com as seguintes provas e elementos de informação:

I — Declaração dos nomes dos proprietários dos imóveis atingidos e definição da área requerida, quer por limites naturais e confrontações, com o esboço topográfico, quer por figuras geométricas traçadas em relação a pontos inequivocamente definidos, quer por plantas autênticas, amarradas a pontos fixos no terreno;

II — Prova da capacidade financeira do requerente, tendo-se em vista a classe da jazida a pesquisar; (**)

III — Prova de nacionalidade brasileira do requerente.

Art. 15. Se a pesquisa de uma jazida manifestada e registrada fôr requerida por terceiro, o manifestante será interpelado pelo Governo, mediante edital publicado no *Diário Oficial*, no órgão oficial do Estado onde estiver situada a jazida e no fôro da sua localização, a fim de, no prazo de noventa dias, usar do direito de preferência que lhe é assegurado pelo Art. 7.º.

§ 1.º Para fazer valer essa preferência, o manifestante, ou alguém por êle, deverá requerer autorização de pesquisa nos termos do artigo anterior.

§ 2.º Findo o prazo, cessa para o manifestante o direito de preferência.

(*) Ao Conselho Nacional do Petróleo, tratando-se de mineração de jazidas, das Classes IX e X (Dec.-lei número 3.236, de 7-5-1941).

(**) Resolução do Conselho número 1, de 11-2-49, publicado no *Diário Oficial* de 22.

Art. 16. A autorização de pesquisa, que terá por título um decreto, transcrito no livro próprio da DFPM, será conferida nas seguintes condições:

I — O título será pessoal e somente transmissível nos casos de herdeiros necessários ou de cônjuge sobrevivente, bem como no de sucessão comercial, desde que o sucessor satisfaça os requisitos dos números II e III do Art. 14.

II — A autorização é válida por dois (2) anos, podendo o Governo renová-la, nos dois seguintes casos, a requerimento do interessado, apresentado dentro do prazo de sua vigência:

a) ocorrendo circunstâncias de força maior, devidamente comprovada, dar-se-á por novo decreto, com o prazo de dois (2) anos, mesmo havendo outro pretendente para a área;

b) não provada a força maior e desde que não haja outro pedido para a mesma área, dar-se-á uma única renovação, por novo decreto, válida pelo prazo de um (1) ano. (*)

III — O campo da pesquisa não poderá exceder a área fixada no decreto.

IV — O DNPM fiscalizará a execução dos trabalhos, sendo-lhe facultado nêles intervir a fim de melhor orientar a sua marca.

V — As pesquisas em leitos de rios navegáveis ou fluviáveis somente serão concedidas sem prejuízo ou com ressalva dos interesses da navegação ou flutuação, ficando sujeitas, portanto, às exigências que forem impostas nesse sentido pelas autoridades competentes.

VI — As pesquisas nas proximidades das fortificações, das vias públicas, das estradas de ferro, dos mananciais de água potável, ou dos logradouros públicos dependerão ainda do assentimento das autoridades sob cuja jurisdição os mesmos se encontrarem.

VII — Serão respeitados os direitos de terceiros, ressarcindo o concessionário da autorização os danos e prejuízos que ocasionar, e não respondendo o Governo pelas limitações que daqueles direitos possam sobrevir.

VIII — O concessionário poderá utilizar-se do produto da pesquisa para fins de estudos sobre o minério e custeio dos trabalhos (**).

(*) Redação dada pelo Dec.-lei número 9.605, de 19-8-46, publicado no *Diário Oficial*, de 21.

(**) Regulado pela Portaria n.º 380, de 15-7-43, do Ministro da Agricultura.

IX — Na conclusão dos trabalhos, dentro do prazo da autorização, e sem prejuízo de quaisquer informações pedidas pelo DNPM no curso dêles, o concessionário apresentará um relatório circunstanciado, sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado ao exercício de engenharia de minas, com dados informativos que habilitem o Governo a formar juízo seguro sobre a reserva mineral da jazida, qualidade do minério e possibilidade de lavra, nomeadamente:

- a) situação, vias de acesso e comunicação;
- b) planta topográfica da área pesquisada, na qual figurem as exposições naturais de minério e as que forem descobertas pela pesquisa;
- c) perfis geológico-estruturais;
- d) descrição detalhada da jazida;
- e) quadro demonstrativo da quantidade e da qualidade do minério;
- f) resultado dos ensaios de beneficiamento;
- g) demonstração da possibilidade de lavra;
- h) no caso de jazidas da Classe XI, estudo analítico das águas, do ponto de vista de suas qualidades químicas, físicas e físico-químicas, além das exigências supra-referidas que lhes forem aplicáveis.

(*) Art. 17. O concessionário da autorização de pesquisa pagará pela área a pesquisar a seguinte taxa:

Por hectare

	Cr\$
Classes I a VII	10,00
Classe VIII e IX	5,00
Classe X	0.50
Classe XI	10,00

Parágrafo único. A taxa mínima da autorização de pesquisa será de Cr\$ 300,00.

(*) Redação dada pelo Dec.-lei n.º 5.247, de 12-2-43, publicado no *Diário Oficial* de 15-2-43.

Art. 18. Cada autorização de pesquisa fica adstrita às seguintes áreas máximas:

	<i>Hectare</i>
Classes I a VII	500
Classes VIII e IX	1.000
Classe X	10.000
Classe XI	50

Parágrafo único. A mesma pessoa não serão concedidos mais de cinco títulos de autorização de pesquisa de jazidas da mesma classe.

Art. 19. Apresentado o relatório a que se refere o Item IX do Art. 16, o DNPM mandará verificar-lhe a exatidão.

§ 1.º Feita a verificação, o relatório será submetido ao Ministro da Agricultura, que, ouvido o DNPM, o aprovará ou não.

§ 2.º A aprovação do relatório importa declaração oficial de que a jazida está convenientemente pesquisada.

Art. 20. O pesquisador, uma vez aprovado o relatório, terá um ano para requerer a autorização de lavra, e dentro desse prazo poderá negociar o seu direito a essa autorização, na forma deste Código.

Art. 21. Findo o prazo do artigo anterior, sem que o pesquisador, ou seu sucessor por título legítimo, haja requerido autorização de lavra, caducará *ipso facto* o seu direito, podendo o Governo outorgar a autorização de lavra a terceiro que a requerer, satisfeitas as demais exigências deste Código.

§ 1.º O Governo arbitrará uma justa indenização a ser paga ao pesquisador, ou seu sucessor, por quem venha a obter a autorização.

§ 2.º Uma vez decaído o pesquisador do direito de lavra, poderá ser dada vista ao relatório de pesquisa, em especial, e do processo de autorização, em geral a quem o requerer, visando o aproveitamento da jazida pesquisada.

Art. 22. Não sendo aprovado o relatório de pesquisa, nenhum direito terá adquirido com ela o pesquisador.

(*) Art. 23. Os titulares de decreto de autorização de pesquisa poderão realizar os trabalhos respectivos, e também as obras e serviços auxiliares necessários, em terrenos do domínio público ou particular, abrangidos pelas áreas a pesquisar, desde que paguem

(*) Redação dada pelo Dec.-lei n.º 9.449, de 12-7-46, publicado no *Diário Oficial* de 15. do mesmo mês.

aos respectivos proprietários ou possuidores uma renda pela ocupação dos terrenos e uma indenização pelos danos e prejuízos que possam ser causados pelos trabalhos de pesquisa, observadas as seguintes regras:

I — A renda não poderá exceder o valor do rendimento líquido máximo da exploração agrícola ou pastoril habitual na região, relativa à extensão da área a ser realmente ocupada.

II — A indenização por danos causados não poderá exceder o valor venal da propriedade na extensão da área efetivamente ocupada pelos trabalhos de pesquisa, salvo no caso previsto no inciso seguinte.

III — Quando os danos forem de molde a inutilizar para fins agrícolas e pastoris toda a propriedade em que estiver encravada a área necessária aos trabalhos de pesquisa, a indenização correspondente a tais danos poderá atingir o valor venal máximo de toda a propriedade.

IV — Os valores venais a que se referem os Incisos II e III serão obtidos por comparação com valores venais de propriedades da mesma espécie, na mesma região, nos últimos cinco (5) anos, a contar da data da avaliação.

V — No caso de terrenos públicos é dispensado o pagamento da renda, ficando o titular da pesquisa sujeito apenas ao pagamento relativo a danos e prejuízos.

VI — Se o titular do decreto de autorização de pesquisa, até a data da transcrição do título de autorização, não juntou ao respectivo processo prova de acordo com os proprietários ou possuidores do solo acerca da renda e indenização de que trata este artigo, o Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, dentro de três (3) dias desta data, enviará ao Juiz de Direito da Comarca onde estiver situada a jazida, por via telegráfica ou por via aérea, cópia do referido título.

VII — Dentro de quinze (15) dias a partir da data do recebimento dessa comunicação, o Juiz mandará proceder à avaliação da renda e dos danos e prejuízos a que se refere este artigo, na forma prescrita nos Arts. 957 e 958 do Código de Processo Civil.

VIII — O Promotor de Justiça da Comarca será citado para os termos da ação, como representante da União.

IX — A avaliação será julgada pelo Juiz no prazo máximo de trinta (30) dias contados da data do despacho a que se refere

o inciso VII, não tendo efeito suspensivo os recursos que forem apresentados.

X — As despesas judiciais com o processo de avaliação serão pagas pelo titular da autorização de pesquisa.

XI — Julgada a avaliação, o Juiz, dentro de oito (8) dias, intimará o titular do decreto a depositar a quantia correspondente ao valor da renda de dois anos e a correspondente à caução para pagamento da indenização.

XII — Feitos êsses depósitos, o Juiz, dentro de oito (8) dias, intimará os proprietários ou possuidores do solo a permitirem os trabalhos de pesquisa e comunicará seu despacho ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral e, mediante requerimento do titular da pesquisa, às autoridades policiais locais, para garantirem a execução dos trabalhos.

XIII — Se o prazo da pesquisa fôr prorrogado de acôrdo com o inciso II do art. 16, o Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral o comunicará ao Juiz, no prazo e condições indicadas no Inciso VI dêste artigo.

XIV — Dentro de oito (8) dias do recebimento da comunicação a que se refere o inciso anterior, o Juiz intimará o titular da pesquisa a depositar nova quantia correspondente ao valor da renda relativa ao prazo de prorrogação.

XV — Feito êste depósito o Juiz intimará os proprietários ou possuidores do solo, dentro de oito (8) dias, a permitirem a continuação dos trabalhos de pesquisa no prazo da prorrogação, e comunicará seu despacho ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral e às autoridades locais mediante requerimento do titular da pesquisa.

XVI — Terminados os trabalhos de pesquisa, o titular da respectiva autorização e o Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral comunicarão o fato ao Juiz competente, a fim de ser encerrada a questão referente ao pagamento da indenização por danos e prejuízos bem como ao da renda, caso êste ainda não tenha sido efetuado.

XVII — Por acasião da ação prevista no inciso anterior, as partes que se julgarem lesadas poderão requerer ao Juiz se lhes faça justiça.

Art. 24. A autorização de pesquisa caducará:

I — Se o concessionário não iniciar os trabalhos dentro dos seis primeiros meses, contados da autorização;

II — Se interromper por igual tempo os trabalhos iniciados, salvo motivo de força maior a juízo do Govêrno.

Parágrafo único. A caducidade será declarada por decreto, sem indenização e independentemente de interpelação judicial.

Art. 25. Se o concessionário infringir o n.º I do Art. 16, ou não se submeter às exigências da fiscalização (Capítulo VI), a autorização será anulada por decreto fundamentado, sem indenização e independentemente de interpelação judicial.

Art. 26. Antes de decretada a caducidade ou a anulação, os seus motivos serão aduzidos e processados administrativamente, sendo intimada a parte a, dentro de sessenta dias, apresentar contestação. Se a parte não fizer oposição, ou se os motivos por ela oferecidos e postos em prova não ilidirem a imputação e as provas já produzidas, ou que venham a ser produzidas, o Ministro da Agricultura pronunciará a caducidade, em despacho motivado.

Art. 27. O pedido de autorização de pesquisa assegura a prioridade para a sua obtenção, pelo prazo de sessenta dias. Findo êsse prazo, se não tiver sido instruído satisfatoriamente, nenhum direito terá adquirido com êle o interessado (*)

CAPÍTULO III

Da autorização da lavra

Art. 28. A autorização de lavra só poderá ser requerida se a jazida estiver convenientemente pesquisada, e está sujeita às limitações de área estipuladas para a pesquisa.

Parágrafo único. A autorização perdurará enquanto a lavra fôr mantida em franca atividade.

Art. 29. O requerimento de autorização, dirigido ao Ministro da Agricultura, indicará a natureza e classe da substância ou das substâncias que se pretendem lavar, a área necessária aos trabalhos, as servidões de que deverá gozar a mina e as condições es-

(*) Regulado pela Portaria número 602, de 4-7-42, e n.º 836, de 19-10-42, do Ministro da Agricultura.

peciais ou acidentais convenientes ao título de autorização, e será instruído com o plano de bom aproveitamento da jazida, com planta da mesma e prova da capacidade financeira do requerente.

§ 1.º O requerimento será juntado ao processo de autorização da pesquisa respectiva.

§ 2.º O plano de bom aproveitamento da jazida compreenderá, quando couber:

I — Memorial explicativo

II — Projetos ou anteprojetos referentes:

- a) à mineração a céu aberto ou subterrânea;
- b) à iluminação, ventilação, transporte, sinalização e proteção subterrâneas;
- c) ao transporte na superfície e ao tratamento do minério;
- d) às instalações de energia, de abastecimento de água, de compressão e condicionamento de ar;
- e) à higiene da mina e dos trabalhos de superfície;
- f) no caso das jazidas da Classe XI, às instalações de captação e proteção das fontes, condução, distribuição e utilização da água.

§ 3.º Se o requerente não fôr o pesquisador, deverá ainda instruir o requerimento com o documento a que se refere o Item III do Art. 14.

Art. 30. Se o requerente da lavra não aceitar modificações que o DNPM julgar necessárias no plano de bom aproveitamento da jazida ou nas condições especiais e acidentais, o Governo, por edital publicado no *Diário Oficial*, declarará a jazida em disponibilidade, e arbitrará uma indenização na forma do Art. 21, § 1.º.

Art. 31. A autorização de lavra será dada em decreto, que se transcreverá no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral.

Parágrafo único. A transcrição far-se-á após o pagamento da taxa do decreto, a qual será duas vezes a da autorização de pesquisa correspondente. (*)

Art. 32. A área de uma autorização não pode ser dividida, quer pelos concessionários, quer por terceiros adquirentes. Nem os concessionários nem terceiros podem lavrar somente parte da jazida, independentemente do plano preestabelecido, salvo nos casos

(*) Redação dada pelo Dec.-lei n.º 5.247, de 12-2-43, publicado no *Diário Oficial* de 15 do mesmo mês.

em que ulteriormente o Govêrno reconheça que se pode dividir a área em duas ou mais autorizações distintas e após aprovação, pelo Ministério da Agricultura, das modificações introduzidas, em consequência, no plano acima mencionado.

Art. 33. A autorização subsistirá, quanto aos direitos, obrigações, limitações e efeitos dela decorrentes, quando o concessionário a alienar ou gravar, na forma da lei, mas os atos de alienação ou oneração só valem depois de averbados à margem do registro da autorização.

Art. 34. O requerente da autorização compromete-se a respeitar as seguintes condições, além das demais que constam dêste Código:

I — Dar início à lavra dentro do prazo de um ano, contado do decreto de autorização, salvo motivo de força maior, a juízo do Govêrno;

II — Lavrar a jazida de acôrdo com o plano aprovado pelo Ministro da Agricultura, e no qual deverão constar todos os elementos necessários para a sua apreciação pelo DNPM;

III — Executar os trabalhos de mineração conforme as regras da arte, e de acôrdo com as normas de polícia constantes dos regulamentos;

IV — Confiar os trabalhos de lavra e de tratamento do minério a técnicos legalmente habilitados ao exercício da profissão;

V — Tomar as providências indicadas pela fiscalização federal, no prazo que fôr marcado, quando a mina ameace ruína, quer pela má direção dos trabalhos, quer por qualquer outra circunstância;

VI — Não dificultar ou impossibilitar, por lavra ambiciosa, o aproveitamento ulterior da jazida;

VII — Não suspender os trabalhos da mina sem dar antes parte ao Govêrno, e deixá-la em bom estado;

VIII — Dar as providências necessárias para a segurança e salubridade das habitações dos operários;

IX — Dar as providências necessárias para evitar o extravio das águas e das regas ou para secar as acumuladas nos trabalhos e que possam ocasionar danos e prejuízos aos vizinhos;

X — Tomar as providências necessárias para evitar a poluição e a intoxicação das águas e do ar, que possam resultar dos trabalhos de mineração e tratamento do minério;

XI — Não extrair senão as substâncias úteis indicadas no decreto de autorização e as que se acharem com elas associadas no mesmo depósito;

XII — No caso das jazidas da Classe XI, proteger e conservar as fontes, utilizar as águas segundo os preceitos técnicos aprovados pelo DNPM, ouvido ainda o Departamento Nacional de Saúde Pública;

XIII — Enviar ao DNPM relatório anual dos trabalhos feitos no ano anterior;

XIV — Permitir, no campo da autorização de lavra, trabalhos de pesquisa de outras substâncias minerais úteis, quando o Governo os autorizar; se esses trabalhos prejudicarem a lavra, caberá recurso, de efeito suspensivo, para o Presidente da República, por intermédio do Ministro da Agricultura;

XV — Responder por todos os danos e prejuízos de terceiros que resultem direta ou indiretamente da lavra;

XVI — A autorização só poderá transmitir-se com observância do que dispõe o artigo anterior, ainda que no caso de herdeiro necessário e de cônjuge sobrevivente, bem como no de sucessão comercial, desde que ao sucessor não falte capacidade legal para o seu exercício; quando o sucessor não tiver capacidade legal para exercício do direito de lavra, será válida a cessão que ele fizer desse direito a pessoa física ou jurídica capaz.

Art. 35. Expedido o título da autorização de lavra, o concessionário solicitará ao DNPM a posse da jazida.

A imissão processar-se-á do modo seguinte:

I — Intimar-se-ão os concessionários das minas limítrofes, se as houver, com três dias de antecedência, para que, por si ou por seus representantes, possam presenciar o ato, no local da jazida, e, em especial, assistir à demarcação;

II — No dia e hora determinados, fixar-se-ão, definitivamente, os marcos dos limites da jazida, que o concessionário terá para esse fim preparados, colocando-se precisamente nos pontos indicados no decreto de autorização;

III — Em seguida, dar-se-á ao concessionário a posse da jazida;

IV — Do que ocorrer lavrar-se-á termo, que será assinado pelos concessionários e testemunhas e autenticado pelo representante do DNPM.

Parágrafo único. Os marcos devem ser conservados de pé e bem visíveis e não podem ser mudados sem aprovação do Govêrno.

Art. 36. A autorização será recusada se a lavra fôr considerada prejudicial ao bem público ou comprometer interêsse que supere a utilidade da exploração industrial, a juízo do Govêrno. Neste último caso, o pesquisador terá direito de receber do Govêrno a indenização das despesas feitas com os trabalhos de pesquisa, uma vez que haja sido aprovado o relatório.

Art. 37. Se o concessionário não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbam, a autorização de lavra será, por decreto, declarada caduca, salvo motivo de fôrça maior, a juízo do Govêrno.

Parágrafo único. O concessionário terá o prazo de sessenta dias para apresentar defesa.

Art. 38. A nulidade das autorizações de lavra feita com infração do disposto neste Código poderá ser declarada, mediante processo administrativo, por decreto do Presidente da República, observados o prazo e formalidades do Art. 26, ou por sentença judicial, em ação sumária, proposta por qualquer interessado, no prazo de um ano.

CAPÍTULO IV

Vizinhança e servidões das minas

Art. 39. As propriedades vizinhas estão sujeitas às seguintes servidões de solo e subsolo para os fins de pesquisa e da lavra:

I — Ocupação do terreno necessário para:

- a) construção de oficinas, instalações, obras acessórias e moradia de operários;
- b) abertura de vias de comunicações e de transporte de qualquer natureza;
- c) captação e condução de aguadas necessárias ao pessoal e aos serviços da mineração;
- d) transporte de energia elétrica em condutores aéreos ou subterrâneos;
- e) escoamento das águas da mina e das instalações de tratamento do minério.

II — No subsolo, a abertura de passagem do pessoal e material, de condutos de ventilação, de energia elétrica e de escoamento das águas.

III — Utilização das águas que não estiverem aproveitadas em serviço agrícola ou industrial.

Art. 40. As servidões constituem-se mediante prévia indenização do valor do terreno ocupado e dos prejuízos resultantes dessa ocupação. Sendo de natureza urgente os trabalhos a executar, a servidão será constituída mediante caução arbitrada por peritos, na forma da lei.

Art. 41. A divisa subterrânea entre as áreas de autorizações de pesquisa ou lavra confrontantes será sempre a superfície vertical que passa pelas linhas divisórias do solo.

Art. 42. Quando as áreas de autorização forem vizinhas, as escavações não podem ser estendidas além da superfície vertical que as limita, em busca de veios ou massas de minério que se prolonguem, sem permissão expressa do concessionário da autorização da mina confinante, mediante aprovação do Ministro da Agricultura.

Art. 43. Quando as águas dos mananciais, córregos ou rios forem poluídos por efeito da mineração, o Governo, por instruções e outras medidas que forem necessárias, e ouvidas as repartições competentes da Saúde Pública e outras, providenciará para sanar o mal.

CAPÍTULO V

Das estâncias hidrominerais

Art. 44. E' da competência do DNPM a fiscalização técnico-industrial de tôdas as estâncias hidrominerais, existentes no País.

Art. 45. Sempre que necessário, o DNPM realizará nas fontes minerais, termais e gasosas, os seguintes trabalhos:

- a) estudo geológico local;
- b) estudo químico, físico e físico-químico das águas e emanações gasosas;
- c) estudos drenológicos;
- d) trabalhos preliminares de captação (sondagens, poços e galerias);
- e) projeto de captação e utilização.

Parágrafo único. A pedido do concessionário de uma fonte, e a sua custa, o DNPM prestar-lhe-á assistência técnica.

Art. 46. O Ministério da Agricultura marcará, quando necessário, para as fontes de águas minerais, termais ou gasosas, autorizadas nos termos dêste Código, um perímetro de proteção na superfície, no qual, sem autorização prévia do Ministro, não poderão ser executados trabalhos ou exercidas atividades que possam alterá-las ou prejudicá-las.

Parágrafo único. Este perímetro de proteção poderá ser modificado posteriormente, se as circunstâncias o exigirem.

Art. 47. Os tributos lançados pelo Estado e pelo Município sobre as fontes de águas minerais, termais ou gasosas não poderão, em seu conjunto, exceder de cinco por cento do valor da produção. (*)

Art. 48. A autorização de lavra de uma fonte ou estância hidromineral importa a do comércio de suas águas.

§ 1.º A fiscalização dêsse comércio compete ao Ministério da Fazenda.

§ 2.º Cabe às autoridades da Saúde Pública fiscalizar as condições higiênicas das águas minerais, termais e gasosas dadas ao consumo.

CAPÍTULO VI

Da fiscalização da pesquisa e da lavra e das empresas que utilizam matéria-prima mineral

Art. 49. O Governo fiscalizará, pelo DNPM, todos os serviços de pesquisa e lavra de jazidas, bem como as empresas que utilizem matéria-prima mineral, fazendo cumprir as normas de:

- I — bom aproveitamento da jazida;
- II — conservação e segurança das construções e trabalhos;
- III — precaução contra danos à propriedade vizinha;
- IV — proteção do bem-estar público, da saúde e da vida dos operários.

(*) Texto já modificado de acordo com o Dec.-lei n.º 2.081, de 8-3-40, publicado no "Diário Oficial" de 11 do mesmo mês.

§ 1.º As empresas que utilizem matéria-prima mineral do País estão sujeitas às mesmas restrições das de mineração com relação à sua nacionalidade e à dos seus sócios ou acionistas.

§ 2.º A fiscalização, pelo DNPM, das empresas que utilizem matéria-prima mineral não prejudica a que competir, pela legislação em vigor, ao Ministério da Guerra.

Art. 50. As condições gerais do trabalho nas minas serão estipuladas em instruções do Ministro da Agricultura.

Art. 51. A fiscalização exercer-se-á sobre o cumprimento das disposições legais e dos regulamentos especiais de higiene das minas, recorrendo nesse intuito às autoridades locais, quando fôr preciso.

Art. 52. As regras técnicas para proteção do solo e segurança das construções e da saúde e da vida do pessoal serão organizadas pelo DNPM e aprovadas pelo Ministro.

Art. 53. A fiscalização do cumprimento das disposições das leis e dos regulamentos sobre o serviço de pesquisa e lavra e sobre empresas que utilizem matéria-prima mineral será exercida por engenheiros de minas e médicos sanitaristas da DNPM.

§ 1.º Haverá ainda uma fiscalização especial resultante das estipulações da autorização, do regime tributário e das relações de dependência entre a lavra da jazida e o poder público.

§ 2.º Sempre que necessário, a DFPM solicitará o concurso das outras divisões do DNPM para trabalhos especiais de fiscalização.

Art. 54. As empresas de mineração e as que utilizam matéria-prima mineral são obrigadas a facilitar a inspeção de todos os trabalhos aos agentes da fiscalização do DNPM, e fornecer-lhes as informações exigidas sobre as condições e a marcha dos serviços, bem como os dados necessários para a elaboração dos mapas e das estatísticas da Produção Mineral.

Art. 55. Notificadas pelo DNPM, as empresas ficarão obrigadas a executar os planos determinados para a segurança e saúde do pessoal e para a proteção do solo, salvo justificação de melhor alvitre.

Art. 56. Quando o DNPM verificar que é perigoso ou prejudicial o estado da mina, ordenará seja susgado o prosseguimento da lavra até a realização de trabalhos de garantia à segurança e à saúde do pessoal ou à proteção do solo.

Art. 57. As empresas de mineração ficam isentas da taxa especial de fiscalização, devendo esta ser custeada pela taxa a que se referem os §§ 2.º, 3.º e 4.º do Art. 31. (*)

Art. 58. As empresas que utilizam matéria-prima mineral são obrigadas a recolher previamente ao Tesouro Nacional as quotas que serão estabelecidas anualmente pelo Ministro da Agricultura, tendo em vista o capital invertido, o valor da produção e os favores de que goze cada empresa.

CAPÍTULO VII

Da competência dos Estados para autorizar pesquisas e lavra de jazidas

Art. 59. Satisfeitas as condições estabelecidas no Art. 60, o Estado que o requerer ao Governo Federal, e mediante decreto do Presidente da República, passará a exercer, em seu território, a atribuição de autorizar e fiscalizar pesquisa e lavra de jazidas, exceto quanto às das Classes I, II, VIII, IX, X e XI e às dos minérios com estas associações, bem como outras julgadas de interesse da segurança nacional.

Parágrafo único. Os estudos dos recursos minerais do território do Estado serão feitos simultaneamente pelos serviços técnicos da União e do Estado, e obedecerão a um plano elaborado de comum acordo e aprovado, em cada exercício, pelo Ministro da Agricultura. A execução da parte desses estudos que tocar ao Estado está sujeita à fiscalização superior do DNPM.

Art. 60. O Estado interessado em obter a delegação de competência deverá, a juízo do DNPM, possuir um serviço técnico-administrativo dotado:

- a) de seção de geologia econômica, com técnicos legalmente habilitados e especializados em prospecção de jazidas, lavra de minas e metalurgia;
- b) de uma seção de autorizações, fiscalização e cadastros de minas;
- c) de uma seção administrativa, com o pessoal competente para atender às exigências dos trabalhos a executar;

(*) V. a nova redação dada ao Art. 31 pelo Dec.-lei n.º 5.247, de 12-2-43.

d) de laboratórios de mineralogênese e petrografia, de química analítica mineral e de ensaios semi-industriais, convenientemente aparelhados e dirigidos pelos especialistas habilitados na forma da lei;

e) de biblioteca especializada em assuntos de geologia, pesquisa e lavra de jazidas, química e metalurgia;

f) de verbas suficientes para o bom andamento do serviço.

§ 1.º As autorizações dadas pelo Estado deverão ser por êste comunicadas ao Governo Federal, por acasião da publicação dos respectivos atos. Os títulos respectivos só serão válidos depois de transcritos *ex officio* nos registros a cargo da DFPM.

§ 2.º São nulas de pleno direito as autorizações estaduais dadas sem observância dos dispositivos dêste Código, e os respectivos títulos não serão registrados.

Art. 61. O Ministério da Agricultura poderá, a qualquer tempo, mandar fiscalizar o exercício das atribuições transferidas ao Estado, ou com êsse fim manter fiscalização permanente.

§ 1.º Quando as autorizações dadas pelo Estado infringirem êste Código, os interessados ou prejudicados poderão reccorer ao Ministério da Agricultura, que, após a devida verificação, tomará as medidas necessárias.

§ 2.º O Governo Federal cassará a delegação quando verificar irregularidades graves no seu exercício.

CAPÍTULO VIII

Da faiscação () e garimpagem (**)*

Art. 62. São livres os trabalhos do gênero da faiscação do ouro aluvionar e garimpagem de diamantes em terras e águas do domínio público.

§ 1.º Em terras e águas do domínio privado, tais trabalhos dependem de entendimento com os proprietários. Não poderá, neste caso, exceder de dez por cento do valor da produção efetiva de um garimpeiro, ou faisgador, a contribuição por êle devida ao proprie-

(*) Regulada pelo Decreto n.º 24.193, de 3-5-34.

(**) Regulada pelo Decreto-lei n.º 466, de 4-6-38.

tário, a título de indenização por servidões e danos, com recursos para as repartições competentes do Ministério da Fazenda ou, na falta destas, para as autoridades locais.

§ 2.º Sendo o garimpeiro ou fiscoador forçado a habitar em terreno de domínio privado, vizinho a terras e águas públicas, pagará ao proprietário indenização nunca superior a cinco por cento do valor da produção efetiva.

Art. 63. Caracterizam-se a fiscoação e a garimpagem:

- a) pela forma de lavra rudimentar;
- b) pela natureza dos depósitos de que são objeto;
- c) pelo sistema social e econômico da produção e do seu comércio.

§ 1.º Considera-se trabalho de fiscoação a extração de metais nobres nativos, em depósitos de eluvião ou aluvião, fluviais ou marinhos, com aparelhos ou máquinas simples e portáteis.

§ 2.º Considera-se trabalho de garimpeiro a extração de pedras preciosas e de minérios metálicos e não metálicos de alto valor, em depósitos de eluvião ou aluvião, com aparelhos ou máquinas simples e portáteis.

§ 3.º Equiparam-se aos trabalhos de fiscoação e garimpagem as catas exploráveis sem emprêgo de explosivos, na parte decomposta de filões, para extração das substâncias cujo tratamento se efetue por processos rudimentares.

Art. 64. A autorização de pesquisa ou lavra prefere aos trabalhos de fiscoação e garimpagem.

Art. 65. O DNPM mandará visitar periódicamente as zonas de concentração de fiscoadores e garimpeiros por técnicos incumbidos de observar o seu trabalho e sugerir medidas de estímulo e fiscalização.

Art. 66. Os tributos mencionados no Art. 68 e referente aos minerais ou minérios de que trata o Capítulo VIII serão pagos pelos compradores ou beneficiadores, de acôrdo com os dispositivos dêste Código.

§ 1.º A Diretoria das Rendas Internas, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral, poderá propor ao Ministro da Fazenda que qualquer minério fique equiparado, para fins do disposto no presente artigo, aos obtidos por fiscoação ou garimpagem, ou por trabalhos assemelhados.

§ 2.º A equiparação, de que cogita o parágrafo anterior, se tornará efetiva após expedição de circular pelo Ministério da Fazenda. (*)

Art. 67. A fiscalização do comércio de ouro e de outras substâncias exploradas pelo regime dêste Capítulo continua a cargo do Ministério da Fazenda, por intermédio da Diretoria das Rendas Internas do Tesouro Nacional e do Banco do Brasil, com a colaboração do DNPM.

CAPÍTULO IX

Disposições gerais

Art. 68. O mineral habilitado por decreto de autorização de pesquisa ou de lavra, ou garantido pelo § 4.º do Art. 143 da Constituição (**), bem como o comprador ou beneficiador de minério obtido por faiscação ou garimpagem ou por trabalhos assemelhados sòmente estão sujeitos aos tributos lançados pela União, pelo Estado ou pelo Município, num total de 8% do valor da produção efetiva da jazida ou mina, incluindo-se neste limite quaisquer outros impostos ou taxas, excetuados apenas o de renda, que venham a recair sòbre a jazida ou mina, sòbre o produto dela extraído, sòbre o próprio minerador, ou sòbre as operações que o mesmo realizar com êsse produto. (***)

§ 1.º Continua isenta de quaisquer impostos ou taxas a faiscação de ouro de aluvião, como preceituam o Decreto n.º 24.491, de 28 de junho de 1934, e o Decreto-lei n.º 350, de 23 de março de 1938.

§ 2.º Por efeito do disposto no Decreto n.º 24.195, de 4 de maio de 1934, o impòsto de renda compreende-se no total de 8% a que está sujeito o minerador do ouro.

§ 3.º A Diretoria das Rendas Internas do Ministério da Fazenda, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, estabelecerá anualmente o valor da unidade de produção efetiva para cada minério ou mina.

(*) Redação dada pelo Dec.-lei n.º 5.247, de 12-2-43, publicado no *Diário Oficial* de 15 de fevereiro 1943.

(**) Constituição de 10-11-37.

(***) Redação dada pelo Dec.-lei n.º 5.247, de 12-2-43. Anteriormente fôra observada a redação pelos Decretos-lei ns. 2.081, de 8-3-40, e 2.266, de 5-7-40. Dec.-lei n.º 9.450, de 12 de julho de 1946, publicado no "*Diário Oficial*" de 16 do mesmo mês.

§ 4.º No caso das jazidas da Classe XI, os tributos a que se refere este artigo serão cobrados à base de utilização das águas e gases.

§ 5.º Os tributos devidos ao Estado e ao Município, no limite máximo de 5%, poderão ser cobrados mensal ou anualmente, ou à proporção dos embarques.

§ 6.º São atividades de mineração as que se destinam à obtenção do ouro, prata e associados, fazendo parte integrante da mina os respectivos engenhos e maquinaria, que não podem ser gravados por qualquer impôsto ou taxa não previsto neste Código.

§ 7.º O Estado fixará, previamente, por decreto, as parcelas dos tributos que lhe cabem e as que tocam ao Município. (*)

Art. 69. O minerador garantido pelo Parágrafo 4.º do Artigo 143 da Constituição fica sujeito ao regime deste Código, e é obrigado a recolher aos cofres federais a taxa a que se referem os §§ 2.º, 3.º e 4.º do Art. 31. (**)

Art. 70. Suspensa definitivamente a lavra, a critério do DNPM, o Governo, por edital publicado no *Diário Oficial* e nos órgãos oficiais dos Estados da situação respectiva, declarará a jazida em disponibilidade a fim de ser aproveitada na forma deste Código.

Parágrafo único. Se o abandono da lavra fôr justificável, o novo concessionário terá de indenizar o anterior ao entrar na posse da mina. Nenhuma indenização será devida no caso de abandono ilícito.

Art. 71. As empresas de mineração organizadas de acordo com a lei gozarão dos seguintes favores:

a) isenção de direitos de importação para máquinas, aparelhos, ferramentas, modelos e material de consumo, que não existirem no País em igualdade de condições; (***)

b) tarifas mínimas nas estradas de ferro, nas companhias de navegação e nos serviços de cais e baldeação dos portos, custeados ou garantidos pelo Governo, não só para o transporte dos trabalhadores, como do material, minério, combustível e produtos manufaturados.

(*) Em virtude do art. do Dec.-lei n.º 2.667 de 3-10-940, o disposto neste artigo não se aplica à mineração do carvão nacional, que fica isenta da taxa aí mencionada.

(**) V. a nova redação dada ao Art. 31 pelo Dec.-lei n.º 5.247, de 12-2-53.

(***) Dec.-lei n.º 2.503, de 19-8-40, publicado no *Diário Oficial* de 21 do mesmo mês.

Parágrafo único. A importação a que se refere a letra *a* será fiscalizada por técnicos do Ministério da Agricultura, e pelos respectivos certificados nada será devido.

Art. 72. Sempre que o julgar oportuno, o DNPM sugerirá ao Governo medidas tendentes a incrementar ou restringir a exportação de minérios.

Parágrafo único. Sempre que o Governo tratar do estudo, comércio ou aproveitamento de matéria-prima mineral, será ouvido o DNPM.

CAPÍTULO X

Disposições transitórias

Art. 73. Haverá, na DFPM, quatro registros:

Livro A — “Registro das Jazidas e Minas Conhecidas”, para inscrição das jazidas e minas manifestadas de acôrdo com o Art. 10 do Decreto-lei n.º 24.642, de 10-7-1934, e a Lei n.º 94, de 10-9-1935;

Livro B — “Registro das Autorizações de Pesquisa”, para transcrição dos títulos respectivos (Art. 16 e Art. 60, § 1.º) em numeração seguida e em continuação aos lançamentos feitos no livro próprio já existente;

Livro C — “Registro das Autorizações de Lavra”, para transcrição dos títulos respectivos (Art. 31 e Art. 60, § 1.º) em numeração seguida e em continuação aos lançamentos feitos no livro próprio já existente;

Livro D — “Registro das Sociedades de Mineração” (Art. 6.º, § 1.º), para transcrição dos respectivos títulos de autorização para funcionar.

§ 1.º Os livros, que terão os títulos e letras por que são designados neste artigo, serão abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo diretor-geral do DNPM.

§ 2.º Findo um livro, o imediato tomará o número seguinte, acrescido à respectiva letra.

§ 3.º Os números dos registros não serão interrompidos ao fim de cada livro, mas continuarão indefinidamente, nos seguintes da mesma espécie.

Art. 74. O sistema de classificação das águas minerais, termais e gasosas será o atualmente adotado pelo DNSP.

§ 1.º Dentro de um ano, a partir desta data, uma comissão de especialistas do DNPM e do DNPS, designada pelo Ministro da Agricultura, submeterá à aprovação do Governo um novo sistema de classificação.

§ 2.º Tendo em vista o seu bom aproveitamento, deverão ser novamente examinadas e classificadas tôdas as fontes e estâncias hidrominerais do país.

Art. 75. As águas de mesa *stricto sensu* sòmente poderão ser objeto de comércio se tiverem expressa a menção “não mineral”.

Parágrafo único. Entende-se por “água de mesa” aquela cuja composição ou cujas características não se afastem da média das águas potáveis regionais cujo consumo não seja prejudicial à saúde.

Art. 76. O Presidente da República poderá autorizar, por decreto, alterações, fusões ou incorporações de empresas de mineração, para fins de participação de capitais estrangeiros, nos seguintes casos:

I — Em se tratando de pesquisa e lavra de jazidas de calcário, gipsita e argila, por analogia de procedimento com relação às matérias minerais referidas no § 1.º do Art. 12 dêste Código, as empresas interessadas poderão ser autorizadas a admitir sócios ou acionistas estrangeiros (*) quando destinados os minérios à fabricação de cimento e à cerâmica, desde que predominem os capitais e trabalhadores de origem nacional;

II — Em se tratando de minas em lavra, amparadas pelo § 4.º do Art. 143 da Constituição, as empresas que as explorem poderão ser autorizadas a emitir ações ao portador e admitir, como sócios ou acionistas, as sociedades nacionais, além dos cidadãos brasileiros, mas a sua administração se constituirá de brasileiros natos, na sua maioria. (**)

(*) Decretos-lei ns. 5.555, de 8-6-43, e 6.030, de 24-11-43.

(**) Redação dada pelo Dec.-lei número 3.553, de 25-84, publicado no *Diário Oficial* de 26 de agosto de 1941.

Art. 77. Continuam em vigor, no que não fôr contrário expressa ou tácitamente a êste Código e à legislação vigente, o Decreto n.º 24.193, de 3-5-1934, e o Decreto-lei n.º 466, de 4-6-1938. (*)

Art. 78. As leis que se refiram especialmente ao aproveitamento industrial das jazidas das Classes IX e X continuam também em vigor, sujeitas, porém, a uma revisão para adaptar-se ao sistema e à terminologia dêste Código. (**)

Art. 79. Compete ao Conselho Nacional do Petróleo a execução dêste Código, no que se refere às jazidas das Classes IX e X.

Art. 80. Ficam suspensas, até serem novamente reguladas, as transferências de atribuições feitas aos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente, pelos Decretos números 371, de 8-10-1935, 3.802, de 8-3-1939 e 4.419, de 20-7-1939 (***), bem como os acordos complementares dêsses decretos celebrados entre a União e aquêles Estados (****)

Art. 81. Ficam revogados o Decreto n.º 24.642, de 10 de julho de 1934, o Decreto n.º 24.673, de 11 de julho de 1934, a Lei n.º 94, de 10 de setembro de 1935, o Decreto n.º 585, de 14 de janeiro de 1936, o Decreto n.º 1.657, de 18 de maio de 1937, o Decreto-lei n.º 66, de

(*) Dec. n.º 24.193, de 3-5-34:

“Regula a indústria da falscação do ouro aluvionar em todo o território da República e estende às cinzas de ourivesarias, revigorando a proibição de exportação contida no Artigo 56 da Lei número 4.440, de 31-12-1921, e o comércio de pedras preciosas”.

(Diário Oficial de 4-6-34. Retificado no Diário Oficial de 6-6-34).

— Dec.-lei n.º 466, de 4-6-38:

Dispõe sobre a garimpagem e o comércio de pedras preciosas”.
(Diário Oficial de 16-6-38. Retificado no Diário Oficial de 5-7-38).

(**) Dec.-lei n.º 3.236, de 7-5-41.

(***) Dec.-lei n.º 371, de 8-10-35:

“Declara transferir ao Estado de Minas Gerais atribuições para autorizar e conceder o aproveitamento industrial das minas e jazidas minerais e dá outras providências”.

(Diário Oficial de 1-11-35).

— Dec. número 3.802, de 8-3-39:

“Transfere ao Estado de São Paulo as atribuições para autorizar e conceder o aproveitamento industrial das minas e jazidas minerais e dá outras providências”.

(Diário Oficial de 11-3-39).

— Dec. número 4.419, de 20-7-39:

“Transfere ao Estado do Rio Grande do Sul as atribuições para autorizar e conceder o aproveitamento industrial das minas e jazidas minerais e dá outras providências”.

(Diário Oficial de 26-7-39).

(****) Pelo Dec.-lei n.º 3.772, de 29-10-41, foi revogado o Parágrafo único que havia neste Artigo.

14 de dezembro de 1937, o Decreto-lei n.º 1.374, de 26 de junho de 1939, o Decreto-lei n.º 1.376, de 27 de junho de 1939 (*), e as demais disposições em contrário.

Art. 82. Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1940, 119.º da Independência e 52.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Fernando Costa
Francisco Campos
A. de Souza Costa
Eurico G. Dutra
Henrique A. Guilhem
João de Mendonça Lima
Maurício Nabuco
Gustavo Capanema
Waldemar Falcão

(Diário Oficial de 30-1-40; retificado nos de 3, 10 e 16-2-40).

(*) Dec. n.º 24.642, de 10-7-34 — Citado.

— Dec. n.º 24.673, de 11-7-34:

“Cria as taxas a que se referem os Códigos de Águas e de Minas (Diário Oficial (suplemento) de 14-7-34. Reproduzido no Diário Oficial de 29-8-34 e no Diário Oficial de 3-9-34).

— Lei número 94, de 10-9-35 — Citada”.

— Dec. número 585, de 14-1-36:

“Regula as áreas para as autorizações de pesquisas e as concessões de lavras, de que trata o Código de Minas (Dec. número 24.642, de 10-7-34), no Art. 19, número II *in fine* e no Art. 42, número XVII, *in fine*, e dá outras providências.

(Diário Oficial de 23-1-36).

— Dec. número 1.657, de 18-5-37:

“Faculta a ampliação das limitações de que tratam o Art. 1.º e seus parágrafos, do Decreto número 585, de 14-1-1936, relativamente às jazidas de aluviões nos casos que especifica”.

(Diário Oficial de 1-7-37).

— Dec.-lei número 66, de 14-12-37:

“Declara em vigor, com as modificações resultantes dos preceitos constitucionais, o Código de Minas e outros decretos que especifica, e expede bases para conformar a execução desses decretos à Constituição”.

(Diário Oficial de 18-12-37).

— Dec.-lei número 1.374, de 26-6-39:

“Regula a garimpagem e o comércio de pedras preciosas”.

(Diário Oficial de 27-6-39).

— Dec.-lei número 1.376, de 27-6-39:

“Revoga o Art. 56 do Código de Minas”.

(Diário Oficial, de 29-6-39. Retificado no Diário Oficial de 4-7-39.

— O Dec.-lei n.º 2.020, de 14-2-40, publicado no Diário Oficial de 18 do mesmo mês, manteve as taxas criadas pelo Art. 1.º do Dec. n.º 24.673, de 11-7-34.

DECRETO-LEI N.º 2.020, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1940

*Mantém as taxas criadas pelo art. 1.º do Decreto n.º 24.673,
de 11 de julho de 1934*

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que o Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940, reformando o Código de Minas, declara revogado o Decreto n.º 24.673, de 11 de julho de 1934, (1), que contém dispositivos pertinentes a êsse Código e ao de Águas, sem ressaltar que continua em vigor a parte que ao último se refere;

Considerando que não pretende o Governo alterar a atual legislação sobre Águas;

Decreta:

Artigo único. Continua em vigor o art. 1.º do Decreto número 24.673, de 11 de julho de 1934, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1940, 119.º da Independência e 52.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Fernando Costa

(1) — Vide Decreto n.º 24.673, de 11 de julho de 1934.

DECRETO-LEI N.º 3.553, DE 25 DE AGOSTO DE 1941

Dá nova redação ao art. 76 do Código de Minas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação o art. 76 do Código de Minas, suprimindo o seu parágrafo único:

“Art. 76. O Presidente da República poderá autorizar, por decreto, alterações, fusões ou incorporações de empresas de mineração, para fins de participação de capitais estrangeiros, nos seguintes casos:

I. Em se tratando de pesquisa e lavra de jazidas de calcário, gipsita e argila, por analogia de procedimento com relação às matérias minerais referidas no § 1.º do art. 12 deste Código, as empresas interessadas poderão ser autorizadas a admitir sócios ou acionistas estrangeiros, quando destinados os minérios à fabricação de cimento e à cerâmica, desde que predominem os capitais e trabalhadores de origem nacional.

II. Em se tratando de minas em lavra, amparadas pelo § 4.º do art. 143 da Constituição, as empresas que as explorem poderão ser autorizadas a emitir ações ao portador e admitir, como sócios ou acionistas, as sociedades nacionais, além dos cidadãos brasileiros, mas a sua administração se constituirá de brasileiros natos, na sua maioria.”

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1941, 120.º da Independência
e 53.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Carlos de Souza Duarte

Vasco Leitão da Cunha

A. de Souza Costa

Eurico G. Dutra

Henrique A. Guilhem

João de Mendonça Lima

Osvaldo Aranha

Gustavo Capanema

Dulphe Pinheiro Machado

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N.º 5.201, DE 18 DE JANEIRO DE 1943

Define a transitoriedade da suspensão da lavra das minas, prevista no § 4.º do art. 143 da Constituição.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que as minas em lavra transitòriamente suspensa já gozam desta faculdade por mais de oito anos;

Considerando que podem resultar grandes prejuízos para a Nação com a inércia de tais minas, e convindo seja reiniciada sua lavra o mais breve possível;

Considerando que o Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), fixa o prazo de um ano, contando do Decreto de autorização, para que se inicie a lavra da jazida, decreta:

Art. 1.º As minas manifestadas como lavra transitòriamente suspensas, de acòrdo com o art. 10 do Decreto n.º 24.642, de 10 de julho de 1934, terão sua lavra suspensa definitivamente, se não fôr reiniciada dentro do prazo de um ano, a partir da publicação dèste Decreto-lei, salvo os casos de fôrça maior reconhecidos pelo Govêrno.

Art. 2.º As minas que tiverem sua lavra reiniciada dentro do prazo a que se refere o artigo precedente, gozarão de tôdas as vantagens atribuídas às minas em lavra ativa na data da Constituição de 1934, ficando sujeitas às regras prescritas pelo Código de Minas, aplicáveis ao caso.

Art. 3.º As minas cuja lavra não fôr reiniciada no prazo previsto no art. 1.º dèste Decreto-lei, passarão para o domínio da Nação, ficando a jazida em disponibilidade, a fim de ser aproveitada na forma do Decreto-lei número 1.895, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas).

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N.º 5.555, DE 8 DE JUNHO DE 1943

Equipara as empresas de mineração de fosfatos naturais às de que trata o Decreto-lei n.º 3.553, de 25 de agosto de 1941, () que dá nova redação ao art. 76, do Código de Minas*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As empresas que têm por objeto a lavra e a industrialização de fosfatos naturais para transformá-los em fosfatos solúveis, destinados à lavoura nacional, ficam equiparadas às de que trata o Decreto-lei n.º 3.553, de 25 de agosto de 1941, para poderem ser autorizadas a admitir sócios ou acionistas estrangeiros, por decreto do Presidente da República, desde que a sua administração se constitua de brasileiros natos, na sua maioria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1943; 122.º da Independência e 55. da República.

GETÚLIO VARGAS
Apolônio Sales.

(*) Vide pág. 79

DECRETO-LEI N.º 6.030, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1943

Equipara as empresas de mineração de magnesita às de que trata o Decreto-lei n.º 3.553, de 25 de agosto de 1941 () que dá nova redação ao art. 76, do Código de Minas.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As empresas que têm por objeto a pesquisa e lavra de jazidas de magnesita, ficam equiparadas às de que trata o Decreto-lei número três mil quinhentos e cinquenta e três (3.553), de vinte e cinco (25) de agosto de mil novecentos e quarenta e um (1941), quando destinado o minério à fabricação de material refratário, desde que predominem os capitais de origem nacional.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República,

GETÚLIO VARGAS
Apolônio Sales.

(*) Vide pág. 79.

DECRETO-LEI N.º 6.230, DE 29 DE JANEIRO DE 1944

Dispõe sobre a formação do capital de empresas de mineração e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Presidente da República poderá permitir que companhias destinadas à exploração da mineração tenham seu capital constituído em metade por ações ao portador, desde que a outra metade o seja por ações nominativas, cuja propriedade só poderá caber a pessoas físicas brasileiras.

Art. 2.º A Diretoria das companhias assim constituídas será formada de cinco diretores ou maior número ímpar, dos quais metade, entre eles o presidente, eleito pelo grupo dos possuidores de ações nominativas e outra metade pelos possuidores de ações ao portador, elegendo os próprios diretores assim escolhidos o último diretor.

Art. 3.º A eleição do Conselho Fiscal, cujo número de membros não será inferior a cinco, atenderá ao processo fixado no artigo anterior.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alexandre Marcondes Filho
Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N.º 9.450, DE 12 DE JULHO DE 1946

Dispõe sobre o imposto de produção das jazidas e minas nos Territórios Federais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica fixado em oito por cento (8%) o imposto devido à União e aos Municípios, nos Territórios Federais, de conformidade com o art. 20, alínea "f", da Constituição, e de acordo com o limite estabelecido no art. 68, Capítulo X, Disposições Gerais, do Decreto-lei 1.985, de 29 de janeiro de 1940, refundido pelo Decreto-lei n.º 5.247, de 12 de fevereiro de 1943.

Parágrafo único. O referido imposto será cobrado nos municípios territoriais onde se encontrar a jazida ou mina, pelas repartições arrecadoras do Governo Federal, de acordo com as instruções a serem baixadas pela Diretoria das Rendas Internas do Ministério da Fazenda em comum acordo com o Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Do imposto arrecadado, caberão 5% ao município onde se encontrar a mina ou jazida, quota a ser entregue ao mesmo na forma a ser estabelecida pelas instruções de que trata o parágrafo único do artigo anterior.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor em 1.º de agosto de 1946, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1946; 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA
Neto Campelo Júnior

LEI N.º 1.310 — DE 15 DE JANEIRO DE 1951

Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Dos fins e da competência do Conselho Nacional de Pesquisas

Art. 1.º E' criado o Conselho Nacional de Pesquisas, que terá por finalidade promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento.

§ 1.º O Conselho é pessoa jurídica subordinada direta e imediatamente ao Presidente da República, terá sede na Capital Federal e gozará de autonomia técnico-científica, administrativa e financeira, nos termos da presente lei.

§ 2.º Sempre que necessário, o Conselho entrará em entendimento direto com as autoridades federais, estaduais e municipais, bem como com entidades públicas e subvencionadas, a fim de obter o seu apoio e cooperação.

§ 3.º O Conselho será representado por seu Presidente, em juízo e fora dêle, ativa e passivamente.

Art. 2.º Serão órgãos consultivos do Conselho Nacional de Pesquisas, além da Academia Brasileira de Ciências, outras entidades de caráter científico e reconhecido valor que, para tal fim, receberem o voto da maioria absoluta dos membros do Conselho Deliberativo.

Parágrafo único. A forma de cooperação dos órgãos consultivos, a que se refere este artigo, com o Conselho Nacional de Pesquisas, será estabelecida no regulamento, a que se refere o Art. 32 da presente lei.

Art. 3.º Compete precipuamente ao Conselho:

a) promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativa própria, ou em colaboração com outras instituições do País ou do exterior;

b) estimular a realização de pesquisas científicas ou tecnológicas em outras instituições oficiais ou particulares, concedendo-lhes os recursos necessários, sob a forma de auxílios especiais, para aquisição de material, contrato e remuneração de pessoal e para quaisquer outras providências condizentes com os objetivos visados;

c) auxiliar a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos especializados, sob a orientação de professores nacionais ou estrangeiros, concedendo bolsas de estudo ou de pesquisa e promovendo estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais do País ou no exterior;

d) cooperar com as universidades e os institutos de ensino superior no desenvolvimento da pesquisa científica e na formação de pesquisadores;

e) entrar em entendimento com as instituições que desenvolvem pesquisa, a fim de articular-lhes as atividades para melhor aproveitamento de esforços e recursos;

f) manter-se em relação com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica e participação nas reuniões e congressos, promovidos no País e no exterior, para estudo de temas de interesse comum;

g) emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos pertinentes às suas atividades e que sejam solicitados por órgãos oficiais;

h) sugerir aos poderes competentes quaisquer providências, que considere necessárias à realização de seus objetivos.

§ 1.º Para cada exercício financeiro, o Conselho estabelecerá um plano básico de trabalho e proverá, para sua execução, à discriminação dos recursos necessários.

§ 2.º Nos casos previstos nas alíneas b, c e d deste artigo, o Conselho acompanhará a realização das correspondentes ativi-

des a cargo das instituições a que conceder auxílio financeiro, sem que isso, no entanto, importe em interferência nas questões internas dessas instituições, ou em suas investigações científicas.

§ 3.º O Conselho incentivará, em cooperação com órgãos técnicos oficiais, a pesquisa e a prospecção das reservas existentes no País de materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica.

§ 4.º Para efeito desta lei, serão considerados materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica os minérios de urânio, tório, cádmio, lítio, berílio e boro e os produtos resultantes de seu tratamento, bem como a grafita e outros materiais discriminados pelo Conselho.

Art. 4.º É proibida a exportação, por qualquer forma, de urânio e tório e seus compostos e minérios, salvo de govêrno para govêrno, ouvidos os órgãos competentes.

§ 1.º A exportação de minério de berílio só poderá ser feita mediante autorização expressa do Presidente da República, após a audiência dos órgãos especializados competentes.

§ 2.º A infração do disposto neste artigo constitui o crime previsto no Decreto-lei número 431, de 18 de maio de 1938, Art. 3.º, inciso 18, e sujeita o infrator à pena de 2 a 4 anos de reclusão, sem prejuízo de outras penalidades em que possa incorrer.

Art. 5.º Ficarão sob contrôle do Estado, por intermédio do Conselho Nacional de Pesquisas ou, quando necessário, do Estado-Maior das Fôrças Armadas, ou de outro órgão que fôr designado pelo Presidente da República, tôdas as atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica, sem prejuízo da liberdade de pesquisa científica e tecnológica.

§ 1.º Compete privativamente ao Presidente da República orientar a política geral da energia atômica em tôdas as suas fases e aspectos.

§ 2.º Compete ao Conselho Nacional de Pesquisas a adoção das medidas que se fizerem necessárias à investigação e à industrialização da energia atômica e de suas aplicações, inclusive aquisição, transporte, guarda e transformação das respectivas matérias-primas para êsses fins.

§ 3.º O Poder Executivo adotará as providências que julgar necessárias para promover e estimular a instalação no País das indústrias destinadas ao tratamento dos minérios referidos no § 4.º do Art. 3.º e, em particular, à produção de urânio e tório e seus compostos, bem como de quaisquer materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica.

CAPÍTULO II

Da organização do Conselho

Art. 6.º O Conselho Nacional de Pesquisa terá a seguinte organização:

- a) Conselho Deliberativo;
- b) Divisão Técnico-Científica;
- c) Divisão Administrativa.

Art. 7.º O Conselho Deliberativo, órgão soberano de orientação das atividades do Conselho Nacional de Pesquisas, será constituído dos seguintes membros, todos brasileiros:

a) 2 (dois) membros de livre escolha do Presidente da República e que exercerão, respectivamente, as funções em comissão de Presidente e Vice-Presidente do Conselho;

b) 5 (cinco) membros escolhidos pelo Governo como representantes, respectivamente, dos Ministérios da Agricultura, da Educação e Saúde, das Relações Exteriores e do Trabalho, Indústria e Comércio e do Estado-Maior das Forças Armadas.

c) 9 (nove) membros no mínimo a 18 (dezoito) no máximo, representando um deles a Academia Brasileira de Ciências, 2 (dois) outros, respectivamente, o órgão representativo das indústrias e o da administração pública, escolhidos os demais dentre homens de ciência, professores, pesquisadores ou profissionais técnicos pertencentes a Universidade, escolas superiores, instituições científicas, tecnológicas e de alta cultura, civis ou militares, e que se recomendem pelo notório saber, reconhecida idoneidade moral e devotamento aos interesses do País.

§ 1.º Os membros do Conselho terão a escolha confirmada por decreto, exercerão mandato por três anos, que poderá ser renovado, e suas funções serão consideradas de alta relevância.

§ 2.º A renovação e o preenchimento de vaga dos membros, a que se referem as alíneas a e b, ficam a critério do Governo.

§ 3.º No caso da representação, prevista na alínea c, far-se-á nos 2 (dois) primeiros anos, contados da data da instalação do Conselho, a renovação de um terço dos membros, determinando-se, mediante prévio sorteio, os que devam ser substituídos.

§ 4.º Para efeito da renovação ou de preenchimento de vaga dos membros incluídos na citada alínea c, organizará o Conselho uma lista, contendo os nomes das personalidades indicadas com especificação das instituições a que pertençam, com um número duplo do que deve renovar ou completar a representação.

§ 5.º Para a constituição inicial do Conselho, o Presidente da República escolherá livremente os membros a que se refere a alínea c do Art. 7.º desta lei.

Art. 8.º O Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas exercerá a direção suprema de toda a organização e será responsável pela execução das resoluções do Conselho Deliberativo.

§ 1.º Em seus impedimentos eventuais, ou em sua falta, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 2.º O Conselho terá 1 (um) Consultor Jurídico e o Presidente 1 (um) ou mais Assistentes, um dos quais será designado para exercer as funções de Secretário das sessões do Conselho Deliberativo.

Art. 9.º A Divisão Técnico-Científica ficará encarregada de elaborar os planos gerais de pesquisa, relacionados com os objetivos do Conselho, e terá, a critério deste, os setores necessários a atender ao desenvolvimento de suas atividades.

§ 1.º A direção da Divisão Técnico-Científica será exercida por 1 (um) Diretor-Geral e a de cada Setor por 1 (um) Diretor de Pesquisa, de livre designação do Presidente, escolhidos, ou não, dentre os membros do Conselho e sujeitos ao regime de tempo integral.

§ 2.º Cada Diretor poderá ter, como auxiliares, um ou mais Assistentes por êle indicados.

§ 3.º Para efeito da elaboração dos estudos e planos previstos neste artigo, poderá ainda o Conselho requisitar, na forma da legislação em vigor, ou contratar pessoal científico e técnico especializado, nacional ou estrangeiro, de comprovada idoneidade, bem como instituir comissões consultivas de homens de ciência pura e aplicada.

Art. 10. A Divisão Administrativa terá a seu cargo os serviços de Administração, Contabilidade e Documentação.

Parágrafo único. A direção da Divisão Administrativa será exercida por 1 (um) Diretor, auxiliado por 3 (três) Chefes de Setores e servidores públicos, requisitados na forma da legislação em vigor.

Art. 11. Os serviços técnicos e administrativos do órgão central do Conselho serão instalados na Capital Federal, onde se realizarão, ordinariamente, as sessões.

§ 1.º O Presidente do Conselho poderá, entretanto, convocar sessões para serem realizadas em qualquer localidade do País.

§ 2.º Serão considerados de caráter reservado os arquivos do Conselho e, bem assim, normalmente, as sessões, salvo nos casos em que fôr deliberado de outra forma.

Art. 12. Reunir-se-á o Conselho Deliberativo quando convocado pelo Presidente, ou mediante requerimento subscrito, pelo menos, por um terço dos seus membros.

§ 1.º Os membros do Conselho perceberão, por sessão a que comparecerem, uma gratificação de presença, até o máximo de 60 (sessenta) sessões por ano.

§ 2.º Ao Presidente e ao Vice-Presidente caberá, além disso, mensalmente, uma verba de representação.

§ 3.º Aos membros, que não residirem no local onde se realizarem as sessões, serão concedidas ajuda de custo e diárias para despesas de viagem e estada.

§ 4.º Para os membros que sejam servidores públicos, civis ou militares, as reuniões do Conselho terão preferência sobre suas funções ordinárias, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens do cargo ou posto efetivo.

Art. 13. Para a realização de seus objetivos, o Conselho é autorizado a promover a criação e a organização de laboratórios ou institutos, não só na Capital Federal, como em outras localidades do País, e que lhe ficarão subordinados científica, técnica e administrativamente.

CAPÍTULO III

Do patrimônio e da sua utilização

Art. 14. O patrimônio do Conselho Nacional de Pesquisa será formado:

a) pelos bens e direitos que lhe forem doados ou por ele adquiridos;

b) pelos saldos de rendas próprias, ou de recursos orçamentários, quando transferidos para a conta patrimonial.

Art. 15. A aquisição de bens patrimoniais, por parte do Conselho independe da aprovação do Governo Federal, mas a alienação desses bens somente poderá ser efetuada depois de autorizada em lei.

Art. 16. Os bens e direitos pertencentes ao Conselho somente poderão ser utilizados para a realização de objetivos próprios à sua finalidade, na forma desta lei, permitida, porém, a inversão de um e de outro para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

CAPÍTULO IV

Dos recursos e da sua aplicação

Art. 17. Os recursos para manutenção e desenvolvimento dos serviços do Conselho Nacional de Pesquisas, conservação, renovação e ampliação de suas instalações serão provenientes de:

a) dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pela União;

b) dotações, a título de subvenção, que lhe atribuirem Unidades da Federação e Municípios;

c) doações, legados e outras rendas que, a esse título, receber de pessoas físicas ou jurídicas;

d) renda da aplicação de bens patrimoniais;

e) retribuição de atividades remuneradas dos laboratórios e quaisquer outros serviços;

f) taxas e emolumentos;

g) receita eventual;

h) produto da venda de material inservível ou da alienação de elementos patrimoniais;

i) produto de créditos especiais abertos por lei.

Art. 18. A dotação correspondente a cada exercício financeiro constará do orçamento da União, com título próprio, destacada da quota nacional, prevista no Art. 169 da Constituição da República, para ser entregue ao Conselho, sob a forma de auxílio, em quotas semestrais antecipadas e que serão depositadas para movimentação, em conta corrente em instituição oficial de crédito.

§ 1.º O Conselho deliberará sobre a distribuição dos recursos concedidos e examinará, para a devida comprovação, as demonstrações das despesas efetuadas.

§ 2.º A movimentação dos fundos será feita mediante a assinatura conjunta do Presidente e do Diretor da Divisão Administrativa.

CAPÍTULO V

Do regime financeiro

Art. 19. O regime financeiro do Conselho Nacional de Pesquisas obedecerá aos seguintes preceitos:

- a) o exercício financeiro coincidirá com o ano civil;
- b) a proposta de orçamento será organizada pelo Conselho e justificada com a indicação dos planos de trabalho correspondentes;
- c) os saldos de cada exercício serão lançados no fundo patrimonial ou em fundos especiais, na conformidade do que, a respeito, deliberar o Conselho;
- d) durante o exercício financeiro poderão ser abertos créditos adicionais, desde que as necessidades dos serviços o exijam e haja recursos disponíveis.

Parágrafo único. A proposta de orçamento, organizada pelo Conselho, será submetida à aprovação do Presidente da República.

Art. 20. Para a realização de planos cuja execução possa exceder a um exercício, as despesas previstas serão aprovadas globalmente, consignando-se nos orçamentos seguintes as respectivas dotações.

Art. 21. A prestação global anual de contas ao Presidente da República será feita até o último dia útil do mês de fevereiro e constará, além de outros, dos seguintes elementos:

- a) balanço patrimonial;
- b) balanço econômico;
- c) balanço financeiro;
- d) quadro comparativo entre a receita estimada e a receita realizada;
- e) quadro comparativo entre a despesa fixada e a despesa realizada.

§ 1.º A prestação de contas, referente às dotações orçamentárias, será apresentada ao Tribunal de Contas até o último dia útil do mês de fevereiro, respeitando-se os assuntos considerados sigilosos pelo Conselho.

§ 2.º Também até o último dia útil do mês de fevereiro o Conselho apresentará seus balanços à Contadoria da República, para que sejam publicados juntamente com os balanços gerais da União.

CAPÍTULO VI

Do fundo nacional de pesquisas e outros fundos

Art. 22. E' instituído um Fundo Nacional, destinado a pesquisas científicas e tecnológicas, especialmente administrado e movimentado pelo Conselho.

Parágrafo único. Serão incorporados ao fundo, de que trata este artigo, os créditos especialmente concedidos para este fim, os saldos de dotações orçamentárias e quaisquer outras rendas e receitas eventuais.

Art. 23. O Conselho poderá receber doações com ou sem finalidades determinadas.

Parágrafo único. A aplicação desses recursos será estabelecida em regulamentação própria.

CAPÍTULO VII

Disposições gerais e transitórias

Art. 24. O Conselho organizará seu regimento interno, no qual serão estabelecidas as normas gerais para desempenho de seus encargos, e elaborará, para aprovação do Governo, o projeto de regulamentação da presente lei.

Parágrafo único. O regulamento disporá sobre a estruturação das Divisões, Setores e demais órgãos previstos nesta lei, sobre os requisitos e condições para a concessão de auxílios, destinados à realização de cursos ou pesquisas e, ainda, sobre as formas de admissão, o regime de trabalho de tempo integral e de pagamentos, as atribuições, vantagens e deveres do pessoal, atendidas as seguintes disposições:

a) o Conselho praticará sob sua exclusiva responsabilidade todos os atos peculiares ao seu funcionamento;

b) as condições gerais de requisição, designação, licenciamento, demissão e aposentadoria dos servidores públicos, lotados no Conselho, são as estabelecidas na legislação federal;

c) o Conselho poderá admitir pessoal não caracterizado como permanente ou extranumerário, para melhor consecução de suas finalidades.

Art. 25. Os trabalhos e os resultados das pesquisas, realizadas por iniciativa ou sob o patrocínio do Conselho, excluídos os casos que interessem à segurança nacional, serão divulgados pela forma mais apropriada, trazendo expressa referência à contribuição do Conselho.

Parágrafo único. A divulgação de relatórios, memoriais e demais trabalhos referentes ao aproveitamento da energia atômica será autorizada após consulta ao Estado-Maior das Forças Armadas.

Art. 26. Qualquer pessoa, a serviço do Conselho, que, em virtude da função exercida ou de trabalho a seu cargo, tiver conhecimento de matéria julgada sigilosa, responderá pela observância das disposições que, a respeito, estão fixadas em lei.

Parágrafo único. O caráter sigiloso e sua classificação, segundo a gradação reservada, confidencial e secreta, quando ocorrer a hipótese, deverá constar explicitamente da resolução, ordem de serviço ou contrato a que se referir.

Art. 27. Os interesses do Conselho Nacional de Pesquisas serão atendidos, em juízo, no Distrito Federal, por seu Consultor Jurídico e, nos Estados, pelo Procurador Seccional da República.

Art. 28. São isentos de impostos e taxas os aparelhos, instrumentos, utensílios de laboratório, produtos químicos e quaisquer outros materiais, que o Conselho importar para a execução dos seus serviços e o respectivo desembaraço alfandegário far-se-á mediante simples requisição ao chefe da repartição competente, acompanhada da prova de aquisição do material importado.

Art. 29. O Conselho gozará de franquia postal telegráfica e radiotelegráfica nas redes oficiais ou nas que estejam obrigadas por qualquer forma a serviço oficial e, ainda, das facilidades de transporte terrestre, marítimo, fluvial e aéreo, concedidas a serviço público.

Art. 30. Anualmente, até o último dia útil do mês de fevereiro, o Presidente do Conselho apresentará ao Presidente da República relatório das atividades do Conselho no exercício anterior.

Art. 31. Para as atividades iniciais do Conselho, inclusive despesas de instalação e organização de seus serviços, é o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) .

Art. 32. A presente lei será regulamentada dentro de 60 (sessenta) dias da sua publicação.

Art. 33. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EURICO G. DUTRA.

José Francisco Bias Fortes.

Silvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Raul Fernandes.

Guilherme da Silveira.

João Valdetaro de Amorim e Mello.

A. de Novaes Filho.

Pedro Calmon.

Marcial Dias Pequeno.

Armando Trompowsky.

DECRETO N.º 29.433 — DE 4 DE ABRIL DE 1951

Aprova o Regulamento do Conselho Nacional de Pesquisas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e de acôrdo com o disposto no Art. 32 da Lei número 1.310, de 15 de janeiro de 1951, decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Regulamento do Conselho Nacional de Pesquisas que a êste acompanha e vai assinado por todos os Ministros de Estado.

Art. 2.º — Êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de abril de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Renato de Almeida Guilhobel

Newton Estilac Leal

Heitor Lira

Horácio Láfer

Alvaro de Sousa Lima

João Cleofas

E. Simões Filho

Danton Coelho

Nero Moura

REGULAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

CAPÍTULO I

Das finalidades do Conselho Nacional de Pesquisas.

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Pesquisas (C.N.Pq.) tem por finalidade promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento, tendo em vista o bem-estar humano e os reclamos da cultura, da economia, e da segurança nacional.

Parágrafo único. O Conselho é pessoa jurídica subordinada direta e imediatamente ao Presidente da República, tem sede na Capital Federal e goza de autonomia técnico-científica, administrativa e financeira, nos termos da Lei número 1.310, de 15 de janeiro de 1951.

Art. 2.º — Compete precipuamente ao Conselho;

a) promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativa própria, ou em colaboração com outras instituições do País ou do exterior.

b) estimular a realização de pesquisas científicas ou tecnológicas em outras instituições, oficiais ou particulares, concedendo-lhes os recursos necessários, sob a forma de auxílios especiais, para quaisquer outras providências condizentes com os objetivos visados;

c) auxiliar a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos especializados, sob a orientação de professores nacionais ou estrangeiros, concedendo bolsas de estudo ou de pesquisa e promovendo estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais, no País ou no exterior.

d) cooperar com as universidades e os institutos de ensino superior do desenvolvimento da pesquisa científica e na formação de pesquisadores;

e) entrar em entendimento com as instituições, que desenvolvem pesquisas, a fim de articular-lhes as atividades para melhor aproveitamento de esforços e recursos;

f) manter relações com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica e participação nas reuniões e congressos, promovidos no País e no exterior, para estudo de temas de interesse comum;

g) emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos pertinentes às suas atividades que sejam solicitados por órgão oficial e sobre licenciamento de expedições científicas ao interior do Brasil.

h) executar e manter em dia um cadastro dos recursos disponíveis no País para a investigação e produção científica, técnica e industrial, quer quanto ao número, especialmente e localização dos pesquisadores, em atividade e em formação, quer quanto às instalações, fontes de abastecimentos e outros fatores materiais;

i) realizar inquéritos nos meios culturais, universitários, tecnológicos e industriais, a fim de auscultar-lhes a opinião sobre questões de interesse nacional, ou com o objetivo de colher documentação ou dados necessários à análise dos problemas estudados pelo Conselho;

j) sugerir aos poderes competentes quaisquer providências que considere necessárias à realização de seus objetivos.

§ 1.º — Para cada exercício financeiro, o Conselho estabelecerá um plano básico de trabalho e proverá, para sua execução, a discriminação dos recursos necessários.

§ 2.º — Nos casos previstos nas alíneas *b*, *c* e *d* deste artigo, o Conselho acompanhará a realização das correspondentes atividades, a cargo das instituições a que conceder auxílio financeiro, sem que isso, no entanto, importe em interferência nas questões internas dessas instituições, ou em suas investigações científicas.

§ 3.º — O Conselho incentivará, em cooperação com órgãos técnicos, oficiais, a pesquisa e a prospecção das reservas existentes no País de materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica.

§ 4.º — O desenvolvimento das atribuições a que se referem as alíneas *a*, *b*, *c*, *d* e *e* o § 3.º deste artigo será objeto de ajustes, acordos, convênios ou contratos a serem celebrados entre o C. N. Pq. e os órgãos, instituições ou pessoas interessadas.

§ 5.º — São considerados materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica os minérios de urânio, tório, cádmio, lítio, berílio e boro e os produtos resultantes de seu tratamento, bem como a grafita e outros materiais que venham a ser discriminados pelo Conselho.

Art. 3.º — E' proibida a exportação, por qualquer forma, de urânio e tório e seus compostos e minérios, salvo de Governo para Governo, ouvidos os órgãos competentes.

§ 1.º — A exportação de minério de berílio só poderá ser feita mediante autorização expressa do Presidente da República, após a audiência dos órgãos especializados competentes.

§ 2.º — A infração do disposto neste artigo constitui o crime previsto no Decreto-lei n.º 431, de 18 de maio de 1938, Art. 3.º, inciso 18, e sujeita o infrator à pena de 2 a 4 anos de reclusão, sem prejuízo de outras penalidades em que possa incorrer.

Art. 4.º — Ficam sob contrôlo do Estado, por intermédio do Conselho Nacional de Pesquisas ou, quando necessário, do Estado-Maior das Fôrças Armadas, ou de outro órgão que fôr designado pelo Presidente da República, tôdas as atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica, sem prejuízo da liberdade de pesquisa científica e tecnológica.

§ 1.º — Compete privativamente ao Presidente da República orientar a política geral da energia atômica em tôdas as suas fases e aspectos.

§ 2.º — Compete ao Conselho Nacional de Pesquisas a adoção das medidas que se fizerem necessárias à investigação e à industrialização da energia atômica e as suas aplicações, inclusive aquisição, transporte, guarda e transformação das respectivas matérias-primas, para êsses fins.

§ 3.º — O Poder Executivo adotará as providências que julgar necessárias para promover e estimular a instalação no País das indústrias destinadas ao tratamento dos minérios referidos no § 5.º do art. 2.º e, em particular, à produção de urânio e tório e seus compostos, bem como de quaisquer materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica.

CAPÍTULO II

Da constituição do Conselho Nacional de Pesquisas.

Art. 5.º — O Conselho Nacional de Pesquisas tem a seguinte organização;

- a) Conselho Deliberativo (C.D.);
- b) Divisão Técnico-Científica (D.T.C.);
- c) Divisão Administrativa (D.A.);

CAPÍTULO III

Do Conselho Deliberativo

Art. 6.º — O Conselho Deliberativo, órgão soberano de orientação das atividades do Conselho Nacional de pesquisas, será constituído dos seguintes membros, todos brasileiros:

a) dois membros de livre escolha do Presidente da República e que exercerão, respectivamente, as funções, em comissão, de Presidente e Vice-Presidente do Conselho;

b) cinco membros escolhidos pelo Governo como representantes, respectivamente, dos Ministérios da Agricultura, da Educação e Saúde, das Relações Exteriores e do Trabalho, Indústria e Comércio e do Estado-Maior das Forças Armadas;

c) nove membros, no mínimo, a dezoito, no máximo, representando um deles a Academia Brasileira de Ciências, 2 outros respectivamente, o órgão representativo das indústrias e o da administração pública, escolhidos os demais entre homens de ciência, professores, pesquisadores ou profissionais técnicos pertencentes a universidades, escolas superiores, instituições científicas, tecnológicas e de alta cultura, civis ou militares, e que se recomendem pelo notório saber, reconhecida idoneidade moral e devotamento aos interesses do País.

§ 1.º — Os membros do Conselho terão a escolha confirmada por decreto, exercerão mandato por três anos, que poderá ser renovado, e suas funções serão consideradas de alta relevância.

§ 2.º — O Presidente e o Vice-Presidente do C.N.Pq. tomarão posse perante o Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

§ 3.º — Os demais membros do Conselho tomarão posse perante o Presidente do C.N.Pq.

§ 4.º — A renovação e o preenchimento de vaga dos membros a que se referem as alíneas *a* e *b* ficam a critério do Governo.

§ 5.º — Para efeito da renovação ou do preenchimento de vaga dos membros incluídos na alínea *c*, organizará o Conselho uma lista, contendo os nomes das personalidades indicadas, com especificação das instituições a que pertençam, com um número duplo do que deve renovar ou completar a representação.

Art. 7.º — O Conselho Deliberativo reunir-se-á, ordinariamente, quatro vezes por mês e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente, ou mediante requerimento subscrito, pelo menos, por um terço de seus membros.

Art. 8.º — O Conselho Deliberativo só poderá reunir-se com o número mínimo de nove membros, inclusive o Presidente, e deliberar com o número mínimo de treze membros, inclusive o Presidente.

§ 1.º — As decisões do C.D. serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente, apenas, voto de desempate.

§ 2.º — Quando se tratar de matéria omissa neste Regulamento, o C.D. só poderá deliberar com o *quorum* de dezessete membros.

Art. 9.º — O C.D. poderá convocar os demais órgãos do C.N.Pq., bem como outras instituições ou personalidades, a fim de prestarem esclarecimentos julgados oportunos para seus debates e deliberações.

Art. 10. — Os membros do Conselho perceberão, por sessão a que comparecerem, uma gratificação de presença de Cr\$ 500,00, até o máximo de sessenta sessões por ano.

§ 1.º — Ao Presidente e ao Vice-Presidente caberá, além disso, mensalmente, uma verba de representação, fixada, bianualmente, pelo Presidente da República.

§ 2.º — Aos membros, que não residirem no local onde se realizarem as sessões, serão concedidas ajuda de custo e diárias para despesas de viagem e estada.

§ 3.º — Para os membros que sejam servidores públicos, civis ou militares, as reuniões do Conselho terão preferência sobre suas

funções ordinárias, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens do cargo ou posto efetivo.

Art. 11 — O C.D. será secretariado por um Assistente do Presidente, por êle designado, a quem competirá redigir as atas e proceder à sua leitura.

Art. 12 — O Presidente do C.N.Pq. exercerá a direção suprema de toda a organização, presidirá às sessões do Conselho Deliberativo e será responsável pela execução das respectivas resoluções.

§ 1.º — O C.N.Pq. será representado por seu Presidente, em juízo e fora dêle, ativa ou passivamente.

§ 2.º — O Vice-Presidente secundará o Presidente na supervisão dos trabalhos, pesquisas e empreendimentos técnicos e científicos do C.N.Pq.

§ 3.º — O Conselho terá um Consultor Jurídico e o Presidente um ou mais Assistentes, um dos quais será designado para exercer as funções de Secretário das sessões do Conselho Deliberativo.

Art. 13 — O Presidente do C.N.Pq. será auxiliado por um Secretário e dois Assistentes por êle designados.

Art. 14 — O Vice-Presidente será auxiliado por um Assistente por êle indicado.

CAPÍTULO IV

Da Divisão Técnico-Científica

Art. 15 — A D.T.C. elaborará os planos gerais de trabalho e de pesquisa, relacionados com os objetivos do Conselho, e terá, a critério dêste, os setores necessários a atender ao desenvolvimento de suas atividades.

§ 1.º — A Direção da D.T.C. será exercida por um Diretor-Geral e a de cada Setor por um Diretor-de-Pesquisas, de livre designação do Presidente, escolhidos, ou não, dentre os membros do Conselho, e sujeitos ao regime de tempo integral.

§ 2.º — Cada Diretor poderá ter, como auxiliares, um ou mais Assistentes por êle indicados.

Art. 16 — Para efeito da elaboração dos estudos e planos previstos neste Regulamento, poderá ainda o Conselho requisitar, na forma da legislação em vigor, ou contratar pessoal científico e téc-

nico especializado, nacional ou estrangeiro, de comprovada idoneidade, bem como instituir comissões consultivas de homens de ciência pura e aplicada.

Parágrafo único — As repartições federais e o Banco do Brasil S.A. ficam autorizados a facilitar as providências necessárias à execução do disposto neste artigo.

Art. 17 — A D.T.C. terá a seguinte estruturação;

- A) Setor Técnico;
- B) Setor de Pesquisas Físicas;
- C) Setor de Pesquisas Matemáticas;
- D) Setor de Pesquisas Químicas;
- E) Setor de Pesquisas Biológicas;
- F) Setor de Pesquisas Geológicas;
- G) Setor de Pesquisas Agronômicas;
- H) Setor de Pesquisas Tecnológicas.

Art. 18 — Por proposta fundamentada do Diretor-Geral da D.T.C., devidamente aprovada pelo C.D., poderão ser oportunamente criados novos setores.

Art. 19 — O Setor Técnico é um serviço auxiliar do Diretor-Geral da D.T.C., no estudo, planejamento e execução dos trabalhos diretamente realizados pela Divisão.

Art. 20 — Cada setor terá a seu cargo:

- a) a análise das condições reais em que se encontram as instituições de pesquisas e ensino do País, na respectiva especialidade;
- b) o estudo das providências para seu aperfeiçoamento;
- c) o planejamento de iniciativas novas;
- d) a organização de cursos de formação e aperfeiçoamento de pesquisadores;
- e) o estudo dos pedidos de auxílios para a realização de cursos, bem como para a concessão de bolsas;
- f) o exame dos planos de trabalho das instituições ou dos investigadores que solicitarem auxílios para a realização de pesquisas;
- g) entrar periódicamente em contacto com os laboratórios e as instituições de ensino e pesquisas do País, a fim de auscultar-lhes as necessidades e acompanhar a realização das atividades a cargo das instituições a que forem concedidos os auxílios pelo Conselho;

h) preparar a proposta dos termos dos convênios, acordos, ajustes e contratos pertinentes aos assuntos técnicos e científicos;

i) a elaboração da proposta de orçamento para as respectivas despesas, que servirá de base à distribuição dos recursos pelo C.D.;

j) a organização dos elementos relativos à comprovação das despesas realizadas;

l) o estudo de quaisquer outros problemas que lhe forem submetidos.

Art. 21 — O Diretor-Geral da D.C.T. e o Diretor do Setor Técnico terão, respectivamente, um secretário de sua designação, servidores públicos ou não.

Art. 22 — A interdependência dos diversos setores da D.T.C. e da D.A., bem como as normas para execução das respectivas tarefas, serão fixadas no Regimento Interno.

CAPÍTULO V

Da Divisão Administrativa

Art. 23 — A D.A. compete prestar os serviços de administração geral, documentação e contabilidade que se fizerem necessários à execução dos trabalhos do C.N.Pq.

Art. 24 — A D.A. compreende:

- a) Serviço de Administração (S.A.);
- b) Serviço de Documentação (S.D.);
- c) Serviço de Contabilidade (S.C.).

Art. 25 — A D.A. terá como diretor um técnico em administração e compreende os Serviços de Administração, Documentação e Contabilidade chefiados por técnicos nessas especialidades, designados pelo Diretor, mediante aprovação do Presidente do C.N.Pq.

Art. 26. — Ao S.A. compete prestar os serviços auxiliares, referentes a pessoal, material, obras, orçamento, organização, cursos, mecanografia, portaria e limpeza.

Parágrafo único — Haverá na S.A. uma Tesouraria.

Art. 27 — Ao S.D. compete:

a) coletar, ordenar, classificar, guardar, conservar e divulgar os textos documentários e elementos estatísticos referentes às atividades abrangidas pelo C.N.Pq.;

b) coligir os dados necessários à elaboração do relatório anual do Presidente do C.N.Pq.;

c) divulgar obras e estudos referentes aos diversos aspectos das atividades do C.N.Pq., inclusive traduzir e publicar obras estrangeiras;

d) adquirir, registrar, classificar, guardar, conservar, emprestar e permutar obras de interesse para as atividades do C.N.Pq., por intermédio de biblioteca, e auxiliar os técnicos e cientistas no uso desse material;

e) editar publicações de interesse da ciência, nos campos de atividade do C.N.Pq.;

f) executar desenhos, fotografias, microfotografias, filmes, microfilmes, impressos necessários ao desempenho das atividades do C.N.Pq.;

g) manter um arquivo e caixa-forte para a guarda dos documentos e peças de caráter sigiloso ou reservado;

h) proceder à coleta, apuração, crítica e interpretação da estatística relativa às atividades e assuntos abrangidos pelo C.N.Pq.

Art. 28 — Ao S.C. compete:

a) executar a escrituração contábil do C.N.Pq.;

b) realizar a tomada de contas dos responsáveis pelos bens e dinheiros do C.N.Pq.;

c) dentro do seu campo específico, orientar o pessoal do C.N.Pq. na execução das despesas sob o regime de adiantamento, auxílio e cooperação e na respectiva prestação de contas;

d) exercer o controle contábil;

e) acompanhar e controlar a execução do orçamento do C.N.Pq.;

f) executar em livros próprios a escrituração contábil do Fundo Nacional de Pesquisas e de outros fundos;

g) manter atualizado um inventário dos bens do C.N.Pq.;

h) preparar a prestação global de contas ao Presidente da República em tempo hábil à sua apresentação até o último dia útil de fevereiro, abrangendo além de outros elementos:

— balanço patrimonial;

— balanço econômico;

— balanço financeiro;

— quadro comparativo entre a despesa estimada e a receita realizada.

CAPÍTULO VI

Do Consultor Jurídico

Art. 29. O Consultor Jurídico do C.N.Pq. será subordinado diretamente ao Presidente do Conselho.

Art. 30. O Consultor Jurídico do C.N.Pq. atenderá, em juízo, no Distrito Federal, aos interesses do Conselho.

Parágrafo único. Os interesses do C.N.Pq. nos Estados serão defendidos pelos Procuradores Seccionais da República.

Art. 31. Ao Consultor Jurídico compete:

a) proceder à sistematização dos fundamentos jurídicos das questões atinentes à ciência e à tecnologia em geral, no País e no estrangeiro;

b) planejar e propor consolidação da legislação relativa ao campo de atividades do C.N.Pq.;

c) examinar sob o aspecto jurídico as instruções, ajustes, convênios, acordos e contratos a serem feitos pelo C.N.Pq.;

d) opinar em assuntos que envolvam questões jurídicas;

e) colaborar, sempre que solicitado dentro do seu campo específico, nos trabalhos dos órgãos do C.N.Pq.;

f) estudar e atender tôdas as questões relativas às patentes de invenção ou descobertas por pessoas, entidades, ou instituições a serviço ou sob regime de auxílio do C.N.Pq.;

g) estudar as questões relacionadas com os acidentes no trabalho, e outros malefícios, porventura decorrentes das atividades de pessoas a serviço do C.N.Pq.

TÍTULO II

DA COOPERAÇÃO E DOS AUXÍLIOS DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Art. 32. As condições a serem preenchidas para a concessão de bolsas de estudo ou de pesquisa, bem como o regime a que ficarão sujeitos os respectivos bolsistas, serão fixadas em instruções elaboradas pela D.T.C. e aprovadas pelo C.D.

Art. 33. Os requisitos para a concessão de auxílios destinados a pesquisas serão fixados em instruções elaboradas pela D.T.C. e aprovadas pelo C.D., as quais levarão em conta:

a) a idoneidade das instituições e das pessoas que solicitarem os auxílios;

b) a obrigatoriedade da apresentação de um plano exequível, devidamente fundamentado, para a realização das pesquisas, com avaliação das despesas prováveis;

c) a garantia de aplicação do auxílio exclusiva e especificamente às finalidades a que fôr destinado;

d) a garantia de que os recursos concedidos sejam postos à disposição dos investigadores por êles responsáveis, para que os possam utilizar facilmente, fazendo-se, por intermédio da direção da instituição em que se realizar a pesquisa, o encaminhamento dos expedientes relativos à concessão dos auxílios e à prestação de contas ao Conselho.

TÍTULO III

DO PESSOAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

CAPÍTULO I

Das categorias, dos quadros e do regime do Pessoal

Art. 34. O Pessoal do C.N.Pq. será científico, técnico, docente e administrativo.

§ 1.º O pessoal técnico ou científico que não pertencer aos quadros dos servidores públicos da União trabalhará sob regime de contrato.

§ 2.º Do contrato a que se refere o parágrafo anterior deverão constar as exigências de trabalho, horário, especificação das atribuições e outras cláusulas de garantia da prestação de serviços, observando-se no que couber o regime-legal, e o processamento dos contratos vigentes no serviço público.

§ 3.º O pessoal docente será designado pelo Presidente do C.N.Pq. e trabalhará sob regime de honorários à semelhança do instituído no Serviço Público.

§ 4.º Só será designado pessoal docente quando existirem cursos já previstos com programas elaborados e aprovados pelo C.D.

Art. 35. O pessoal administrativo será todo êle integrado por servidores públicos requisitados na forma da legislação vigente e, excepcionalmente, por servidores contratados pelo C.N.Pq.

Art. 36. O arbitramento de verbas de representação, vencimentos, salários, e outras vantagens do pessoal do C.N.Pq., e a celebração de ajustes, acordos, convênios e contratos serão aprovados pelo C.D. e submetidos à apreciação e homologação do Presidente da República.

Art. 37. As condições gerais de requisição, designação, nomeação, admissão, licenciamento, demissão, dispensa, estabilidade e aposentadoria dos servidores públicos lotados no Conselho Nacional de Pesquisas, são as estabelecidas na legislação federal.

CAPÍTULO II

Das substituições

Art. 38. Serão substituídos, automaticamente, em suas faltas ou impedimentos ocasionais, até 30 dias:

I — O Presidente pelo Vice-Presidente;

II — o Vice-Presidente pelo Diretor-Geral da D.T.C.;

III — os Diretores de Divisão por um dirigente de Setor, designado pelo Presidente, mediante indicação dos Diretores:

IV — o Tesoureiro pelo Ajudante de Tesoureiro, que, mediante sua indicação, fôr designado pelo Diretor da Divisão Administrativa;

V — os Chefes de Seção pelos servidores que, mediante sua indicação, forem designados pelos respectivos Diretores.

Art. 39 — Haverá sempre servidores previamente designados para as substituições de que trata o artigo anterior.

CAPÍTULO III

Do regime de trabalho

Art. 40 — O horário normal de trabalho será fixado pelo Presidente do C.N.Pq., de acordo com as conveniências, não podendo

ser inferior ao mínimo de horas estabelecido para as repartições federais.

Art. 41 — Poderá ser estabelecido pelo C.D. o regime de tempo integral para os cargos ou funções que determinar.

Art. 42 — As condições para o exercício do regime de tempo integral do Diretor-Geral da D.T.C. e dos Diretores-de-Pesquisa figurarão explicitamente nos respectivos contratos.

Art. 43 — Para os pesquisadores, técnicos e professores que realizarem tarefas por iniciativa do Conselho, poderá ser estabelecido um *regime especial* de trabalho, denominado *regime de dedicação exclusiva*, cujas condições serão especificadas nos respectivos contratos, acordos, convênios ou ajustes.

Parágrafo único. As normas relativas a êsse regime serão estabelecidas em instruções elaboradas pela D.T.C., aprovadas pelo C.D., devendo levar em conta:

a) que êsse regime tenha caráter optativo, e não seja obrigatório, sendo estabelecido mediante acôrdo aprovado pelo C.D., segundo parecer fundamentado do setor respectivo, que levará em conta o *curriculum vitae*, do professor, pesquisador ou técnico, sua vocação, capacidade, idoneidade moral e a conveniência da instituição interessada;

b) que o regime de dedicação exclusiva possa estender-se ao pessoal associado aos trabalhos de investigação;

c) que na regulamentação prática dêsse regime não seja o mesmo interpretado como simples questão de horário de trabalho ou de remuneração, mas como a aceitação, por parte do interessado, da responsabilidade moral de consagrar efetivamente suas atividades e preocupações à investigação científica, complementada pela garantia de que lhe sejam dados os recursos materiais para sua própria subsistência e a de sua família;

d) que a remuneração dos professores, pesquisadores e técnicos sob regime de dedicação exclusiva seja calculada, em cada caso, de maneira que lhes permita consagrar-se por completo ao trabalho de investigação, sem desviar suas atividades e suas preocupações para outras tarefas.

TÍTULO IV

Do patrimônio e da sua utilização

Art. 44. O patrimônio do Conselho Nacional de Pesquisas será formado:

- a) pelos bens e direitos que lhe forem doados ou por êle adquiridos;
- b) pelos saldos de rendas próprias, ou de recursos orçamentários, quando transferidos para a conta patrimonial.

Art. 45. A aquisição de bens patrimoniais, por parte do Conselho, independe da aprovação do Governo Federal, mas a alienação dêsses bens somente poderá ser efetuada depois de autorizada em lei.

Art. 46. Os bens e direitos pertencentes ao Conselho somente poderão ser utilizados para a realização de objetivos próprios à sua finalidade, na forma da lei, permitida, porém, a inversão de um e de outro para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

TÍTULO V

Dos recursos e da sua aplicação

Art. 47. Os recursos para manutenção e desenvolvimento dos serviços do Conselho Nacional de Pesquisas, conservação, renovação e ampliação de suas instalações serão provenientes de:

- a) dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pela União;
- b) dotações, a título de subvenção, que lhe atribuírem Unidades da Federação e Municípios;
- c) dotações, legados e outras rendas que, a êsse título, receber de pessoas físicas ou jurídicas;
- d) renda da aplicação de bens patrimoniais;
- e) retribuição de atividades remuneradas dos laboratórios e quaisquer outros serviços;
- f) taxas e emolumentos;
- g) receita eventual;
- h) produto da venda de material inservível ou de alienação de elementos patrimoniais;
- i) produto de créditos especiais abertos por lei.

Art. 48. A dotação correspondente a cada exercício financeiro constará do orçamento da União, com título próprio, destacada

da cota nacional, prevista no Art. 169 da Constituição da República, para ser entregue ao Conselho, sob a forma de contribuição em cotas semestrais antecipadas e que serão depositadas, para movimentação em conta-corrente, em instituição oficial de crédito.

§ 1.º O Conselho deliberará sobre a distribuição dos recursos concedidos e examinará, para a devida comprovação, as demonstrações das despesas efetuadas.

§ 2.º A movimentação dos fundos será feita mediante a assinatura conjunta do Presidente e do Diretor da Divisão Administrativa.

TÍTULO VI

Do regime financeiro

Art. 49. O regime financeiro do Conselho Nacional de Pesquisas obedecerá aos seguintes preceitos:

- a) o exercício financeiro coincidirá com o ano civil.
- b) a proposta de orçamento será organizada pelo Conselho e justificada com a indicação dos planos de trabalho correspondentes;
- c) os saldos de cada exercício serão lançados no fundo patrimonial ou em fundos especiais, na forma do que, a respeito, deliberar o Conselho;
- d) durante o exercício financeiro poderão ser abertos créditos adicionais, desde que as necessidades dos serviços os exijam e haja recursos disponíveis.

Parágrafo único. A proposta de orçamento, organizada pelo Conselho, será submetida à aprovação do Presidente da República.

Art. 50. A prestação global anual de contas ao Presidente da República será feita até o último dia útil do mês de fevereiro e constará, além de outros, dos seguintes elementos:

- a) balanço patrimonial;
- b) balanço econômico;
- c) balanço financeiro;
- d) quadro comparativo entre a receita estimada e a receita realizada.

§ 1.º — A prestação de contas, referente às dotações orçamentárias, será apresentada ao Tribunal de Contas até o último dia do mês de fevereiro, respeitando-se os assuntos considerados sigilosos pelo Conselho.

§ 2.º — Também até o último dia útil do mês de fevereiro o Conselho apresentará seus balanços à Contadoria da República para que sejam publicados juntamente com os balanços gerais da União.

TÍTULO VII

Do Fundo Nacional de Pesquisas e outros Fundos

Art. 51. O Fundo Nacional de Pesquisas, instituído pela Lei número 1.310, de 15 de janeiro de 1951, destina-se a pesquisas científicas e tecnológicas, e é especialmente administrado e movimentado pelo Conselho.

Parágrafo único. Serão incorporados ao Fundo de que trata este artigo os créditos especialmente concedidos para esse fim, os saldos de dotações orçamentárias e quaisquer outras rendas e receitas eventuais.

Art. 52. O Conselho poderá receber doações com ou sem finalidades determinadas.

Parágrafo único. A aplicação desses recursos será estabelecida em regulamentação própria.

TÍTULO VIII

Das disposições gerais e transitórias

Art. 53. O Conselho organizará seu Regimento Interno, no qual serão estabelecidas a estrutura de seus órgãos e as normas gerais para o desempenho de seus encargos.

Art. 54. Os trabalhos e os resultados das pesquisas realizadas por iniciativa ou sob o patrocínio do Conselho, excluídos os casos que interessem à Segurança Nacional, serão divulgados pela forma mais apropriada, trazendo expressa referência à contribuição do Conselho.

Parágrafo único. A divulgação de relatórios, memoriais e demais trabalhos referentes ao aproveitamento da energia atômica ou a outros assuntos que interessem à Segurança Nacional só poderá ser feita com prévio assentimento do Estado-Maior das Forças Armadas.

Art. 55. Qualquer pessoa, a serviço do Conselho, que, em virtude da função exercida ou de trabalho a seu cargo, tiver conheci-

mento de matéria julgada sigilosa, responderá pela observância das disposições que, a respeito, estão fixadas em lei.

Parágrafo único. O caráter sigiloso e sua classificação, segundo a gradação reservada, confidencial e secreta, quando ocorrer a hipótese, deverá constar explicitamente da resolução, ordem de serviço, contrato, convênio, acôrdo ou ajuste a que se referir.

Art. 56. São isentos de impostos e taxas os aparelhos, instrumentos, utensílios de laboratório, produtos químicos e quaisquer outros materiais que o Conselho importar para a execução dos seus serviços e o respectivo desembaraço alfandegário far-se-á mediante simples requisição ao chefe da repartição competente, acompanhada da prova de aquisição do material importado.

Art. 57. O Conselho gozará de franquia postal-telegráfica e radiotelegráfica nas rêdes oficiais ou nas facilidades de transporte terrestre, marítimo, fluvial e aéreo concedidas a serviços públicos.

Art. 58. Anualmente, até o último dia útil do mês de fevereiro, o Presidente do Conselho apresentará ao Presidente da República relatório das atividades do Conselho no exercício anterior.

Art. 59. A proposta orçamentária anual da União, consignará, em nome do C.N.Pq., uma dotação global sob a forma de contribuição.

Art. 60. A discriminação da despesa constante da proposta orçamentária do C.N.Pq. não fará parte integrante do Orçamento Geral da República, servindo de elemento informativo para a elaboração dêste.

Art. 61. A arte da subvenção destinada a material e outras despesas será depositada em estabelecimento oficial de crédito à disposição do C.N.Pq.

Art. 62. O C.N.Pq., mediante aprovação do Presidente da República, poderá realizar acordos, ajustes, convênios ou contratos com os governos dos Estados, Territórios e Municípios, visando à realização nas respectivas jurisdições dos objetivos especificados na Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951, e no presente Regulamento.

Art. 63. Serão órgãos consultivos do C.N.Pq., além da Academia Brasileira de Ciências, outras entidades de caráter científico e de reconhecido valor, que, para tal fim, receberem o voto da maioria absoluta dos membros do C.N.Pq.

Art. 64. Os órgãos consultivos a que se refere o artigo anterior cooperarão com o C.N.Pq. quando solicitados, opinando sôbre as

consultas que lhe foram formuladas, realizando estudos especializados ou emitindo pareceres sobre determinados assuntos, devendo, em qualquer caso, a manifestação de tais órgãos resultar de deliberação do respectivo plenário.

Art. 65. Quando se fizer oportuno, poderá o C.N.Pq. sugerir ao Governo a conveniência de promover reuniões prévias dos representantes devidamente acreditados junto aos Congressos Científicos ou Técnicos, a fim de estudar em conjunto os problemas em causa, tendo em vista os interesses nacionais.

Art. 66. O C.N.Pq., sempre que julgar oportuno, promoverá, junto aos órgãos competentes, as providências necessárias para facilitar o intercâmbio de professores e pesquisadores entre os centros de estudo e de investigação do País e do exterior.

Art. 67. O C.N.Pq. incentivará, na esfera de suas atribuições, as pesquisas visando ao aproveitamento das riquezas potenciais do País, sobretudo as que mais diretamente contribuem para a economia, a saúde e o bem-estar humano.

Art. 68. O C.N.Pq. promoverá, desde logo, o desenvolvimento das pesquisas no campo da física nuclear, em colaboração com os laboratórios e instituições científicas, tecnológicas e industriais do país, visando especialmente à industrialização dos combustíveis nucleares e seu emprêgo para a produção industrial da energia atômica.

Art. 69. Para a realização de seus objetivos, o Conselho é autorizado a promover a criação e a organização de laboratórios ou institutos, não só na Capital Federal, como em outras localidades do País, e que lhe ficarão subordinados científica, técnica e administrativamente.

Art. 70. O C.N.Pq. promoverá o amparo aos pesquisadores mediante seguro social e a adoção das providências que julgar convenientes, visando permitir que os mesmos se consagrem inteiramente às tarefas da pesquisa, com razoável garantia da própria subsistência e das responsabilidades sociais inerentes aos respectivos encargos de família.

Art. 71. As normas para a execução do disposto no Art. 3.º e seus parágrafos e no Art. 4.º e seu parágrafo 2.º deste Regulamento serão objeto de instruções especiais elaboradas pela D.T.C. e aprovadas pelo C.D.

Art. 72. O C.N.Pq. poderá sugerir ao Poder Executivo as providências que julgar mais adequadas para atender aos objetivos visados pelo disposto no § 3.º do Art. 4.º dêste Regulamento.

Art. 73. Com o objetivo de ressaltar a dignidade da função social e cultural exercida pelos homens de ciência, bem como estimular as vocações para a investigação científica, o C.N.Pq. instituirá prêmios a serem distribuídos anualmente aos pesquisadores que hajam realizado trabalhos originais de valor, no campo da ciência pura ou aplicada.

§ 1.º — As condições para a concessão de tais prêmios serão fixadas em instruções elaboradas pela D.T.C. e aprovadas pelo C.D.

§ 2.º — As instruções poderão ainda estabelecer condições para a concessão de outros prêmios visando estimular a pesquisa e a prospecção das riquezas minerais do País.

Art. 74. O C.N.Pq. promoverá um intercâmbio de informações bibliográficas pelos meios mais adequados, auxiliará o desenvolvimento das bibliotecas dos institutos de pesquisa e promoverá a formação de bibliotecas especializadas onde julgar conveniente.

Art. 75. Sempre que necessário, o Conselho entrará em entendimento direto com as autoridades federais, estaduais e municipais, bem como com entidades públicas e subvencionadas, a fim de obter o seu apoio e cooperação.

Art. 76. No caso de representação prevista na alínea c do Art. 6.º dêste Regulamento, far-se-á nos dois primeiros anos, contados da data da instalação do Conselho, a renovação de um terço dos seus membros, determinando-se, mediante prévio sorteio, os que devam ser substituídos.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1951.

Francisco Negrão de Lima.
Renato de Almeida Guilhobel.
Newton Estilac Leal.
Heitor Lira.
Horácio Láfer.
Alvaro de Sousa Lima.
João Cleofas.
E. Simões Filho
Danton Coelho.
Nero Moura.

DECRETO N.º 30.230 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1951

Aprova Regulamento para pesquisa e lavra de minerais de interesse para a produção de energia atômica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 87, item I, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei número 1.310, de 15 de janeiro de 1951, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regulamento que com êste baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Agricultura, sôbre pesquisa e lavra de minerais de interesse para a produção de energia atômica.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas.

REGULAMENTO PARA AS AUTORIZAÇÕES DE PESQUISA E LAVRA DOS MINERAIS DE INTERESSE PARA A PRODUÇÃO DE ENERGIA ATÔMICA

CAPÍTULO I

Das finalidades

Art. 1.º O presente Regulamento tem por fim:

- a) fixar normas gerais para as autorizações de pesquisa e lavra das jazidas de minerais de interesse para a produção de energia atômica.
- b) estabelecer os requisitos que devam preencher os interessados nessas atividades; e
- c) traçar o sistema de fiscalização dos respectivos trabalhos.

Parágrafo único. O beneficiamento, o transporte, o tratamento químico, o comércio e a exportação dos materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica serão objeto de instruções especiais do Conselho Nacional de Pesquisas.

Art. 2.º São consideradas de interesse para a produção de energia atômica as jazidas que contenham minérios de urânio, tório, cádmio, lítio, boro, berílio, zircônio e terras raras, bem como a grafita e outras substâncias que venham a ser discriminadas pelo Conselho Nacional de Pesquisas.

Parágrafo único. Para que os minérios acima referidos sejam considerados apropriados ao aproveitamento da energia atômica, serão fixadas pelo Conselho Nacional de Pesquisas as percentagens mínimas dos metais nêles contidos.

CAPÍTULO II

Do controle do Estado

Art. 3.º As jazidas e minas de substâncias de interesse para a produção de energia atômica constituem reservas nacionais, consideradas essenciais à segurança do País, e ficam sob o controle do Estado, nos termos do Artigo 5.º da Lei número 1.310, de 15 de janeiro de 1951.

CAPÍTULO III

Da pesquisa

Art. 4.º Compete ao Estado a pesquisa das jazidas das substâncias indicadas no artigo 2.º do presente Regulamento.

Parágrafo único. O Estado poderá conferir autorizações de pesquisa dessas substâncias a brasileiros ou a sociedades organizadas no País nas condições previstas no Código de Minas (Decreto-lei n.º 1.985, de 20 de janeiro de 1940) e no presente Regulamento.

Art. 5.º As autorizações de pesquisa das jazidas minerais referidas no Artigo 2.º serão processadas de acordo com o disposto no Código de Minas, em suas leis complementares e no presente Regulamento.

Art. 6.º O requerimento de autorização para pesquisa deverá conter, além dos elementos de instrução previstos no Artigo 14 do Código de Minas, mais as seguintes indicações:

I — domicílio, estado civil e profissão do requerente, sendo pessoa natural;

II — sede social, constituição da administração do requerente, nacionalidade e domicílio de cada um de seus dirigentes, sendo pessoa jurídica;

§ 1.º As indicações relativas ao estado civil e nacionalidade de pessoa natural, bem como a constituição da administração da sociedade, serão comprovadas por documentos hábeis.

§ 2.º A prova de capacidade financeira prevista no Artigo 14, número II, do Código de Minas, far-se-á por declaração de instituto bancário, mencionando o local, as substâncias minerais a serem pesquisadas e a estimativa do custo das pesquisas, ficando a aceitação deste documento a critério do Governo.

§ 3.º O requerente, que fôr proprietário do solo, fará comprovação dessa qualidade por meio de certidão do registro de imóveis.

Art. 7.º Na hipótese de autorizações solicitadas por terceiros e enquanto não forem regulados em lei os direitos de preferência dos proprietários do solo, serão estes interpelados, com o prazo de 90 (noventa) dias, no Diário Oficial da União; caso abram mão da preferência, a autorização poderá ser concedida ao solicitante.

§ 1.º Se os proprietários do solo, interpelados no Diário Oficial para exercerem a sua preferência na exploração da jazida, não acudirem à interpelação, ter-se-á o silêncio como desistência tácita dessa preferência e prosseguirá o estudo do pedido do requerente, de acôrdo com o Código de Minas, leis complementares e o presente Regulamento.

§ 2.º Deverá sempre o Departamento Nacional da Produção Mineral, para maior divulgação e de acôrdo com as praxes adotadas, enviar cópias do edital de interpelação aos órgãos oficiais dos Estados e ao juiz da jurisdição da jazida, encarecendo a necessidade dessa divulgação para o melhor conhecimento dos interessados, contando-se o prazo, entretanto, a partir da publicação no Diário Oficial da União.

§ 3.º No caso de propriedade em condomínio, a preferência será exercida pelo respectivo administrador.

Art. 8.º O Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral indeferirá de plano os requerimentos de pesquisa que não estiverem instruídos com as indicações relativas à nacionalidade, capacidade financeira e definição da área a pesquisar.

Art. 9.º O requerente deverá cumprir as exigências para a instrução do processo dentro de 60 (sessenta) dias, sob pena de indeferimento do pedido.

Art. 10. A autorização de pesquisa será conferida nas condições previstas no Artigo 16 do Código de Minas e nos regulamentos e portarias para sua execução, ficando ainda o respectivo titular sujeito às seguintes obrigações:

I — indicar o nome do encarregado do serviço na área da autorização, ao fazer a comunicação do início dos trabalhos de pesquisa;

II — Apresentar, trimestralmente, ao Departamento Nacional da Produção Mineral, relatórios parciais dos trabalhos de pesquisa em andamento, mencionando as quantidades dos minerais extraídos, dos utilizados em ensaios de beneficiamento e, bem assim, o destino dos que forem removidos do local da pesquisa;

III — manter, no local da pesquisa, detector portátil de radiação capaz de identificar minérios radioativos;

IV — apresentar, na conclusão dos trabalhos, o relatório final, incluindo a demonstração das despesas efetuadas, qualquer que seja o resultado da pesquisa.

Art. 11. Apresentando o relatório final da pesquisa, sua apreciação e verificação serão feitas pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, com prioridade sobre quaisquer outros processos.

Parágrafo único. A extração de minério cessará com a apresentação do relatório, até que seja requerida a respectiva autorização de lavra.

Art. 12. Nenhuma autorização de pesquisa será conferida em áreas da plataforma continental submarina, integrada no território nacional pelo Decreto número 28.840, de 8 de novembro de 1950, sem prévia audiência do Conselho Nacional de Pesquisas.

CAPÍTULO IV

Da lavra

Art. 13. As autorizações de lavra das jazidas definidas no Artigo 2.º serão processadas de acordo com o disposto no Código de Minas, em suas leis complementares e no presente Regulamento.

Parágrafo único. No caso de perder o pesquisador o direito à lavra, observar-se-á o disposto no Artigo 7.º quanto à preferência do proprietário do solo.

Art. 14. Para obter autorização de lavra, o pesquisador, seu sucessor ou terceiro deverá apresentar, além dos documentos mencionados no Artigo 29 do Código de Minas, o orçamento das instalações previstas no plano de aproveitamento nacional da jazida.

§ 1.º A prova de capacidade financeira para a realização da lavra deverá ser feita tendo em vista objetivamente o plano de lavra.

§ 2.º A transcrição do decreto de autorização de lavra depende da prova de contrato com engenheiro de minas responsável pelos trabalhos.

Art. 15. O titular de autorização de lavra fica sujeito a todas as obrigações especificadas no Código de Minas e no presente Regulamento.

CAPÍTULO V

Da fiscalização

Art. 16. Enquanto não forem fixados pelo Conselho Nacional de Pesquisas as bases e os processos de fiscalização das atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica, a fiscalização dos trabalhos de pesquisa e lavra das jazidas de minérios de que trata o presente Regulamento será exercida de acordo com as estipulações do Código de Minas.

§ 1.º Fica o Departamento Nacional da Produção Mineral autorizado a estabelecer zonas mineiras onde, quando e como julgar conveniente, designando, ao mesmo tempo, engenheiro de minas para assistir aos pesquisadores e mineradores da respectiva zona.

§ 2.º A designação do engenheiro de minas será feita em Portaria do Departamento Nacional da Produção Mineral, a qual indicará a sede e os limites da zona mineira em que o mesmo técnico irá exercer atividade.

CAPÍTULO VI

Das sanções e penalidades

Art. 17. Será declarada caduca ou nula, conforme o caso, a autorização de pesquisa ou de lavra, quando se verificar infração de dispositivo do Código de Minas ou do presente Regulamento.

CAPÍTULO VII

Dos prêmios e vantagens

Art. 18. A pesquisa e a lavra das jazidas de substâncias apropriadas ao aproveitamento da energia atômica serão incentivadas pelo Conselho Nacional de Pesquisas, nos termos do parágrafo 3.º do Artigo 3.º, da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951.

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Pesquisas também auxiliará a formação de pesquisadores e técnicos especializados em substâncias apropriadas à produção de energia atômica, de acordo com sua competência precípua, definida na citada Lei n.º 1.310.

Art. 19. Os titulares de pesquisa ou de lavra das jazidas referidas no art. 2.º do presente Regulamento gozarão de todas as vantagens estipuladas no art. 71 do Código de Minas.

CAPÍTULO VIII

Das disposições gerais

Art. 20. O órgão competente para o processamento e estudo das autorizações de pesquisa e lavra das substâncias indicadas no Artigo 2.º é o Departamento Nacional da Produção Mineral, observado o disposto no Artigo 180 da Constituição Federal, quando se tratar de jazidas ou minas localizadas nas zonas indispensáveis à defesa do país.

Parágrafo único. O Departamento Nacional da Produção Mineral solicitará, quando necessário, a audiência do Conselho Nacional de Pesquisas.

Art. 21. Verificada a existência de qualquer das substâncias minerais referidas no Artigo 2.º em jazida na fase de pesquisa ou de lavra, é o respectivo titular obrigado a comunicar a ocorrência ao Departamento Nacional da Produção Mineral, auferindo as vantagens daí decorrentes e ficando a execução da autorização sujeita, desde logo, às estipulações do presente Regulamento.

Art. 22. Os minérios das jazidas de que trata o Artigo 2.º, extraídos pelo titular de pesquisa ou lavra, ficam sob a custódia do mesmo e não poderão ser removidos para fora do local de extração, sem prévia licença do Conselho Nacional de Pesquisas.

Art. 23. As autorizações de pesquisa ou lavra de que trata o presente Regulamento ficarão, a qualquer tempo, sujeitas às restrições admitidas pelo Governo Brasileiro em seus compromissos internacionais.

Art. 24. Nas zonas mineiras determinadas pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, na forma do Artigo 16, a extração das substâncias de que trata o presente Regulamento não poderá ser exercida por processos rudimentares, equiparáveis à fiação ou garimpagem.

CAPÍTULO IX

Das disposições transitórias

Art. 25. As autorizações de pesquisa e lavra das jazidas mineiras indicadas no Artigo 2.º, concedidas anteriormente à vigência deste Regulamento, bem como as minas de substâncias da mesma natureza, registradas na forma do Artigo 10 do Decreto número 24.642, de 10 de julho de 1943, serão regidas pelas presentes normas gerais, em tudo o que lhes fôr aplicável.

Art. 26. Os pedidos de pesquisa ou lavra das substâncias de que trata o Artigo 2.º, já formulados ao Governo e ainda em estudo, serão processados em conformidade com o presente Regulamento.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1951.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.583 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1952

Cria a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 87, inciso I, da Constituição e regulamentando o Artigo 4.º da Lei número 1.316, de 15 de janeiro de 1951, decreta:

Art. 1.º — Fica criada, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, integrada pelo Ministro das Relações Exteriores na qualidade de Presidente, por um representante do Ministério da Fazenda, um representante do Ministério da Agricultura, um representante do Estado-Maior das Forças Armadas, um representante do Conselho Nacional de Pesquisas e um representante da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, designados por decreto do Presidente da República.

Parágrafo único — O Presidente da Comissão designará, entre os membros, o seu substituto nos impedimentos temporários e o Secretário Executivo.

Art. 2.º — Compete à Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos.

a) efetuar as vendas de urânio e tório e seus compostos e minérios, na forma autorizada pelo Artigo 4.º da Lei número 1.310, de 15 de janeiro de 1951;

b) aprovar e modificar os planos de exportação de quaisquer materiais estratégicos, de origem mineral ou vegetal, que tenham sido ou venham a ser como tal qualificados pelo Conselho de Segurança Nacional;

c) dar o seu *visto* às faturas de exportação de materiais estratégicos, depois de desembaraçadas pelo Departamento Nacional da Produção Mineral ou pelo Departamento Nacional da Produção Vegetal, conforme sua origem.

Art. 3.º — A Comissão atenderá, nas vendas a que se refere a alínea *a* do artigo precedente, bem como nos atos a que se referem as alíneas *b* e *c*, aos interesses superiores da segurança nacional, à necessidade de manutenção de estoques exigidos por aquela segurança e à instrução do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 4.º — Os exportadores de materiais estratégicos apresentarão à Comissão, periodicamente, de acordo com as instruções desta, os seus planos de exportação com a indicação precisa dos compradores aos quais elas se destinam, das quantidades, natureza e preço das remessas.

Art. 5.º — A Comissão deliberará por maioria de votos dos membros presentes.

Parágrafo único — O Presidente da Comissão, quando o julgar de interesse nacional, poderá suspender a execução de qualquer deliberação da Comissão, submetendo-a à aprovação ou revisão do Presidente da República.

Art. 6.º — A Comissão elaborará o seu Regimento Interno, o qual será aprovado por Portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 7.º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de fevereiro de 1952, 130.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Neves da Fontoura

Horácio Láfer

João Cleofas.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PORTARIA DE 10 DE JUNHO DE 1952

Resolve, de acôrdo com o Art. 6.º do Decreto n.º 30.583, de 21 de fevereiro de 1952, aprovar o anexo Regimento Interno da Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos.

COMISSÃO DE EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS ESTRATÉGICOS

Regimento Interno

CAPÍTULO I

Das finalidades

Art. 1.º O presente Regimento Interno tem por fim fixar as normas gerais para o funcionamento da Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos (C.E.M.E.) criada no Ministério das Relações Exteriores pelo Decreto n.º 30.583, de 21 de fevereiro de 1952.

CAPÍTULO II

Da constituição

Art. 2.º A C.E.M.E., de acôrdo com o decreto citado no artigo anterior, é integrada pelos seguintes membros:

Ministro das Relações Exteriores — Presidente;
Um representante do Estado-Maior das Fôrças Armadas;
Um representante do Ministério da Agricultura;
Um representante do Ministério da Fazenda;
Um representante do Conselho Nacional de Pesquisas; e
Um representante da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão designará, entre os membros, o seu substituto nos impedimentos temporários e o Secretário Executivo.

Art. 3.º A C.E.M.E. contará ainda com a colaboração de um assessor técnico designado pelo Presidente, dentre os funcionários do Ministério das Relações Exteriores, e que participará dos seus trabalhos e debates.

CAPÍTULO III

Da competência e atribuições da comissão

Art. 4.º No desempenho das atribuições de sua competência definidas pelo decreto acima citado, a C.E.M.E.:

a) Efetuará as vendas de urânio e tório, seus compostos e minérios na forma autorizada pelo Art. 4.º da Lei número 1.310, de 15-11-1951, diretamente ou por intermédio dos órgãos competentes;

b) Aprovará ou modificará, quando necessário, os planos de exportação de cada material estratégico com especificação de quantidades, preços, locais de embarque, bem como indicação de estoques que devem ser mantidos, de acôrdo com os interesses da segurança nacional em obediência a instruções expedidas pelo Conselho de Segurança Nacional; o Conselho Nacional de Pesquisas será sempre ouvido quando se tratar de materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica, como idênticamente serão consultados os órgãos controladores do comércio internacional sôbre as condições gerais das transações;

c) Organizará as instruções a serem obedecidas pelos exportadores no preparo dos respectivos planos aprovados de que trata a alínea b dêste artigo, com a indicação dos compradores, quantidades, natureza do material e preço respectivo;

d) Dará o seu “visto” às faturas de exportação de materiais estratégicos, depois de desembaraçados pelo Departamento Nacional da Produção Mineral ou pelo Departamento Nacional da Produção Vegetal, conforme sua origem;

e) Articular-se-á com os órgãos competentes para a obtenção ou reparação das estatísticas e demais elementos informativos necessários ao perfeito desempenho de suas funções;

f) Acompanhará a execução dos acordos firmados de Governo para Governo, relativos à exportação de materiais estratégicos.

CAPÍTULO IV

Das atribuições da procedência

Art. 5.º Compete ao Presidente:

- a) Presidir às sessões plenárias da Comissão;
- b) Designar, entre os Membros Representantes, o seu substituto nos impedimentos temporários;
- c) Designar, entre os Membros Representantes, o Secretário Executivo;
- d) Designar o Assessor Técnico de que trata o Art. 3.º dêste Regimento;
- e) Distribuir aos Membros da Comissão os assuntos que devam ser estudados antes de sua apreciação;
- f) Submeter à deliberação da Comissão todos os assuntos referentes à sua competência e atribuições definidas no Art. 4.º dêste Regulamento;
- g) Delegar a um dos membros da Comissão, mediante aprovação da mesma e nas condições por êle estabelecidas, a atribuição de apor o visto às faturas de exportação dos materiais estratégicos, depois de as mesmas terem sido desembaraçadas pelo Departamento Nacional da Produção Vegetal, conforme sua origem;
- h) Autorizar o Secretário-Executivo a assinar o expediente comum da Comissão;
- i) Entender-se, no interesse dos assuntos atribuídos à Comissão, com qualquer autoridade administrativa do País;
- j) Fixar o dia e a hora das reuniões da Comissão e convocar os Membros Representantes para as mesmas;
- k) Submeter aos votos dos membros presentes às sessões da Comissão qualquer decisão concernente aos atos referidos no Artigo 4.º do presente Regimento;
- l) Suspender, quando julgar de interesse nacional, a execução de qualquer deliberação tomada pela Comissão, submetendo tal deliberação à aprovação ou revisão do Presidente da República.

CAPÍTULO V

Das atribuições do Secretário Executivo

Art. 6.º Ao Secretário-Executivo, nomeado na forma indicada no Art. 5.º, letra c, compete:

a) Coadjuvar o Presidente na direção e coordenação de todos os atos atinentes à vida da Comissão;

b) Receber e protocolar todos os documentos remetidos à Comissão, submetendo-os, quando fôr o caso, ao conhecimento e despacho do Presidente, nos prazos exigidos pela natureza e urgência dos assuntos;

c) Providenciar a feitura e expedição de todo o expediente relativo à Comissão;

d) Desempenhar as atividades de caráter executivo que decorrem de decisões da Comissão e que lhe forem atribuídas pelo Presidente;

e) Preparar os processos que devam ser encaminhados à Comissão e remetê-los aos respectivos relatores, bem como informar todos os documentos recebidos, cujo assunto não dependa de deliberação da Comissão, submetendo à assinatura do Presidente o expediente respectivo, com exceção daquele que estiver autorizado a assinar;

f) Organizar e manter em ordem e em dia o arquivo e o protocolo dos documentos recebidos e expedidos pela Comissão, quer sejam ostensivos ou sigilosos;

g) Preparar, em nome do Presidente, os avisos referentes à convocação para as sessões;

h) Lavar as atas das sessões submetendo-as à assinatura do Presidente e dos membros presentes às mesmas;

i) Manter em ordem e atualizados os dados estatísticos sobre os materiais sujeitos ao controle da Comissão;

j) Determinar a expedição de toda a correspondência, zelando pela sua segurança;

k) Apresentar relatório anual sobre as atividades da Comissão;

l) Promover a publicação no Diário Oficial das decisões da comissão que por sua natureza devam ser oficialmente divulgadas;

m) Expedir aos exportadores de materiais estratégicos as instruções aprovadas pelo plenário, a fim de que os mesmos possam apresentar, periodicamente, os seus planos de exportação com indicação dos compradores aos quais elas se destinam, das quantidades, natureza e preço da mesma.

Parágrafo único. O Secretário Executivo terá um assistente que lhe ficará diretamente subordinado e o auxiliará em todos os trabalhos da Comissão.

CAPÍTULO VI

Art. 7.º Aos membros representantes da Comissão compete:

a) participar das sessões para as quais tenham sido convocados;

b) cooperar estreitamente com o Presidente no sentido de ser dado o mais eficiente desempenho às atribuições conferidas à Comissão, de modo a serem resguardados os superiores interesses da segurança nacional inclusive quanto à manutenção dos estoques dos materiais sujeitos ao controle da Comissão;

c) dar seu voto, quando for chamado a deliberar sobre os atos da competência da Comissão, de acordo com o ponto de vista do órgão que representa;

d) prestar informações e dar pareceres sobre os assuntos que forem submetidos à sua apreciação, por ordem do Presidente.

Art. 8.º Ao membro representante designado como substituto do Presidente, e nos impedimentos temporários deste, compete os deveres relacionados no Art. 5.º do presente Regimento.

Art. 9.º Ao assessor técnico, de que trata o Art. 3.º deste Regimento, compete participar dos debates da Comissão, embora sem direito a voto, e colaborar com o Presidente, a fim de articular os seus trabalhos com as atividades do Ministério das Relações Exteriores.

CAPÍTULO VII

Do regime de trabalho

Art. 10 As sessões da comissão serão realizadas em dia e hora fixados pelo Presidente, procurando reunir-se no mínimo uma vez por mês.

Parágrafo único. Na fixação do dia e hora para as sessões, o presidente, na medida do possível, levará em consideração os horários normais de trabalho das repartições a que pertençam os membros representantes, a fim de evitar colisão de tarefas.

Art. 11. A Comissão poder-se-á reunir sempre que estiverem presentes três membros.

§ 1.º Para tomar qualquer decisão é necessária a presença, no mínimo, de quatro membros, um dos quais o presidente ou seu substituto.

§ 2.º Na ausência do presidente ou do seu substituto os trabalhos da reunião serão dirigidos pelo membro mais idoso.

Art. 12 As decisões serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo o presidente da sessão, além do voto próprio, o de desempate.

Parágrafo único. Qualquer membro da Comissão poderá pedir votação nominal.

Art. 13 Qualquer membro da Comissão poderá pedir vista de processos em debate, ou adiamento da votação, sendo-lhe assegurado prazo razoável para audiência do órgão que representa, sempre que tal órgão não haja ainda firmado orientação definida sobre o assunto em causa.

Art. 14 A comissão poderá convocar pessoas estranhas às suas sessões para esclarecerem determinados assuntos.

CAPÍTULO VIII

Disposições gerais

Art. 15 A comissão usará os serviços gerais do Ministério das Relações Exteriores no recebimento, preparação, expedição e guarda da documentação necessária ao desempenho de suas funções.

Art. 16 Mediante ato do presidente da comissão, após consulta aos diversos órgãos aí representados, poderão ser designados substitutos eventuais dos membros representantes, os quais, quando convocados para as reuniões, tomarão parte nos debates embora sem direito a voto.

Art. 17 Nos impedimentos do secretário executivo, assumirá as suas funções o membro representante que fôr especialmente designado pelo presidente para substituí-lo.

Parágrafo único. Quando não houver designação especial para essa eventual substituição, na ausência do secretário executivo assumirá automaticamente suas funções o assessor técnico.

Art. 18 O caráter sigiloso dos assuntos tratados e sua classificação segundo a graduação “Reservado”, “Confidencial”, “Secreto” e “Ultra Secreto”, quando ocorrer a hipótese, deverá ser claramente mencionado, constando explicitamente da documentação respectiva.

Art. 19 A comissão tomará quaisquer providência de caráter administrativo que julgue necessárias ao integral desempenho de suas atribuições.

Art. 20 A comissão decidirá sobre os casos omissos neste Regulamento.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

RESOLUÇÃO N.º 49 — 1956

Cria uma Comissão Parlamentar de Inquérito para proceder a investigações sobre o problema de energia atômica no Brasil.

Art. 1.º — É criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de sete membros, para proceder a investigações sobre o problema da energia atômica no Brasil.

Art. 2.º — A Comissão investigará o problema em todos os seus aspectos e proporá as providências e medidas que julgar aconselháveis aos atendimentos do interesse nacional.

Art. 3.º — A Comissão terá o prazo de sessenta dias para realizar o seu trabalho e disporá da verba de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

Art. 4.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 9 de fevereiro de 1956 — *Armando Falcão. Euclides Wicar Pessoa. Martins Rodrigues. Arino de Matos. Jonas Bahiense. Pinheiro Chagas. Muniz Falcão. Pereira Diniz. Lino Braun. Medeiros Neto. Manoel Novais. Manoel Barbuda. Vitorino Corrêa. Horácio Láfer. Josué de Sousa. Ari Pitombo. Alfredo Rodrigues. Rúbens Berardo. Cardoso Menezes. Benedito Vaz. Antônio Dino. Costa Rodrigues. Joaquim Rondon. Bruzzi Mendonça. Drault Ernani. Divonsir Côrtes. Luiz Tourinho. Líster Caldas. Cid Carvalho. Milton Brandão. Tenório Cavalcanti. Nogueira da Gama. Bartolomeu Lisandro. Georges Galvão. Frota Moreira. Sílvia Sanson. Pontes Vieira. Amauri Pedrosa. Heráclio Rêgo. Hildebrando de Goes. Luna Freire. Ostoj Roguski. José Lopes. Arthur Audrá. Virgínio Santa Rosa. Clodomir Millet. Leoberto Leal. Nita Costa. Oliveira Brito. Ulisses Guimarães. Broca Filho. Benjamin Farah. Getúlio Moura. Aloísio de Castro. Dagoberto Sales. Miguel Leuzzi. João Abdalla. Yukishigue Tamura. Gabriel Hermes. Abguar Bastos. Newton*

Belo. Plínio Ribeiro. Otacilio Negrão de Lima. Praxedes Pitanga. Plínio Lemos. Nonato Marques. Laurindo Regis. Augusto Públio. José Joffili. Francisco Monte. César Prieto. Arruda Câmara. Coaraci Nunes. João Úrsulo. Lameira Bittencourt. Lopo Coelho. Wagner Estelita. Uriel Alvim. Severino Sombra. Ranieri Mazzilli. Dario Eugênio. Brasília Machado, Celso Peçanha. Geraldo Mascarenhas. Ponciano Santos, Virgílio Távora. Chagas Rodrigues. Guilhermino de Oliveira. Mário Palmério. Ovídio de Abreu, Josué de Castro. José Pedroso. Hugo Napoleão. Castilho Cabral. Raimundo Padilha. Ferreira Martins. Arnaldo Cerdeira. José Cândido Ferraz. Campos Vergal. Colombo de Sousa. Plácido Rocha. José Miraglia. Croaci de Oliveira. Wilson Fadul. França Campos. Victor Issler. Dilermando Cruz. José Loureiro Júnior. Alberto Tórres. Menezes Pimentel.

Em virtude desta Resolução, o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados designou para constituir esta Comissão de Inquérito os Srs. Deputados Armando Falcão, Dagoberto Sales, Arino de Matos, Gabriel Passos, Marcos Parente, Frota Moreira e Brochado da Rocha.

DECRETO N.º 39.872 DE 31 DE AGOSTO DE 1956

Cria o Instituto de Energia Atômica e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Art. 87, item I, da Constituição Federal e tendo em vista a proposta do Conselho Nacional de Pesquisas, baseada no Art. 13, da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951, decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Instituto de Energia Atômica nos moldes do convênio firmado entre o Conselho Nacional de Pesquisas e a Universidade de São Paulo, em 11 de janeiro de 1956.

Art. 2.º — O Instituto será localizado em São Paulo, em área para esse fim destinada pela Universidade de São Paulo.

Art. 3.º — O Instituto de Energia Atômica, de âmbito nacional, tem por objetivo desenvolver pesquisas sobre a energia atômica para fins pacíficos; produzir radioisótopos para estudos e experiências em qualquer ponto do País; contribuir para a formação em ciência e tecnologia nucleares, de cientistas e técnicos provenientes das várias unidades da Federação; estabelecer bases, dados construtivos e protótipos de reatores destinados ao aproveitamento da energia atômica, para fins industriais, de acordo com as necessidades do País.

Parágrafo único — A fim de atender ao disposto neste artigo, o Conselho Nacional de Pesquisas fará instalar no Instituto de Energia Atômica, um Reator Nuclear Experimental.

Art. 4.º — A organização e o funcionamento do Instituto de Energia Atômica serão estabelecidos em Regimento aprovado pelo Conselho Nacional de Pesquisas, com prévia audiência da Universidade de São Paulo.

Art. 5.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

Clóvis Salgado

DECRETO N.º 40.110 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1956

Cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Art. 87, Inciso I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Artigo 5.º e seu § 1.º da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951, decreta:

Art. 1.º E' criada a Comissão Nacional de Energia Nuclear (C.N.E.N.), diretamente subordinada à Presidência da República, encarregada de propor as medidas julgadas necessárias à orientação da política geral de energia atômica em tôdas as suas fases e aspectos.

Art. 2.º A Comissão Nacional de Energia Nuclear será constituída de cinco (5) membros, dos quais um será o presidente.

Parágrafo único. O presidente e os demais membros da C.N.E.N. serão de livre escolha e nomeação do Presidente da República.

Art. 3.º A C.N.E.N. constituirá o pessoal necessário ao seu funcionamento mediante requisição aos Ministérios, Autarquias e demais órgãos do serviço público, na forma das disposições legais vigentes.

Art. 4.º Os serviços prestados na C.N.E.N. serão considerados de natureza relevante e sem remuneração.

Parágrafo único. Os militares designados ou requisitados para a C.N.E.N. serão considerados em funções de natureza ou interesse militar, para os fins do disposto nos Arts. 24, letra *e*, e 29, letra *i*, da Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Art. 5.º Ao Presidente da C.N.E.N. cabe promover a execução da Política de Energia Nuclear aprovada pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Com o propósito previsto no Art. 5.º, a C.N.E.N. disporá de estrutura administrativa conveniente que será estabelecida em Regulamento.

Art. 6.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1956, 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

LEI N.º 3.219 — DE 19 DE JULHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 para aquisição de materiais atômicos

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a aquisição de materiais atômicos.

Art. 2.º — O crédito especial, a que se refere esta lei, será colocado, no Banco do Brasil S.A., à disposição do Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, criada pelo Decreto n.º 40.110, de 10 de outubro de 1956, a fim de ser utilizado na aquisição de materiais atômicos, de acordo com as normas e instruções que foram aprovadas pelo Presidente da República.

Art. 3.º — O Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear prestará contas ao Tribunal de Contas da União da aplicação dada ao crédito especial autorizado pela presente lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim

Nereu Ramos

DECRETO-LEGISLATIVO N.º 24, DE 1957

Aprova o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica

Art. 1.º — E' aprovado o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, elaborado pela Conferência Internacional de New York, e firmado pelo Brasil a 26 de outubro de 1956.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, em 24 de julho de 1957.

João Goulart, Presidente do Senado Federal.

ESTATUTO DA AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA

Artigo I

Instituição da Agência

As Partes ao presente Estatuto instituem uma Agência Internacional de Energia Atômica, doravante designada como “a Agência”, em conformidade com as disposições e condições estabelecidas a seguir.

Artigo II

Objetivos

A Agência procurará acelerar e aumentar a contribuição da energia atômica para a paz, a saúde e a prosperidade no mundo inteiro e se assegurará, na medida de suas possibilidades, que a assistência prestada por ela própria, a seu pedido ou sob sua direção, ou controle, não seja utilizada de maneira a contribuir para fins militares.

Artigo III

Funções

A. A Agência está autorizada:

1. Fomentar e facilitar, no mundo inteiro, o desenvolvimento e a aplicação prática da energia atômica para fins pacíficos, assim como as pesquisas nesse campo; atuar como intermediária, quando para tal solicitada, a fim de conseguir que um de seus membros preste serviços ou forneça materiais, equipamentos ou instalações a outro membro; e realizar qualquer operação ou prestar qualquer serviço que seja de utilidade para o desenvolvimento ou a aplicação prática da energia atômica para fins pacíficos ou para as pesquisas nesse campo;

2. Prover, em conformidade com o presente Estatuto, os materiais, serviços, equipamentos e instalações necessárias ao desenvolvimento e à aplicação prática da energia atômica para fins pacíficos, inclusive à produção de energia elétrica, assim como à pesquisa nesse campo, levando em devida conta as necessidades das regiões subdesenvolvidas do mundo;

3. Fomentar o intercâmbio de informações científicas e técnicas sobre a utilização da energia atômica para fins pacíficos;

4. Estimular o intercâmbio e a formação de cientistas e especialistas no campo da utilização da energia atômica para fins pacíficos;

5. Instituir e aplicar salvaguardas destinadas a assegurar que os materiais fissionáveis especiais e outros materiais, assim como os serviços prestados, o equipamento, as instalações e as informações fornecidas pela própria Agência ou a seu pedido, ou ainda sob sua direção ou controle, não sejam utilizados de maneira a contribuir para fins militares; e estender a aplicação dessas salvaguardas, e pedido das partes, a qualquer acordo bilateral ou multilateral ou, a pedido de um Estado, a qualquer atividade desse Estado no campo da energia atômica;

6. Estabelecer ou adotar, em consulta e, quando fôr caso, em colaboração com os órgãos competentes das Nações Unidas e com as agências especializadas interessadas, normas de segurança destinadas a proteger a saúde e a reduzir ao mínimo os perigos para a vida

e a propriedade (inclusive normas de segurança para as condições de trabalho); prover a aplicação dessas normas às suas próprias operações, assim como às operações em que sejam utilizados produtos, serviços, equipamentos, instalações e informações fornecidos pela própria Agência ou a seu pedido, ou ainda sob sua direção ou controle; e tomar medidas para a aplicação dessas normas, a pedido das partes, a operações efetuadas em virtude de um acordo bilateral ou multilateral ou, a pedido de um Estado, a qualquer atividade desse Estado no campo da energia atômica;

7. Adquirir ou criar as instalações, os estabelecimentos e o equipamento necessários ao exercício de suas atribuições autorizadas, sempre que o equipamento, os estabelecimentos e as instalações, que de outro modo estariam à disposição da Agência na região interessada, sejam inadequados ou só disponíveis em condições que considere insatisfatórias.

B. No exercício de suas funções, a Agência:

1. Atuará em conformidade com os princípios e objetivos das Nações Unidas, para fomentar a paz e a cooperação internacional, e de acordo com a política das Nações Unidas no sentido de alcançar um desarmamento universal, com as devidas salvaguardas, e em conformidade com qualquer acordo internacional celebrado em aplicação dessa política;

2. Estabelecerá controle sobre a utilização dos materiais fissionáveis especiais por ela recebidos, a fim de assegurar que esses materiais sejam empregados unicamente para fins pacíficos;

3. Repartirá seus recursos de modo a garantir a sua eficaz utilização e a obter o maior benefício geral possível em todas as regiões do mundo, levando em conta as necessidades especiais das regiões subdesenvolvidas;

4. Apresentará relatórios anuais sobre seus trabalhos à Assembleia Geral das Nações Unidas e, quando necessário, ao Conselho de Segurança; se, em relação às atividades da Agência, surgirem questões que sejam da competência do Conselho de Segurança a Agência notifica-lo-á, como órgão ao qual incumbe a responsabilidade principal pela manutenção da paz e da segurança internacional; ela poderá igualmente tomar as medidas previstas no presente Estatuto, inclusive as enumeradas no parágrafo C do Artigo XII;

5. Apresentará relatórios ao Conselho Econômico e Social e aos demais órgãos das Nações Unidas, sobre questões da respectiva competência desses órgãos.

C. No Exercício de suas funções, a Agência não subordinará a assistência prestada a seus membros a condições políticas, econômicas, militares ou quaisquer outras incompatíveis com as disposições do presente Estatuto.

D. Sob reserva das disposições do presente Estatuto e das dos acordos que, em conformidade com o mesmo, concertem um Estado ou grupo de Estados, e a Agência, esta exercerá suas funções com o devido respeito pelos direitos soberanos dos Estados.

Artigo IV

Membros

A. Os membros fundadores da Agência serão os Estados membros das Nações Unidas ou de qualquer agência especializada que tiverem assinado o presente Estatuto, dentro de noventa dias a partir da data em que fôr aberto à assinatura, e que tiverem depositado um instrumento de ratificação.

B. Os outros membros da Agência serão os Estados que, membros ou não das Nações Unidas ou de qualquer agência especializada, depositem um instrumento de aceitação do presente Estatuto, desde que sua admissão como membro tenha sido aprovada pela Conferência Geral, por recomendação da Junta de Governadores. Ao recomendar e aprovar a admissão de um Estado, a Junta de Governadores e a Conferência Geral deverão assegurar-se de que esse Estado se encontre em condições de cumprir as obrigações que incumbem aos membros da Agência e de que se acha disposto a fazê-lo, levando ainda em devida conta a sua capacidade e seu desejo de agir em conformidade com os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas.

C. A Agência fundamenta-se no princípio da igualdade soberana dos membros os quais, a fim de terem assegurados os direitos e privilégios que decorrem da qualidade de membros da Agência, deverão cumprir de boa fé as obrigações contratadas de conformidade com o presente Estatuto.

Artigo V

Conferência Geral

A. Uma Conferência Geral composta de representantes de todos os membros da Agência reunir-se-á em sessão ordinária anual e celebrará as sessões extraordinárias que o Diretor-Geral convocar a pedido da Junta de Governadores, ou da maioria dos membros. As sessões serão celebradas na sede da Agência, salvo decisão contrária da Conferência Geral.

B. Nas aludidas sessões cada membro será representado por um delegado que poderá ser acompanhado de suplentes e assessôres. As despesas de viagem e de estada de cada delegação correrão por conta do membro interessado.

C. No princípio de cada sessão, a Conferência Geral elegerá o Presidente e os demais membros da Mesa, os quais desempenharão suas funções durante todo o período da sessão. Sob reservas das disposições do presente Estatuto, a Conferência Geral estabelecerá o seu Regimento. Cada membro da Agência disporá de um voto. As decisões a que se referem o parágrafo do Artigo XIV, o parágrafo C do Artigo XVIII e o parágrafo B do Artigo XIX serão tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes. As decisões sobre outras questões, inclusive a determinação de questões adicionais ou categorias de questões que devam ser resolvidas por maioria de dois terços, serão tomadas pela maioria dos membros presentes e votantes. O *quorum* será constituído pela maioria dos membros.

D. A Conferência Geral poderá discutir qualquer questão ou assunto no âmbito do presente Estatuto ou que se refira aos poderes e funções de quaisquer dos órgãos nêle previstos, e poderá fazer recomendações sobre essas questões ou assuntos aos membros da Agência, à Junta de Governadores ou a ambos.

E. A Conferência Geral:

1. Elegerá os membros da Junta de Governadores em conformidade com o Artigo VI;

2. Aprovará a admissão de novos membros, em conformidade com o Artigo IV:

3. Suspenderá os privilégios e direitos de um membro em conformidade com o Artigo XIX;

4. Examinará o relatório anual da Junta;

5. Em conformidade com o Artigo XIV, aprovará o orçamento da Agência, recomendado pela Junta, ou remete-lo-á a essa última, com suas recomendações, sobre o conjunto ou as partes, para que lhe seja novamente submetido pela Junta;

6. Aprovará os relatórios a serem submetidos às Nações Unidas, em conformidade com o acôrdo que estabeleça as relações entre a Agência e êsse órgão, com exceção dos relatórios mencionados no parágrafo C do Artigo XII, ou os remeterá à Junta com suas recomendações;

7. Aprovará quaisquer acordos entre a Agência e as Nações Unidas ou outras organizações, a que se refere o Artigo XVI, ou os devolverá à Junta com suas recomendações, para que lhe sejam novamente submetidos;

8. Aprovará regras e limitações com respeito à faculdade da Junta para contratar empréstimos, em conformidade com o parágrafo G do Artigo XIV; aprovará as regras relativas à aceitação de contribuições voluntárias pela Agência; e aprovará, segundo o parágrafo F do Artigo XIV, a forma em que poderá ser utilizado o fundo geral, mencionado nesse parágrafo;

9. Aprovará emendas ao presente Estatuto, em conformidade com o parágrafo C do Artigo XVIII;

10. Aprovará a nomeação do Diretor-Geral em conformidade com o parágrafo A do Artigo VII.

F. A Conferência Geral está autorizada a:

1. Tomar decisões sobre qualquer assunto que a Junta de Governadores lhe tenha expressamente remetido para êsse fim;

2. Apresentar questões ao exame da Junta de Governadores e solicitar-lhe que apresente relatórios sobre qualquer assunto relativo às funções da Agência.

Artigo VI

Junta de Governadores

A. A Junta de Governadores terá a seguinte composição:

1. A Junta de Governadores que se retira (ou, no caso da primeira Junta, a Comissão Preparatória mencionada no Anexo I) de-

signará, para participarem da Junta, os cinco membros mais adiantados da Agência no campo da tecnologia da energia atômica, inclusive da produção de materiais férteis, e o membro mais adiantado no ramo da tecnologia da energia atômica, inclusive da produção de materiais férteis, em cada uma das seguintes regiões, que ainda não esteja representada por nenhum dos cinco membros acima mencionados:

- 1) América do Norte
- 2) América Latina
- 3) Europa Ocidental
- 4) Europa Oriental
- 5) África e Oriente Médio
- 6) Ásia Meridional
- 7) Sudoeste da Ásia e Pacífico
- 8) Extremo Oriente

2. A Junta de Governadores que se retira (ou, no caso da primeira Junta, a Comissão Preparatória mencionada no Anexo I) designará para participarem da Junta dois membros, entre os seguintes outros produtores de materiais férteis: Bélgica, Polônia, Portugal e Tcheco-Eslováquia; e designará, igualmente para participar da Junta a um outro membro, como fornecedor de assistência técnica. Nenhum membro dessa categoria, que faça parte da Junta durante um ano determinado, poderá ser novamente designado para o ano seguinte na mesma categoria.

3. A Conferência Geral elegerá dez membros da Agência para a Junta de Governadores dando devida atenção a uma representação equitativa na Junta como um todo, dos membros das regiões mencionadas no subparágrafo A-1 do presente artigo, de tal modo que a Junta inclua sempre nessa categoria um representante de cada uma das referidas regiões, exceto a América do Norte. Com exceção dos cinco membros eleitos para o período de um ano em conformidade com o parágrafo D do presente artigo, nenhum membro dessa categoria poderá, no término de seu mandato, ser reeleito na mesma categoria para mais um ano.

B. As designações previstas nos subparágrafos A-1 e A-2 do presente artigo realizar-se-ão dentro de um período não inferior a sessenta dias antes da abertura da sessão ordinária da Conferência Geral. As eleições previstas no subparágrafo A-3 do presente artigo

serão efetuadas no curso das sessões anuais ordinárias da Conferência Geral.

C. Os membros representados na Junta de Governadores, de acôrdo com os subparágrafos A-1 e A-2 do presente artigo, exercerão as suas funções desde o fim da próxima sessão anual ordinária da Conferência, posterior à sua designação, até o fim da sessão anual ordinária seguinte da Conferência Geral.

D. Os membros representados na Junta de Governadores, em conformidade com o subparágrafo A-3 do presente artigo, exercerão as suas funções desde o fim da sessão anual ordinária da Conferência Geral, durante a qual tiverem sido eleitos até o fim da segunda sessão anual ordinária subsequente da Conferência Geral. No entanto, por ocasião da eleição dêsses membros para a primeira Junta, cinco dentre êles serão eleitos por período de um ano.

E. Cada membro da Junta de Governadores disporá de um voto. As decisões sôbre o montante do orçamento da Agência serão tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, como previsto no parágrafo H do Artigo XIV. As decisões sôbre outros assuntos, inclusive a determinação de questões adicionais ou categorias de questões a serem resolvidas por maioria de dois terços, serão tomadas por maioria dos membros presentes e votantes. O *quorum* será constituído por dois terços de todos os membros da Junta.

F. A Junta de Governadores terá autoridade para desempenhar as funções da Agência, em conformidade com o presente Estatuto, sob reserva de suas responsabilidades em relação à Conferência Geral, tal como nêle previsto.

G. A Junta de Governadores reunir-se-á tôdas as vêzes que julgar necessário. As reuniões serão realizadas na sede da Agência, a menos que a própria Junta decida de outra forma.

H. A Junta de Governadores designará, entre os seus membros, o Presidente e os outros membros da Mesa e, sob reserva das disposições do presente Estatuto, estabelecerá o seu próprio Regimento Interno.

I. A Junta de Governadores poderá criar as comissões que julgar necessárias e nomear pessoas para representá-la junto a outras organizações.

J. A Junta de Governadores preparará, para a Conferência Geral, um relatório anual sôbre os assuntos da Agência e sôbre to-

dos os projetos aprovados pela instituição. A Junta preparará igualmente, para apresentar à Conferência Geral, todos os relatórios que a Agência tenha de fazer às Nações Unidas, ou os que seja solicitada a fazer, ou a qualquer outra organização, cujas atividades estejam relacionadas com as da Agência. Esses relatórios, assim como os anuais, serão submetidos aos membros da Agência no mínimo um mês antes da sessão anual ordinária da Conferência Geral.

Artigo VII

Pessoal

A. O Pessoal da Agência será chefiado por um Diretor-Geral a ser nomeado pela Junta de Governadores para um período de quatro anos com a aprovação da Conferência Geral. O Diretor-Geral será o mais alto funcionário da Agência.

B. O Diretor-Geral será responsável pela nomeação, organização e direção das atividades do pessoal e ficará sob a autoridade e o controle da Junta de Governadores. No exercício de suas funções, seguirá os regulamentos adotados pela Junta.

C. O pessoal da Agência compreenderá os especialistas em questões científicas e técnicas e demais funcionários qualificados necessários à consecução dos objetivos e ao desempenho das funções da Agência. Esta guiar-se-á pelo princípio da manutenção de um mínimo de pessoal permanente.

D. A consideração primordial, que será levada em conta no recrutamento e nomeação do pessoal e na determinação das condições de trabalho, será a de assegurar à Agência os serviços de funcionários que possuam o mais alto grau de eficiência, de competência técnica e de integridade. Sujeito a essa consideração, serão devidamente observadas as contribuições dos membros à Agência e a importância de recrutar o pessoal sob um critério geográfico tão amplo quanto possível.

E. As condições de nomeação, de remuneração e de dispensa do pessoal ajustar-se-ão aos regulamentos estabelecidos pela Junta de Governadores, sob reserva das disposições do presente Estatuto e das regras gerais aprovadas pela Conferência Geral, após recomendação da Junta.

F. No cumprimento de seus deveres, o Diretor-Geral e o pessoal não solicitarão nem aceitarão instruções de nenhuma proce-

dência alheia à Agência e se absterão de toda atividade incompatível com a condição de funcionários da Agência. Sob reserva de suas responsabilidades para com esta última, não revelarão nenhum segredo de fabricação nem qualquer outra informação confidencial de que tenham conhecimento em virtude de suas funções oficiais junto à Agência. Cada um dos membros se compromete a respeitar o caráter internacional das funções do Diretor-Geral e do pessoal, e a não procurar influenciá-los no desempenho de suas funções.

G. No presente artigo, o termo “pessoal” compreende também guardas.

Artigo VIII

Troca de Informações

A. Recomenda-se a cada membro pôr à disposição da Agência todas as informações que, no entender do membro, possam ser de utilidade para a Agência.

B. Cada membro porá à disposição da Agência todas as informações científicas obtidas em consequência da assistência prestada pela Agência, em virtude do Artigo XI.

C. A Agência compilará e porá à disposição dos membros, em forma acessível, todas as informações que tenha recebido em virtude dos parágrafos A e B do presente artigo. Adotará ainda medidas positivas para fomentar, entre os membros, a troca de informações sobre a natureza e a utilização da energia atômica para fins pacíficos, e para esse fim, lhes servirá de intermediária.

Artigo IX

Fornecimento de Materiais

A. Os membros poderão pôr à disposição da Agência, sob condições com ela convencionadas, as quantidades de materiais fissionáveis especiais que julgarem conveniente. Os materiais colocados à disposição da Agência poderão, à discrição do membro que os forneceu, ser armazenados pelo membro interessado ou, com o assentimento da Agência, nos depósitos desta.

B. Os membros poderão igualmente pôr à disposição da Agência materiais férteis, conforme definidos no Artigo XX, assim como outros materiais. A Junta de Governadores determinará as quan-

tidades dêsses materiais que a Agência aceitará em virtude dos acordos previstos no Artigo XIII.

C. Cada membro comunicará à Agência as quantidades, a forma e a composição dos materiais fissionáveis especiais, dos materiais férteis e de outros que, em conformidade com suas próprias leis, deseje pôr imediatamente à disposição da Agência ou no curso de um período determinado pela Junta de Governadores.

D. A pedido da Agência, um membro deverá fornecer sem demora a outro membro, ou a um grupo de membros, dos materiais que tiver posto à disposição da Agência, as quantidades por ela especificadas e entregará, sem tardar, à própria Agência, as quantidades de materiais que sejam realmente necessárias ao funcionamento de suas instalações e à realização nelas de pesquisas científicas.

E. As quantidades, a forma e a composição dos materiais postos à disposição por um membro poderão ser por êle modificadas, a qualquer momento, com aprovação da Junta de Governadores.

F. Uma primeira comunicação deverá ser feita por cada membro, nos termos do parágrafo C dêste artigo, no período de três meses que se seguir à data da entrada em vigor do presente Estatuto em relação a êsse membro. Salvo decisão contrária da Junta de Governadores, os materiais postos inicialmente à disposição da Agência corresponderão ao ano civil subsequente ao da entrada em vigor do presente Estatuto com relação ao membro interessado. Da mesma maneira, cada comunicação posterior, corresponderá, salvo decisão contrária da Junta, ao ano civil que se seguir ao da comunicação e deverá ser feita, ao mais tardar, até primeiro de novembro de cada ano.

G. A Agência determinará o lugar e o modo de entrega e, se fôr o caso, a forma e a composição dos materiais cuja entrega tenha solicitado a um membro, deduzindo-os da quantidade total que êsse membro se prontificara a fornecer. A Agência procederá igualmente à verificação das quantidades dos materiais fornecidos e manterá os membros informados, periódicamente, sobre o assunto.

H. A Agência será responsável pela armazenagem e proteção dos materiais que se encontrarem em seu poder. Deverá também certificar-se de que êsses materiais estarão protegidos contra (1) as intempéries, (2) o afastamento ou uso não autorizados, (3) os

danos ou a destruição, inclusive a sabotagem, e (4) a tomada pela força. Na armazenagem dos materiais fissionáveis que se encontrem em seu poder, a Agência deverá assegurar uma distribuição geográfica desses materiais que não permita a acumulação de grandes estoques em qualquer país ou região do mundo.

I. A Agência deverá, logo que possível, estabelecer ou adquirir os elementos que sejam necessários, entre os abaixo relacionados:

1. Material, equipamento e instalações para a recepção, a armazenagem e a distribuição de materiais;

2. Meios materiais, de proteção;

3. Medidas adequadas de segurança e de proteção à saúde.

4. Laboratórios de controle para a análise e a verificação dos materiais recebidos;

5. Alojamentos e instalações administrativas para o pessoal necessário à execução das disposições precedentes.

J. Os materiais postos à disposição, em virtude deste artigo, serão utilizados na forma determinada pela Junta de Governadores, em conformidade com as disposições do presente Estatuto. Nenhum membro poderá exigir que os materiais por ele colocados à disposição da Agência sejam conservados separadamente, nem poderá indicar o projeto específico no qual devam ser usados.

Artigo X

Serviços, equipamento e instalações

Os membros poderão pôr à disposição da Agência os serviços, o equipamento e as instalações que possam contribuir para a realização dos objetivos e o desempenho das funções da Agência.

Artigo XI

Projetos da Agência

A. Qualquer membro ou grupo de membros da Agência que deseje empreender um projeto de desenvolvimento ou aplicação prática da energia atômica para fins pacíficos, ou de pesquisas nesse campo, poderá solicitar a assistência da Agência para a obtenção dos materiais fissionáveis especiais e outros assim como para os serviços, o equipamento e as instalações necessárias à realização de tal projeto.

Qualquer pedido desse gênero deverá ser acompanhado de uma exposição sobre os objetivos e o alcance do projeto e será examinado pela Junta de Governadores.

B. Se a tanto solicitada, a Agência poderá também ajudar a um membro ou grupo de membros nas gestões para obter, de outras fontes, os meios financeiros necessários à realização desses projetos. Ao fornecer essa assistência, a Agência não ficará obrigada a dar garantias nem a assumir qualquer responsabilidade financeira com relação ao projeto.

C. A Agência poderá fazer arranjos para obter o fornecimento, da parte de um ou mais de seus membros, de quaisquer materiais, serviços, equipamento e instalações necessárias à execução do projeto, ou poderá encarregar-se de fornecê-los diretamente, em todo ou em parte, levando em consideração os desejos do membro ou dos membros que tiverem solicitado a sua ajuda.

D. A fim de estudar o pedido, a Agência poderá enviar ao território do membro ou do grupo de membros solicitantes uma ou mais pessoas qualificadas para examinarem o projeto. Para esse fim, a Agência poderá, com o assentimento prévio do membro ou do grupo de membros autores do pedido, utilizar seus próprios funcionários ou empregar quaisquer nacionais, de um de seus membros, devidamente qualificados.

E. Antes de aprovar um projeto em virtude do presente artigo, a Junta de Governadores levará em conta devidamente:

1. A utilidade do projeto, inclusive as suas possibilidades de realização do ponto de vista científico e técnico;

2. A existência de planos adequados, de fundos suficientes e do pessoal técnico qualificado para assegurar a boa execução do projeto;

3. A existência de normas sanitárias e de segurança adequada à manutenção e à armazenagem dos materiais e ao funcionamento das instalações;

4. A impossibilidade em que se encontre o membro ou grupo de membros solicitantes de obter os meios financeiros os materiais, as instalações, o equipamento e os serviços necessários;

5. A repartição equitativa dos materiais e outros recursos postos à disposição da Agência;

6. As necessidades particulares das regiões subdesenvolvidas do mundo;

7. Quaisquer outras questões pertinentes.

F. Uma vez aprovado um projeto, a Agência concluirá com o membro ou grupo de membros que o tenha submetido, um acôrdo que deverá:

1. Prever a atribuição a êsse projeto de todos os materiais fissionáveis especiais ou outros materiais que possam ser necessários;

2. Prever a transferência dos materiais fissionáveis especiais do lugar em que estejam armazenados — quer se trate de materiais sob custódia da Agência ou do membro que os forneceu para os projetos da Agência — ao membro ou grupo de membro que submeter o projeto, sob condições que garantam tôdas as remessas necessárias e que correspondam às normas de segurança e proteção à saúde;

3. Definir as condições, inclusive os preços, para o fornecimento de quaisquer materiais, serviços, equipamento e instalações pela própria Agência e, no caso dêsse fornecimento ser proporcionado por um membro, enunciar as condições ajustadas entre o membro ou grupo de membros que submete o projeto e o membro que presta a assistência.

4. Incluir compromisso, pelo membro ou grupo de membros que submete o projeto, de que (a) a assistência prestada não será utilizada de modo a contribuir para fins militares, e (b) o projeto ficará sujeito às salvaguardas previstas no Artigo XII, devendo ser especificadas no acôrdo as salvaguardas correspondentes ;

5. Conter medidas apropriadas com relação aos direitos e interesses da Agência e aos do membro ou membros interessados, em quaisquer invenções ou descobertas, ou patentes com elas relacionadas, que possam resultar do projeto;

6. Prever medidas adequadas no tocante à solução de controvérsias;

7. Incluir quaisquer outras disposições apropriadas.

G. As disposições do presente artigo aplicar-se-ão igualmente, se fôr o caso, a quaisquer pedidos de materiais, serviços, instalações ou equipamento, relativo a um projeto já em curso.

Artigo XII

Salvaguardas da Agência

A. No tocante a qualquer projeto da Agência, ou a outro arranjo no qual as partes interessadas lhe solicitem que aplique sal-

vaguadas, a Agência terá os seguintes direitos e responsabilidades, na medida em que se apliquem a êsse projeto ou arranjo:

1. Examinar os planos das instalações e de equipamento especializado, inclusive dos reatores nucleares, e aprová-los unicamente para assegurar que não serão utilizados de modo a contribuir para fins militares, que se conformam às normas de proteção da saúde e de segurança pertinentes e que permitirão a eficaz aplicação das salvaguardas previstas no presente artigo;

2. Exigir a aplicação das medidas de proteção da saúde e das medidas de segurança prescritas pela Agência;

3. Exigir a manutenção e a apresentação de registros das operações para facilitar a contabilidade dos materiais férteis e dos materiais fissionáveis especiais utilizados ou produzidos no projeto ou no arranjo;

4. Pedir e receber relatórios sôbre a marcha dos trabalhos;

5. Aprovar os meios a serem usados para o tratamento químico dos materiais irradiados, unicamente com o objetivo de garantir que êsse tratamento químico não se prestará ao desvio dos materiais para fins militares e que se ajustará às normas de proteção da saúde e às normas de segurança aplicáveis; exigir que os materiais fissionáveis especiais recuperados ou obtidos como subprodutos sejam utilizados para fins pacíficos sob a salvaguarda contínua da Agência, em trabalhos de investigação ou em reatores existentes ou em construção, especificados pelo membro ou membros interessados; exigir que se deposite em poder da Agência todo o excedente de materiais fissionáveis especiais, recuperados ou obtidos como subprodutos, além das quantidades necessárias aos usos acima indicados, a fim de evitar acumulação dêsses produtos, sob a condição de que, posteriormente, a pedido de membro ou membros interessados, os materiais fissionáveis especiais assim depositados em poder da Agência lhes serão restituídos sem demora para serem por êles utilizados nas condições acima especificadas;

6. Enviar ao território do Estado ou Estados beneficiários inspetores, designados pela Agência após consulta com o Estado ou Estados interessados, os quais terão acesso, a qualquer momento, a todos os lugares e informações e pessoas que, por sua profissão, se ocuparem de materiais, equipamento ou instalações que devam ser controlados por força do presente Estatuto, segundo seja necessá-

rio para a contagem dos materiais férteis e materiais fissionáveis especiais fornecidos, assim como dos produtos fissionáveis, e para determinar se não há violação do compromisso de não utilização de modo a contribuir para fins militares, mencionado no subparágrafo F-4 do Artigo XI, e das medidas de proteção da Saúde e das medidas de segurança, mencionadas no subparágrafo A-2 do presente artigo, assim como de quaisquer condições prescritas no acôrdo concluído entre a Agência e o Estado ou Estados interessados. A pedido do Estado interessado, os inspetores designados pela Agência serão acompanhados pelos representantes das autoridades desse Estado, sob a reserva de que tal fato não deverá acarretar demoras aos trabalhos dos inspetores nem constrangê-los no exercício de suas funções;

7. Em casos de violação e de falta, e se o Estado ou Estados beneficiários não tomarem, em um prazo razoável, as medidas corretivas requeridas, a Agência terá o direito de suspender ou dar por terminada a assistência e retirar quaisquer materiais e equipamento fornecidos por ela ou por um membro ao referido Estado ou Estados, para a execução do projeto.

B. A Agência estabelecerá, de acôrdo com suas necessidades, um corpo de inspetores. Esse corpo ficará encarregado de examinar tôdas as operações efetuadas pela própria Agência para determinar se estão sendo observadas as medidas de proteção da saúde e as medidas de segurança por ela prescritas para aplicação aos projetos sujeitos à sua aprovação, direção ou contrôle, e se a Agência vem tomando tôdas as medidas capazes de evitar que os materiais férteis e os materiais fissionáveis especiais, que se achem sob sua guarda ou que sejam utilizados ou produzidos durante suas próprias operações não serão utilizados de forma a servir a fins militares. A Agência deverá exercer imediatamente ação corretiva para pôr fim a qualquer violação ou omissão da obrigação de tomar as medidas apropriadas.

C. O corpo de inspetores será também encarregado de obter e verificar a contabilidade mencionada no subparágrafo A-6 do presente artigo e de decidir se é observado o compromisso mencionado no subparágrafo F-4 do Artigo XI, as disposições do subparágrafo A-2 do presente artigo e tôdas as outras condições do projeto prescritas pelo acôrdo concluído entre a Agência e o Estado ou Estados interessados. Os inspetores comunicarão, qualquer violação ao Di-

retor-Geral, que transmitirá as informações à Junta de Governadores. A Junta pedirá ao Estado ou Estados beneficiários que ponham fim imediatamente a qualquer violação cuja existência fôr comprovada. A Junta levará essa violação ao conhecimento de todos os membros, assim como ao Conselho de Segurança e à Assembléia Geral das Nações Unidas. Se o Estado ou Estados beneficiários não tomarem, em um prazo razoável, tôdas as medidas necessárias a pôr fim a essa violação, a Junta poderá tomar uma das duas seguintes medidas, ou ambas: dar instruções para que seja reduzida ou interrompida a assistência concedida pela Agência, ou por um membro, e pedir a devolução dos materiais e equipamento fornecidos ao membro ou membros beneficiários. A Agência poderá igualmente, de conformidade com o Artigo XIX, privar qualquer membro infrator do exercício dos privilégios e direitos inerentes à qualidade de membro.

Artigo XIII

Reembólso dos Membros

Salvo se fôr convencionado de outra forma entre a Junta de Governadores e o membro que fornecer à Agência materiais, serviços, equipamento e instalações, a Junta concluirá com o aludido membro um acôrdo que estipule o reembolso dos elementos fornecidos.

Artigo XIV

Disposições financeiras

A. A Junta de Governadores submeterá à Conferência Geral um projeto de orçamento anual das despesas da Agência. A fim de facilitar a tarefa da Junta a êsse respeito, o Diretor-Geral preparará inicialmente o projeto de orçamento. Se a Conferência Geral não aprovar o projeto, devolvê-lo-á à Junta acompanhado de suas recomendações. A Junta apresentará, então, novo projeto à Conferência Geral para aprovação.

B. As despesas da Agência serão classificadas segundo as seguintes categorias:

1. Despesas administrativas, que incluirão:

a) Despesas com o pessoal da Agência, excetuadas as relativas ao pessoal cujo emprêgo esteja relacionado com os materiais, serviços, equipamento e instalações referidos no subparágrafo B-2 seguinte; as despesas com reuniões; e as despesas necessárias à preparação de projetos da Agência e à distribuição de informação;

b) As despesas decorrentes da aplicação das salvaguardas previstas no Artigo XII em relação aos projetos da Agência ou, no subparágrafo A-5 do Artigo III, em relação aos acordos bilaterais ou multilaterais, assim como as despesas de manipulação e armazenagem pela Agência de material fissionável especial, que não sejam as despesas de armazenagem e manipulação a que se refere o parágrafo E dêste artigo;

2. As despesas, além das previstas no subparágrafo 1 do presente parágrafo, relativas a materiais, instalações, estabelecimentos e equipamento, adquiridos ou instituídos pela Agência no exercício de suas atribuições, assim como as relativas ao custo dos materiais, serviços, equipamento e instalações que a Agência proporcionar em virtude de acordo com um ou mais de seus membros.

C. Ao fixar os gastos previstos no subparágrafo B-1 (b) acima, a Junta de Governadores deduzirá as quantias recuperáveis, por força de acordos, relativos à aplicação de salvaguardas, convencionados entre a Agência e as partes em convênios bilaterais ou multilaterais.

D. A Junta de Governadores repartirá entre os membros da Agência as despesas previstas no subparágrafo B-1 acima, de acordo com uma escala a ser fixada pela Conferência Geral. Ao fixar a escala, a Conferência Geral se guiará pelos princípios adotados pelas Nações Unidas no tocante às contribuições dos Estados membros para o orçamento ordinário daquela organização.

E. A Junta de Governadores estabelecerá, periodicamente, uma escala de taxas, inclusive taxas razoáveis e uniformes de armazenagem e manipulação, aplicáveis aos materiais, serviços, equipamento e instalações fornecidos pela Agência aos seus membros. Essa escala será calculada de forma a dar à Agência uma renda suficiente para cobrir as despesas e custos referidos no subparágrafo B-2 acima, deduzida qualquer contribuição voluntária que a Junta

de Governadores decida utilizar para êsse fim de acôrdo com o parágrafo F. As quantias obtidas com a aplicação dessa escala se destinarão a um fundo especial, que será utilizado para pagar aos membros os materiais, serviços, equipamento ou instalações que tenham fornecido e para satisfazer tôdas as outras despesas referidas no subparágrafo B-2 acima, nas quais incida a própria Agência.

F. Os excedentes de renda a que se refere o parágrafo E sôbre as despesas e custos que nêle se mencionam, assim como as contribuições voluntárias feitas à Agência, serão colocados em um fundo geral que poderá ser usado na forma que determinar a Junta de Governadores, com a aprovação da Conferência Geral.

G. Sujeito às regras e limitações aprovadas pela Conferência Geral, a Junta de Governadores poderá contrair empréstimos em nome da Agência, sem impor, todavia, aos membros da Agência qualquer responsabilidade no tocante a êsses empréstimos e a aceitar contribuições voluntárias oferecidas à Agência.

H. As decisões da Conferência Geral sôbre questões financeiras e as da Junta de Governadores sôbre o montante do orçamento da Agência serão tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes.

Artigo XV

Privilégios e Imunidades

A. A Agência gozará, no território de cada um dos membros, da capacidade jurídica e dos privilégios e imunidades necessários ao exercício de suas funções.

B. Os delegados dos membros e seus suplentes e assessôres, os Governadores nomeados para a Junta, assim como seus suplentes e assessôres, o Diretor-Geral e o pessoal da Agência gozarão dos privilégios e imunidades necessários ao exercício com independência, de suas funções em relação à Agência.

C. A capacidade jurídica e os privilégios e imunidades mencionados no presente artigo serão definidos em um acôrdo ou acordos destinados a serem concluídos entre a Agência, representada para êsse fim pelo Diretor-Geral, que agirá de acôrdo com as instruções da Junta de Governadores, e os membros.

Artigo XVI

Relações com outras Organizações

A. A Junta de Governadores, com o assentimento da Conferência Geral, fica autorizada a concluir um ou mais acordos que estabeleçam relações apropriadas entre a Agência e as Nações Unidas e quaisquer outras organizações cujas atividades sejam afins às da Agência.

B. O acôrdo ou acordos que estabelecerem as relações entre a Agência e as Nações Unidas deverão prever que:

1. A Agência submeterá às Nações Unidas os relatórios mencionados nos subparágrafos B-4 e B-5 do Artigo III.

2. A Agência examinará as resoluções a ela referentes, aprovadas pela Assembléia Geral ou por um dos Conselhos das Nações Unidas, e, quando solicitada, apresentará relatórios ao órgão apropriado das Nações Unidas sôbre as medidas por ela tomadas, ou por seus membros, de conformidade com o presente Estatuto, como resultado de tal exame.

Artigo XVII

Solução de Controvérsias

A. Qualquer questão ou controvérsia sôbre a interpretação ou aplicação do presente Estatuto, que não seja solucionada por meio de negociação, será submetida à Côrte Internacional de Justiça, de conformidade com o Estatuto da Côrte, a menos que as partes interessadas concordem em outro meio de solução.

B. A Conferência Geral ou a Junta da Governadores acham-se igualmente habilitadas a solicitar da Côrte Internacional de Justiça, com prévia autorização da Assembléia Geral das Nações Unidas pareceres consultivos sôbre quaisquer questões jurídicas que surjam no âmbito das atividades da Agência.

Artigo XVIII

Emendas e Retiradas de Membros

A. Qualquer membro pode propor emendas ao presente Estatuto. O Diretor-Geral preparará cópias certificadas do texto de

qualquer emenda proposta e as remeterá a todos os membros, pelo menos noventa dias antes da data em que a emenda deverá ser examinada pela Conferência Geral.

B. Na quinta sessão anual da Conferência Geral, após a entrada em vigor do presente Estatuto, a questão da revisão geral de suas disposições será incluída na agenda da referida sessão. Se aprovada pela maioria dos membros presentes e votantes, a revisão será efetuada no curso da sessão seguinte da Conferência Geral. Por conseguinte, as propostas sobre a questão da revisão geral do Estatuto poderão ser submetidas à decisão da Conferência Geral segundo o mesmo processo.

C. As emendas entrarão em vigor para todos os membros quando:

(i) Aprovadas pela Conferência Geral por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, após o exame das observações apresentadas pela Junta de Governadores sobre cada emenda proposta; e

(ii) Aceitos por dois terços de todos os membros de acordo com as disposições constitucionais respectivas. A aceitação por cada um dos membros se efetuará mediante o depósito de um instrumento de aceitação com o Governo depositário, mencionado no parágrafo B do Artigo XXI.

D. A qualquer momento depois de transcorridos cinco anos a contar da data da entrada em vigor do presente Estatuto, conforme o parágrafo E do Artigo XXI, ou em qualquer ocasião em que não esteja disposto a aceitar uma emenda ao Estatuto, um membro poderá retirar-se da Agência mediante aviso prévio dado por escrito ao Governo depositário, mencionado no parágrafo C do Artigo XXI que informará sem demora a respeito à Junta de Governadores e a todos os outros membros.

E. A retirada de um membro da Agência não afetará as obrigações contratuais assumidas nos termos do Artigo XI, nem as obrigações orçamentárias relativas ao ano em que se retira.

Artigo XIX

Suspensão e Privilégios

A. Todo membro em atraso, no pagamento de suas contribuições financeiras à Agência, não terá direito de voto se o montante

da soma devida fôr igual ou superior ao total das contribuições devidas por êle para os dois anos precedentes. A Conferência Geral poderá permitir, entretanto, que êsse membro vote, se chegar à conclusão de que o atraso se deve a circunstâncias alheias à vontade do membro.

B. Qualquer membro que tiver infringido reiteradamente as disposições do presente Estatuto, ou de um acôrdo concluído por êle em conformidade com o presente Estatuto, poderá ser suspenso do exercício dos direitos e privilégios de membro por decisão da Conferência Geral, tomada por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, sob prévia recomendação da Junta de Governadores.

Artigo XX

Definições

Para os fins do presente Estatuto:

1. Entende-se por “material fissionável especial” o plutônio 239; o urânio 233; o urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233; qualquer material que contenha um ou vários dos elementos citados; e os demais materiais fissionáveis que, de tempos em tempos, a Junta de Governadores designar. Todavia, o termo “material fissionável especial” não se aplica aos materiais férteis.

2. Entende-se por “urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233” o urânio que contém os isótopos 235 ou 233, ou ambos, em quantidade tal que a relação entre a soma das quantidades desses dois isótopos e a de isótopo 238 seja superior à relação entre a quantidade de isótopo 235 e a de isótopo 238 no urânio natural.

3. Entende-se por “material fértil” o urânio constituído pela mistura de isótopos que ocorre na natureza; o urânio cuja proporção de isótopo 235 seja inferior à normal; o tório; todos os materiais acima mencionados sob a forma de metal, liga, compostos químicos ou concentrados; qualquer outro material que contenha um ou vários dos materiais antes mencionados na concentração que fôr fixada, de tempos em tempos, pela Junta de Governadores; e os demais materiais que, de tempos em tempos, designar a Junta de Governadores.

Artigo XXI

Assinatura, Aceitação e Entrada em Vigor

A. O presente Estatuto será aberto à assinatura de todos os Estados-Membros das Nações Unidas ou de quaisquer das agências especializadas, a 26 de outubro de 1956, e permanecerá aberto à assinatura por um período de noventa dias.

B. Os Estados signatários tornar-se-ão partes do presente Estatuto mediante depósito de um instrumento de ratificação.

C. Os instrumentos de ratificação dos Estados signatários e os instrumentos de aceitação dos Estados cuja admissão tenha sido aprovada, conforme o parágrafo B do Artigo IV do presente Estatuto, serão depositados com o Governo dos Estados Unidos da América, que será o Governo depositário.

D. A ratificação ou aceitação pelos Estados, do presente Estatuto, se efetuará em conformidade com suas disposições constitucionais respectivas.

E. O presente Estatuto, independentemente do Anexo, entrará em vigor quando dezoito Estados houverem depositado instrumentos de ratificação em conformidade com o parágrafo B deste artigo, e desde que entre esses dezoito Estados figurem, pelo menos, três dos seguintes: Canadá, Estados Unidos da América, França, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e União Soviética. Os instrumentos de ratificação e os instrumentos de aceitação, depositados posteriormente surtirão efeito a partir da data de sua recepção.

F. O Governo depositário comunicará, sem demora, a todos os Estados signatários do presente Estatuto, a data do depósito de cada instrumento de ratificação e a data da entrada em vigor do Estatuto. O Governo depositário informará, sem tardar, a todos os signatários e membros, as datas em que outros Estados se tornem parte, subseqüentemente ao presente Estatuto.

G. O Anexo do presente Estatuto entrará em vigor no primeiro dia em que o Estatuto fôr aberto à assinatura.

Artigo XXII

Registro com as Nações Unidas

A. O presente Estatuto será registrado, pelo Governo depositário, em decorrência do Artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

B. Os acordos concluídos entre a Agência e um ou mais membros, os acordos entre a Agência e uma ou mais organizações e os acordos concluídos entre os membros da Agência, sob reserva de sua aprovação, serão nesta registrados. Esses acordos serão também registrados pela Agência nas Nações Unidas, se esse registro fôr estipulado pelo Artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

Artigo XXIII

Textos Autênticos e Cópias Certificadas

O presente Estatuto, redigido nos idiomas chinês, espanhol, francês, inglês e russo, todos igualmente autênticos, será depositado nos arquivos do Governo depositário. O Governo depositário enviará cópias, devidamente certificadas, do presente Estatuto aos Governos dos demais Estados signatários e aos dos Estados que tenham sido admitidos como membros conforme o parágrafo B do Artigo IV.

Em fé do que, os abaixo-assinados, devidamente credenciados, firmaram o presente Estatuto.

Feito na Sede das Nações Unidas, aos vinte e seis dias do mês de outubro de mil novecentos e cinqüenta e seis.

ANEXO I

Comissão preparatória

A. Na data em que o presente Estatuto fôr aberto à assinatura, será estabelecida uma Comissão Preparatória, composta por um representante de cada um dos seguintes países: Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Estados Unidos da América, França, Índia, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Tcheco-Eslováquia, União Soviética e União da África do Sul, e um representante de cada um de outros seis Estados a serem eleitos pela

Conferência Internacional sobre o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica. A Comissão Preparatória exercerá suas funções até que entre em vigor o presente Estatuto e, posteriormente, até que se tenha reunido a Conferência Geral e se tenha constituído a Junta de Governadores, em conformidade com o Artigo VI.

B. A fim de atender às suas despesas, a Comissão Preparatória poderá solicitar um empréstimo nas Nações Unidas e, para esse propósito, realizará os arranjos necessários com as autoridades competentes das Nações Unidas, inclusive os relativos ao pagamento do empréstimo pela Agência. Se esses fundos resultarem insuficientes, a Comissão Preparatória poderá aceitar adiantamentos dos Governos. Tais adiantamentos poderão ser deduzidos das contribuições dos Governos interessados para o orçamento da Agência.

C. A Comissão Preparatória:

1. Elegerá sua própria Mesa, aprovará seu Regimento Interno. reunir-se-á sempre que necessário, decidirá o lugar de suas reuniões e criará as comissões que julgar necessárias;

2. Nomeará um secretário executivo e o pessoal necessário, os quais terão as atribuições e desempenharão as funções que a Comissão determinar;

3. Realizará os arranjos necessários para a celebração da primeira sessão da Conferência Geral, inclusive a preparação de uma agenda e de um Regimento provisório, que se celebrará tão logo seja possível após a entrada em vigor do Estatuto;

4. Designará os membros da primeira Junta de Governadores, em conformidade com os subparágrafos A-1 e A-2 e parágrafo B do Artigo VI;

5. Preparará estudos, relatórios e recomendações para a primeira sessão da Conferência Geral e para a primeira reunião da Junta de Governadores sobre temas de interesse para a Agência e que requeiram sua atenção imediata, em particular; a) o financiamento da Agência; b) os programas e o orçamento para o primeiro ano de existência da Agência; c) os programas técnicos relativos ao programa das futuras operações da Agência; d) a criação do quadro permanente do pessoal da Agência; e e) o lugar em que se estabelecerá a sede permanente da Agência;

6. Formulará, para a primeira reunião da Junta de Governadores, recomendações sobre as cláusulas de um acordo relativo à

sede da Agência, no qual se definam a condição jurídica da Agência e os direitos e obrigações que existirão nas relações entre a Agência e o Governo do país onde fôr estabelecida a sede;

7. a) entabulará negociações com as Nações Unidas para preparar, conforme previsto no Artigo XVI do presente Estatuto, um projeto de acôrdo a ser submetido à Conferência Geral, na sua primeira sessão e à Junta de Governadores em sua primeira reunião; b) formulará recomendações à Conferência Geral, em sua primeira sessão, e à Junta de Governadores na sua primeira reunião, sôbre as relações da Agência previstas no Artigo XVI do presente Estatuto com outras organizações internacionais.

STATUTE OF THE INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY

Article I

Establishment of the Agency

The Parties hereto establish an International Atomic Energy Agency (hereinafter referred to as "the Agency") upon the terms and conditions herneinafter set forth.

Article II

Objectives

The Agency shall seek to accelerate and enlarge the contribution of atomic energy to peace, health and prosperity throughout the world. It shall ensure, so far as it is able, that assistance provided by it or at its request or under its supervision or control is not in such a way as to further any military purpose.

Article III

Functions

A. The Agency is authorized:

1. To encourage and assist research on, and development and practical application of, atomic energy for peaceful uses throughout the world; and, if requested to do so, to act as an intermediary for the purposes of securing the performance of services or

the supplying of materials, equipment, or facilities by one member of the Agency for another; and to perform any operation or service useful in research on, or development or practical application of, atomic energy for peaceful purposes;

2. To make provision, in accordance with this Statute, for materials, services, equipment, and facilities to meet the needs of research on, and development and practical application of, atomic energy for peaceful purposes, including the production of electric power, with due consideration for the needs of the underdeveloped areas of the world;

3. To foster the exchange of scientific and technical information on peaceful uses of atomic energy.

4. To encourage the exchange and training of scientists and experts in the field of peaceful use of atomic energy;

5. To establish and administer safeguards designed to ensure that special fissionable and other materials, services, equipment, facilities, and information made available by the Agency or at its request or under its supervision or control are not used in such a way as to further any military purpose; and to apply safeguards, at the request of the parties, to any bilateral or multilateral arrangement, or, at the request of a State, to any of that State's activities in the field of atomic energy.

6. To establish or adopt, in consultation and, where appropriate, in collaboration with the competent organs of the United Nations and with the specialized agencies concerned, standards of safety for protection of health and minimization of danger to life and property (including such standards for labour conditions) and to provide for the application of these standards to its own operations as well as to the operations making use of materials, services, equipment, facilities, and information made available by the Agency or at its request or under its control or supervision and to provide for the application of these standards, at the request of the parties to operations under any bilateral or multilateral arrangement, or, at the request of a State to any of that State's activities in the field of atomic energy;

7. To acquire or establish any facilities, plant and equipment useful in carrying out its authorized functions whenever the facili-

ties, plant, and equipment otherwise available to it in the area concerned, area inadequate or available only on terms it deems unsatisfactory.

B. In carrying out its functions, the Agency shall:

1. Conduct its activities in accordance with the purposes and principles of the United Nations to promote peace and international co-operation and in conformity with policies of the United Nations furthering the establishment of safeguarded worldwide disarmament and in conformity with any international agreements entered into pursuant to such policies;

2. Establish control over the use of special fissionable materials received by the Agency, in order to ensure that these materials are used only for peaceful purposes;

3. Allocate its resources in such a manner as to secure efficient utilizations and the greatest possible general benefit in all areas of the world, bearing in mind the special needs of the underdeveloped areas of the world;

4. Submit reports on its activities annually to the General Assembly of the United Nations and, when appropriate, to the Security Council: if in connexion with the activities of the Agency there should arise questions that are within the competence of the Security Council, the Agency shall notify the Security Council, as the organ bearing the main responsibility for the maintenance of international peace and security, and may also take the measures open to it under this Statute, including those provided in paragraph C of article XII;

5. Submit reports to the Economic and Social Council and other organs of the United Nations on matter within the competence of these organs.

C. In carrying out its functions, the Agency shall not make assistance to members subject to any political, economic, military, or other conditions incompatible with the provisions of this Statute.

D. Subject to the provisions of this Statute and to the terms of agreements concluded between a State or a group of States and the Agency which shall be in accordance with the provisions of the Statute, the activities of the Agency shall be carried out with due observance of the sovereign rights of States.

Article IV

Membership

A. The initial members of the Agency shall be those States Members of the United Nations or of any of the specialized agencies which shall have signed this Statute within ninety days after it is opened for signature and shall have deposited an instrument of ratification.

B. Other members of the Agency shall be those States, whether or not Members of the United Nations or of any of the specialized agencies, which deposit an instrument of acceptance of this Statute after their membership has been approved by the General Conference upon the recommendation of The Board of Governors. In recommending and approving a State for membership, the Board of Governors and the General Conference shall determine that the State is able willing to carry out the obligations of membership in the Agency giving due consideration to its ability willingness to act in accordance with the purposes and principles of the Charter of the United Nations.

C. The Agency is based on the principle of the sovereign equality of all its members and all members, in order to ensure to all of them the rights and benefits resulting from membership, shall fulfil in good faith the obligations assumed by them in accordance with this Statute.

Article V

General Conference

A. A General Conference consisting of representatives of all members shall meet in regular annual session and in such special sessions as shall be convened by the Director General at the request of the Board of Governors or of a majority of members. The sessions shall take place at the headquarters of the Agency, unless otherwise determined by the General Conference.

B. At such sessions, each member shall be represented by one delegate who may be accompanied by alternates and by advisers. The cost of attendance of any delegation shall be borne by the member concerned.

C. The General Conference shall elect a President and such other officers as may be required at the beginning of each session. They shall hold office for the duration of the session. The General Conference, subject to the provisions of this Statute, shall adopt its own rules of procedure. Each member shall have one vote. Decisions pursuant to paragraph H of article XIV, paragraph C of article XVIII and paragraph B of article XIX shall be made by a two-thirds majority of the members present and voting. Decisions on other questions, including the determination of additional questions or categories of questions to be decided by a two-thirds majority, shall be made by a majority of the members present and voting. A majority of members shall constitute a *quorum*.

D. The General Conference may discuss any questions or any matters within the scope of this Statute or relating to the powers and functions of any organs provided for in this Statute, and may make recommendations to the membership of the Agency or to the Board of Governors or to both on any such questions or matters.

E. The General Conference shall:

1. Elect members of the Board of Governors in accordance with article VI;
2. Approve States for membership in accordance with article IV;
3. Suspend a member from the privileges and rights of membership in accordance with article XIX;
4. Consider the annual report of the Board;
5. In accordance with article XIV, approve the budget of the Agency recommended by the Board or return it with recommendations as to its entirety or parts to the Board for resubmission to the General Conference;
6. Approve reports to be submitted to the United Nations as required by the relationship agreement between the Agency and the United Nations, except reports referred to in paragraph C of article XII, or return them to the Board with its recommendations;
7. Approve any agreement or agreements between the Agency and United Nations and other organizations as provided in article XVI or return such agreements with its recommendations to the Board, for resubmission to the General Conference;
8. Approve rules and limitations regarding the exercise of borrowing powers by the Board, in accordance with paragraph G

of article XIV; approve rules regarding the acceptance of voluntary contributions to the Agency; and approve, in accordance with paragraph F of article XIV, the manner in which the general fund referred in that paragraph may be used;

9. Approve amendments to this Statute in accordance with paragraph C of article XVIII;

10. Approve the appointment of the Director General in accordance with paragraph A of article VII.

F. The General Conference shall have the authority:

1. To take decisions on any matter specifically referred to the General Conference for this purpose by the Board;

2. To propose matters for consideration by the Board and request from the Board reports on any matter relating to the functions of the Agency.

Article VI

Board of Governors

A. The Board of Governors shall be composed as follows:

1. The outgoing Board of Governors (or in the case of the first Board, the Preparatory Commission referred to in Annex I) shall designate for membership on the Board the five members most advanced in the technology of atomic energy including the production of source materials and the member most advanced in the technology of atomic energy including the production of source materials in each following areas not represented by the aforesaid five:

- (1) North America
- (2) Latin America
- (3) Western Europe
- (4) Eastern Europe
- (5) Africa and the Middle East
- (6) South Asia
- (7) South East Asia and the Pacific
- (8) Far East.

2. The outgoing Board of Governors (or in the case of the first Board, the Preparatory Commission referred to in Annex I) shall designate for membership on the Board two members from among the following other producers of source materials: Belgium,

Czechoslovakia, Poland, and Portugal; and shall also designate for membership on the Board one other member as a supplier of technical assistance. No member in this category any one year will be eligible for redesignation in the same category for the following year.

3. The General Conference shall elect ten members to membership on the Board of Governors, with due regard to equitable representation on the Board as a whole of the members in the areas listed in sub-paragraph A-1 of this article so that the Board shall at all times include in this category a representative of each of those areas except North America. Except for the five members chosen for a term of one year in accordance with paragraph D of this article, no member in this category in any one term of office will be eligible for re-election in the same category for the following term of office.

B. The designations provided for in sub-paragraphs A-1 and A-2 of this article shall take place not less than sixty days before each regular annual session of the General Conference. The elections provided for in sub-paragraph A-3 of this article shall take place at regular annual sessions of the General Conference.

C. Members represented on the Board of Governors in accordance with sub-paragraphs A-1 and A-2 for this article shall hold office from the end of the next regular annual session of the General Conference after their designation until the end of the following regular annual session of the General Conference.

D. Members represented on the Board of Governors in accordance with sub-paragraph A-3 of the article shall hold office from the end of the regular annual session of the General Conference at which they are elected until the end of the second regular annual session of the general Conference thereafter. In the election of these members for the first Board, however, five shall be chosen for a term of one year.

E. Each member of the Board of Governors shall have one vote. Decisions on the amount of the Agency's budget shall be made by a two-thirds majority of those present and voting, as provided in paragraph H of article XIV. Decisions on other questions, including the determination of additional questions or categories of questions to be decided by a two-thirds majority, of those

present and voting. Two-thirds of all members of the Board shall constitute a *quorum*.

F. The Board of Governors shall have authority to carry out the functions of the Agency in accordance with this Statute, subject to its responsibilities to the General Conference as provided in this Statute.

G. The Board of Governors shall meet at such times as it may determine. The meetings shall take place at the headquarters of the Agency, unless otherwise determined by the Board.

H. The Board of Governors shall elect a Chairman and other officers from among its members and, subject to the provisions of this Statute, shall adopt its own rules of procedure.

I. The Board of Governors may establish such committees as it deems advisable. The Board may appoint persons to represent it in its relations with other organizations.

J. The Board of Governors shall prepare an annual report to the General Conference concerning the affairs of the Agency and any projects approved by the Agency. The Board shall also prepare for submission to the General Conference such reports as the Agency is or may be required to make to the United Nations or to any other organizations the work of which is related to that of the Agency. These reports, along with the annual reports, shall be submitted to members of the Agency at least one month before the regular annual session of the General Conference.

Article VII

Staff

A. The staff of the Agency shall be headed by a Director General. The Director General shall be appointed by the Board of Governors with the approval of the General Conference for a term of four years. He shall be the chief administrative officer of the Agency.

B. The Director General shall be responsible for the appointment, organization, and functioning of the staff and shall be under the authority of and subject to the control of the Board of Governors. He shall perform his duties in accordance with regulation adopted by the Board.

C. The staff shall include such qualified scientific and technical and other personnel as may be required to fulfil the objectives and functions of the Agency. The Agency shall be guided by the principle that its permanent staff shall be kept to a minimum.

D. The paramount consideration in the recruitment and employment of the staff and in the determination of the condition of services shall be to secure employees of the highest standards of efficiency, technical competence, and integrity. Subject to this consideration, due regard shall be paid to the contribution of members to the Agency and to the importance of recruiting the staff on as wide a geographical basis as possible.

E. The terms and conditions on which the staff shall be appointed, remunerated, and dismissed shall be in accordance with regulations made by the Board of Governors, subject to the provisions of this Statute and to general rules approved by the General Conference on the recommendation of the Board.

F. In the performance of their duties, the Director General and the staff shall not seek to receive instructions from any source external to the Agency. They shall refrain from any action which might reflect on their position as officials of the Agency; subject to their responsibilities to the Agency, they shall not disclose any industrial secret or other confidential information coming to their knowledge by reason of their official duties for the Agency. Each member undertakes to respect the international character of the responsibilities of the Director General and the staff and shall not seek to influence them in the discharge of their duties.

G. In this article the term "staff" includes guards.

Article VIII

Exchange of information

A. Each member should make available such information as would, in the judgement of the member, be helpful to the Agency.

B. Each member shall make available to the Agency all scientific information developed as a result of assistance extended by the Agency pursuant to article XI.

C. The Agency shall assemble and make available in an accessible form the information made available to it under paragraphs

A and B of this article. It shall take positive steps to encourage the exchange among its members of information relating to the nature and peaceful uses of atomic energy and serve as an intermediary among its members for this purpose.

Article IX

Supplying of materials

A. Members may make available to the Agency such quantities of special fissionable materials as they deem advisable and on such terms as shall be agreed with the Agency. The materials made available to the Agency may, at the discretion of the member making them available, be stored either by the member concerned or, with the agreement of the Agency, in the Agency's depots.

B. Members may also make available to the Agency source materials as defined in article XX and other materials. The Board of Governors shall determine the quantities of such materials which the Agency will accept under agreements provided for in article XIII.

C. Each member shall notify the Agency of the quantities, form, and composition of special fissionable materials, source materials, and other materials which that member is prepared, in conformity with its laws, to make available immediately or during a period specified by the Board of Governors.

D. On request of the Agency a member shall, from the materials which it has made available, without delay deliver to another member or group of members such quantities of such materials as the Agency may specify, and shall without delay deliver to the Agency itself such quantities of such materials as are really necessary for operations and scientific research in the facilities of the Agency.

E. The quantities, form and composition of materials made available by any member may be changed at any time by the member with the approval of the Board of Governors.

F. An initial notification in accordance with paragraph C of this article shall be made within three months of the entry into force of this Statute with respect to the member concerned.

In the absence of a contrary decision of the Board of Governors, the materials initially made available shall be for the period of the calendar year succeeding the year when this Statute takes effect with respect to the member concerned. Subsequent notifications shall likewise, in the absence of a contrary action by the Board, relate to the period of the calendar year following the notification and shall be made no late than the first day of November of each year.

G. The Agency shall specify the place and method of delivery and where appropriate, the form and composition, of materials which it has requested a member to deliver from the amounts which that member has notified the Agency it is prepared to make available. The Agency shall also verify the quantities of materials delivered and shall report those quantities periodically to the members.

H. The Agency shall be responsible for storing and protecting materials in its possession. The Agency shall ensure that these materials shall be safeguarded against (1) hazards of the weather, (2) unauthorized removal or diversion, (3) damage or destruction, including sabotage, and, (4) forcible seizure. In storing special fissionable materials in its possession the Agency shall ensure the geographical distribution of these materials in such a way as not to allow concentration of large amounts of such materials in any one country or region of the world.

I. The Agency shall as soon as practicable establish or acquire such of the following as may be necessary:

1. Plant, equipment, and facilities for the receipt, storage, and issue of materials;
2. Physical safeguards;
3. Adequate health and safety measures;
4. Control laboratories for the analysis and verification of materials received;
5. Housing and administrative facilities for any staff required for the foregoing.

J. The materials made available pursuant to this article shall be used as determined by the Board of Governors in accordance

with the provisions of this Statute. No member shall have the right to require that the material it makes available to the Agency be kept separately by the Agency or to designate the specific project in which they must be used.

Article X

Services, equipment, and facilities

Members may make available to the Agency services, equipment, and facilities which may be of assistance in fulfilling the Agency's objectives and functions.

Article XI

Agency projects

A. Any member or group of members of the Agency desiring to set up any project for research on, or development or practical application of, atomic energy for peaceful purposes may request the assistance of the Agency in securing special fissionable and other materials, services, equipment, and facilities necessary for this purpose. Any such request shall be accompanied by an explanation of the purpose and extent of the project and shall be considered by the Board of Governors.

B. Upon request, the Agency may also assist any member or group of members to make arrangements to secure necessary financing from outside sources to carry out such projects. In extending this assistance, the Agency will not be required to provide any guarantees or to assume any financial responsibility for the project.

C. The Agency may arrange for the supplying of any materials, services, equipment, and facilities necessary for the project by one or more members or may itself undertake to provide any or all of these directly, taking into consideration the wishes of the member or members making the request.

D. For the purpose of considering the request, the Agency may send into the territory of the member or group of members making the request a person or persons qualified to examine the

project. For this purpose the Agency may, with the approval of the member or group of members making the request, use members of its own staff or employ suitably qualified nationals of any member.

E. Before approving a project under this article, the Board of Governors shall give due consideration to:

1. The usefulness of the project, including its scientific and technical feasibility;
2. The adequacy of plans, funds, and technical personnel to assure the effective execution of the project;
3. The adequacy of proposed health and safety standards for handling and storing materials and for operating facilities;
4. The inability of the member or group of members making the request to secure the necessary finances, materials, facilities, equipment, and services;
5. The equitable distribution of materials and other resources available to the Agency;
6. The special needs of the underdeveloped areas of the world; and
7. Such other matters as may be relevant.

F. Upon approving a project, the Agency shall enter into an agreement with the member or group of members submitting the project, which agreement shall:

1. Provide for allocation, to the project of any required special fissionable or other materials;
2. Provide for transfer of special fissionable materials from their place of custody, whether the materials be in the Custody of the Agency or of the member making them available for use in Agency projects, to the member or group of members submitting the project, under conditions which ensure the safety of any shipment required and meet applicable health and safety standards;
3. Set forth terms and conditions, including charges, on which any materials, services, equipment, and facilities are to be provided by the Agency itself, and, if any such materials, services, equipment, and facilities are to be provided by a member, the terms and conditions as arranged for by the member or group of members submitting the project and the supplying member;
4. Include undertakings by the member or group of members submitting the project: (a) that the assistance provided shall not

be used in such a way as to further any military purpose; and (b) that the project shall be subject to the safeguards provided for in article XII, the relevant safeguards being specified in the agreement;

5. Make appropriate provision regarding the rights and interests of the Agency and the member or members concerned in any inventions or discoveries, or any patents therein, arising from the project;

6. Make appropriate provision regarding settlement of disputes;

7. Include such other provisions as may be appropriate.

G. The provisions of this article shall also apply appropriate to a request for materials, services, facilities, or equipment in connexion with an existing project.

Articles XII

Agency safeguards

A. With respect to any Agency project, or other arrangement where the Agency is requested by the parties concerned to apply safeguards, the Agency shall have the following rights and responsibilities to the extent relevant to the project or arrangement;

1. To examine the design of specialized equipment and facilities, including nuclear reactors, and to approve it only from the viewpoint of assuring that it will not further any military purpose, that it complies with applicable health and safety standards, and that it will permit effective application of the safeguards provided for in this article;

2. To require the observance of any health and safety measures prescribed by the Agency;

3. To require the maintenance and production, of operating records to assist in ensuring accountability for source and special fissionable materials used or produced in the project or arrangement;

4. To call for and receive progress reports;

5. To approve the means to be used for the chemical processing of irradiated materials solely to ensure that this chemical processing will not tend itself to diversion of materials for military

purpose and will comply with applicable health and safety standards; to require that special fissionable materials recovered or produced as a by-product be used for peaceful purposes under continuing Agency safeguards for research or in reactors, existing or under construction, specified by the member or members concerned; and to require deposit with the Agency of any excess of any special fissionable materials recovered or produced as by-product over what is needed for the above-stated uses in order to prevent stockpiling of these materials, provided that thereafter at the request of the member or members concerned special fissionable materials so deposited with the Agency shall be returned promptly to the member or members concerned for use under the same provisions as stated above;

6. To send into the territory of the recipient State or States inspectors, designated by the Agency after consultation with the State or States concerned, who shall have access at all times to all places and data and to any person who by reason of his occupation deals with materials, equipment, or facilities which are required by this Statute to be safeguarded, as necessary to account for source and special fissionable materials supplied and fissionable products and to determine whether there is compliance with the undetarking against use in furtherance of any military purpose referred to in sub-paragraph F-4 of article XI, with the health and safety measures referred to in sub-paragraph A-2 of this article, and with any other conditions prescribed in the agreement between the Agency and the State or States concerned. Inspectors designated by the Agency shall be accompanied by representatives of the authorities of the State concerned, if that State so requests, provided that the inspectors shall not thereby be delayed or otherwise impeded in the exercise of their functions;

7. In the event of non-compliance and failure by the recipient State or States to take requested corrective steps within a reasonable time, to suspend or terminate assistance and withdraw any materials and equipment made available by the Agency or a member in furtherance of the project.

B. The agency shall, as necessary, establish a staff of inspectors. The staff of inspectors shall have the responsibility of examining all operations conducted by the Agency itself to determine whether the Agency is complying with the health and safety

measures prescribed by it for application to projects subject to its approval, supervision or control, and whether the Agency is taking adequate measures to prevent the source and special fissionable materials in its custody or used or produced in its own operations from being used in furtherance of any military purpose. The Agency shall take remedial action forthwith to correct any non-compliance or failure to take adequate measures.

C. The staff of inspectors shall also have the responsibility of obtaining and verifying the accounting referred to in sub-paragraph A-6 of this article and of determining whether there is compliance with the undertaking referred to in sub-paragraph F-4 of article XI, with the measures referred to in sub-paragraph A-2 of this article, and with all other conditions of the project prescribed in the agreement between the Agency and the State or States concerned. The inspectors shall report any non-compliance to the Director General who shall thereupon transmit the report to the Board of Governors.

The Board shall call upon the recipient State or States to remedy forthwith any non-compliance which it finds to have occurred. The Board shall report the non-compliance to all members and to the Security Council and General Assembly of the United Nations. In the event of failure of the recipient State or States to take fully corrective action within a reasonable time, the Board may take one or both of the following measures: direct curtailment or suspension of assistance being provided by the Agency or by a member, and call for the return of materials and equipment made available to the recipient member or group of members. The Agency may also, in accordance with article XIX, suspend any non-complying member from the exercise of the privileges and rights of membership.

Article XIII

Reimbursement of members

Unless otherwise agreed upon between the Board of Governors and the member furnishing to the Agency materials, services, equipments, or facilities, the Board shall enter into an agreement with such member providing for reimbursement for the items furnished.

Article XIV

Finance

A. The Board of Governors shall submit to the General Conference the annual budget estimates for the expenses of the Agency. To facilitate the work of the Board in this regard, the Director General shall initially prepare the budget estimates. If the General Conference does not approve the estimates, it shall return them together with its recommendations to the Board. The Board shall submit further estimates to the General Conference for its approval.

B. Expenditures of the Agency shall be classified under the following categories;

1. Administrative expenses: these shall include:

(a) Costs of the staff of the Agency other than the staff employed in connexion with materials, services, equipments, and facilities referred to in sub-paragraph B-2 below; cost of meetings; and expenditures required for the preparation of Agency projects and for the distribution of information;

(b) Costs of implementing the safeguards referred to in article XII in relation to Agency projects or, under sub-paragraph A-5 of article III, in relation to any bilateral or multilateral arrangement, together with the costs of handling and storage of special fissionable material by the Agency other than the storage and handling charges referred to in paragraph E below;

2. Expenses, other than those included in sub-paragraph 1 of this paragraph, in connexion with any materials, facilities, plan, and equipment acquired or established by the Agency in carrying out its authorized functions, and the costs of materials, services, equipment, and facilities provided by it under agreements with one or more members.

C. In fixing the expenditures under sub-paragraph B-1 (b) above, the Board of Governors, shall deduct such amounts as are recoverable under agreements regarding the application of safeguards between the Agency and parties bilateral or multilateral arrangements.

D. The Board of Governors shall apportion the expenses referred to in sub-paragraph B-1 above, among members in accordance with a scale to be fixed by the General Conference. In fixing

the scale the General Conference shall be guided by the principles adopted by United Nations in assessing contributions or Member States to the regular budget of the United Nations.

E. The Board of Governors shall establish periodically a scale of charges, including reasonable uniform storage and handling charges, for materials, services, equipment, and facilities furnished to members by the Agency. The scale shall be designed to produce revenues for the Agency adequate to meet the expenses and costs referred to in sub-paragraph B-2 above, less any voluntary contributions which the Board of Governors may, in accordance with paragraph F, apply for this purpose. The proceeds of such charges shall be placed in a separate fund which shall be used to pay members for any materials, services, equipment, or facilities furnished by them and to meet other expenses referred to in sub-paragraph B-2 above which may be incurred by the Agency itself.

F. Any excess of revenues referred to in paragraph E over the expenses and costs there referred to, and any voluntary contributions to the Agency, shall be placed in a general fund which may be used as the Board of Governors, with the approval of the General Conference, may determine.

G. Subject to rules and limitations approved by the General Conference, the Board of Governors shall have the authority to exercise borrowing powers on behalf of the Agency without, however, imposing on members of the Agency any liability in respect of loans entered into pursuant to this authority, and to accept voluntary contributions made to the Agency.

H. Decisions of the General Conference on financial questions and of the Board of Governors on the amount of the Agency's budget shall require a two-thirds majority of those present and voting.

Article XV

Privileges and immunities

A. The Agency shall enjoy in the territory of each member such legal capacity and such privileges and immunities as are necessary for the exercise of its functions.

B. Delegates of members together with their alternates and advisers, Governors appointed to the Board together with their al-

ternates and advisers, and the Director General and the staff of the Agency shall enjoy such privileges and immunities as are necessary in the independent exercise of their functions in connexion with the Agency.

C. The legal capacity, privileges, and immunities referred to in this article shall be defined in a separate agreement or agreements between the Agency, represented for this purpose by the Director General acting under instructions of the Board of Governors, and the members.

Article XVI

Relationship with other organizations

A. The Board of Governors, with the approval of the General Conference, is authorized to enter into an agreement or agreements establishing an appropriate relationship between the Agency and the United Nations and any other organizations the work of which is related to that of the Agency.

B. The agreement or agreements establishing the relationship of the Agency and the United Nations shall provide for:

1. Submission by the Agency of reports as provided for in sub-paragraphs B-4 and B-5 of article III;

2. Consideration by the Agency of resolutions relating to it adopted by the General Assembly or any of the Councils of the United Nations and the submission of reports, when requested, to the appropriate organ of the United Nations on the action taken by the Agency or by its members in accordance with this Statute as a result of such consideration.

Article XVII

Settlement of disputes

A. Any question or dispute concerning the interpretation or application of this Statute which is not settled by negotiation shall be referred to the International Court of Justice in conformity with the Statute of the Court, unless the parties concerned agree on another mode of settlement.

B. The General Conference and the Board of Governors are separately empowered, subject to authorization from the General Assembly of the United Nations, to request the International Court of Justice to give an advisory opinion on any legal question arising within the scope of the Agency's activities.

Article XVIII

Amendments and withdrawals

A. Amendments to this Statute may be proposed by any member. Certified copies of the text of any amendment proposed shall be prepared by the Director General and communicated by him to all members at least ninety days in advance of its consideration by the General Conference.

B. At the fifth annual session of the General Conference following the coming into force of this Statute, the question of a general review of the provisions of this Statute shall be placed on the agenda of that session. On approval by a majority of the members present and voting, the review will take place at the following General Conference. Thereafter, proposals on the question of a general review of this Statute may be submitted for decision by the General Conference under the same procedure.

C. Amendments shall come into force for all members when:

(i) Approved by the General Conference by a two-thirds majority of those present and voting after consideration of observations submitted by the Board of Governors on each proposed amendment, and

(ii) Accepted by two-thirds of all the members in accordance with their respective constitutional processes. Acceptance by a member shall be effected by the deposit of an instrument of acceptance with the depositary Government referred to in paragraph C of article XXI.

D. At any time after five years from the date when this Statute shall take effect in accordance with paragraph E of article XXI or whenever a member is unwilling to accept an amendment to this Statute, it may withdraw from the Agency by notice in writing to that effect given to the depositary Government referred to in paragraph C of article XXI, which shall promptly inform the Board of Governors and all members.

E. Withdrawal by a member from the Agency shall not affect its contractual obligations entered into pursuant to article XI or its budgetary obligations for the year in withdrawals.

Article XIX

Suspension of privileges

A. A member of the Agency which is in arrears in the payment of its financial contributions to the Agency shall have no vote in the Agency if the amount of its arrears equals or exceeds the amount of the contributions due from it for the preceding two years. The General Conference may, nevertheless, permit such a member to vote if it is satisfied that the failure to pay is due conditions beyond the control of the member.

B. A member which has persistently violated the provisions of this Statute or of any agreement entered into by it pursuant to his Statute may be suspended from the exercise of the privileges and rights of membership by the General Conference acting by a two-thirds majority of the members present and voting upon recommendation by the Board of Governors.

Article XX

Definitions

As used in this Statute:

1. The term "special fissionable material" means plutonium 239; uranium 233; uranium enriched in the isotopes 235 or 233; any material containing one or more of the foregoing; and such other fissionable material as the Board of Governors shall from time to time determine; but the term "special fissionable material" does not include source material.

2. The term "uranium enriched in the isotopes 235 or 233", means uranium containing the isotopes 235 or 233 or both in an amount such that the abundance ratio of the sum of these isotopes to the isotope 238 is greater than the ratio of the isotope 235 to the isotope 238 occurring in nature.

3. The term "source material" means uranium containing the mixture of isotopes occurring in nature; uranium depleted in the isotope 235; thorium; any of the foregoing in the form of metal, alloy, chemical compound, or concentrate; any other material containing one or more of the foregoing in such concentration as the Board of Governors shall from time to time determine: and such other material as the Board of Governors shall from time to time determine.

Article XXI

Signature, acceptance, and entry into force

A. This Statute shall be open for signature on 26 October 1956 by all States Members of the United Nations or of any of the specialized agencies and shall remain open for signature by those States for a period of ninety days.

B. The signatory States shall become parties to this Statute by deposit of an instrument of ratification.

C. Instruments of ratification by signatory States and instruments of acceptance by States whose membership has been approved under paragraph B of article IV of this Statute shall be deposited with the Government of the United States of America, hereby designated as depositary Government.

D. Ratification or acceptance of this Statute shall be effected by States in accordance with their respective constitutional processes.

E. This Statute, apart from the Annex, shall come into force when eighteen States have deposited instruments of ratification in accordance with paragraph B of this article, provided that such eighteen States shall include at least three of the following States: Canada, France, the Union of Soviet Socialist Republics, the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, and the United States of America. Instruments of ratification and instruments of acceptance deposited thereafter shall take effect on the date of their receipt.

F. The depositary Government shall promptly inform all States signatory to this Statute of the date of each deposit of ratification and the date of entry into force of the Statute. The depo-

sitary Government shall promptly inform all signatories and members of the dates on which States subsequently become parties thereto.

G. The Annex to this Statute shall come into force on the first day this Statute is open for signature.

Article XXII

Registration with the United Nations

A. This Statute shall be registered by the depositary Government pursuant to Article 102 of the Charter of the United Nations.

B. Agreements between the Agency and any member or members, agreements between the Agency and any other organization of organizations, and agreements between members subject to approval of the Agency, shall be registered with the Agency. Such agreements shall be registered by the Agency with the United Nations if registration is required under Article 102 of the Charter of the United Nations.

Article XXIII

Authentic texts and certified copies

This Statute, done in the Chinese, English, French, Russian and Spanish languages, each being equally authentic, shall be deposited in the archives of the depositary Government. Duly certified copies of this Statute shall be transmitted by the depositary Government to the Governments of the Governments of States admitted to membership under paragraph B of article IV.

In witness whereof the undersigned, duly authorized, have signed this Statute.

Done at the Headquarters of the United Nations, this twenty-sixth day of October, one thousand nine hundred and fifty-six.

ANNEX I

Preparatory commission

A. A Preparatory Commission shall come into existence on the first day this Statute is open for signature. It shall be composed of one representative each of Australia, Belgium, Brazil, Ca-

nada, Czechoslovakia, France, India, Portugal, Union of South Africa, Union of Soviet Socialist Republics, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, and United States of America, and one representative each of six other States to be chosen by the International Conference on the Statute of the International Atomic Energy Agency. The Preparatory Commission shall remain in existence until this Statute comes into force and thereafter until the General Conference has convened and a Board of Governors has been selected in accordance with article VI.

B. The expenses of the Preparatory Commission may be met by a loan provided by the United Nations and for this purpose the Preparatory Commission shall make the necessary arrangements with the appropriate authorities of the United Nations, including arrangements for repayment of the loan by the Agency. Should these funds be insufficient, the Preparatory Commission may accept advances from Governments.

Such advances may be set off against the contributions of the governments concerned to the Agency.

C. The Preparatory Commission shall:

1. Elect its own officers, adopt its own rules of procedure, meet as often as necessary, determine its own place of meeting and establish such committees as it deems necessary;

2. Appoint an executive secretary and staff as shall be necessary, who shall exercise such powers and perform such duties as the Commission may determine;

3. Make arrangements for the first session of the General Conference, including the preparation of a provisional agenda and draft rules of procedure, such session to be held as soon as possible after the entry into force of this Statute;

4. Make designations for membership on the first Board of Governors in accordance with sub-paragraphs A-1 and A-2 and paragraph B of article VI;

5. Make studies, reports, and recommendations for the first session of the General Conference and for the first meeting of the Board of Governors on subjects of concern to the Agency requiring immediate attention, including (a) the financing of the Agency; (b) the programmes and budget for the first year of the Agency;

(c) technical problems relevant to advance planning of Agency operation; (d) the establishment of a permanent Agency staff; and (e) the location of the permanent headquarters of the Agency;

6. Make recommendations for the first meeting of the Board of Governors concerning the provisions of a headquarters agreement defining the status of the Agency and the rights and obligations which will exist in the relationship between the Agency and the host Government;

7. (a) Enter into negotiations with the United Nations with a view to the preparation of a draft agreement in accordance with article XVI of this Statute such draft agreement to be submitted to the first session of the General Conference and to the first meeting of the Board of Governors; and (b) make recommendations to the first session of the General Conference and to the first meeting of the Board of Governors concerning the relationship of the Agency to other international organizations as contemplated in article XVI of this Statute.

DECRETO N.º 42.155 — DE 27 DE AGOSTO DE 1957

Promulga o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, assinado, na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 29 de outubro de 1956.

O Presidente da República:

Havendo o Congresso Nacional aprovado, pelo Decreto Legislativo número 24, de 24 de julho de 1957, o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, assinado na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 29 de outubro de 1956; e havendo sido ratificado, pelo Brasil, por Carta de 25 de julho de 1957; e tendo sido depositado, a 29 de julho de 1957, junto ao Governo dos Estados Unidos da América, em Washington, o Instrumento brasileiro de ratificação do referido Estatuto:

Decreta que o mencionado Estatuto, apenso por cópia ao presente Decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nêle se contém.

Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1957, 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Carlos de Macedo Soares

O Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica acha-se publicado, neste volume, a seguir ao Dec.-lei n.º 24, de 1957, que o aprovou.

DECRETO N.º 42.333 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1957

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para o fim que especifica

O Presidente da República, usando da autorização contida no Art. 1.º da Lei número 3.129, de 19 de julho do corrente ano, e tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do Art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) destinado a atender às despesas com a aquisição de materiais atômicos;

Art. 2.º — O crédito especial, a que se refere este decreto, será colocado, no Banco do Brasil S.A., à disposição do Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, criada pelo Decreto número 40.110, de 10 de outubro de 1956, a fim de ser utilizado na aquisição de materiais atômicos, de acordo com as normas e instruções que foram aprovadas pelo Presidente da República.

Art. 3.º — O Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear prestará contas ao Tribunal de Contas da União da aplicação dada ao crédito especial consignado no Art. 1.º precedente.

Art. 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1957, 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.332 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 158.000.000,00, para atender às despesas com a instalação e funcionamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 158.000.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a instalação e funcionamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear, criada pelo Decreto número 40.110, de 10 de outubro de 1956.

Art. 2.º — O crédito especial, a que se refere o Art. 1.º, será colocado no Banco do Brasil S.A. à disposição do Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, que o aplicará de acôrdo com o programa de trabalhos aprovado pelo Presidente da República.

Art. 3.º — O Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear prestará contas ao Tribunal de Contas da União, na forma da legislação em vigor, das despesas efetuadas à conta do crédito especial autorizado pela presente lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1957, 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
José Maria Alkmim

DECRETO N.º 43.026 — DE 9 DE JANEIRO DE 1958

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 158.000.000,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida no Art. 1.º da Lei número 3.332, de 5 de dezembro do corrente ano, e tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do Art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º — E' aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 158.000.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a instalação e funcionamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear, criada pelo Decreto número 40.110, de 10 de outubro de 1956.

Art. 2.º — O crédito a que se refere o artigo precedente será colocado, no Banco do Brasil S.A., à disposição do Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, que o aplicará de acôrdo com o programa de trabalhos aprovado pelo Presidente da República.

Art. 3.º — O Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear prestará contas ao Tribunal de Contas da União, na forma da legislação em vigor, das despesas efetuadas à conta do crédito especial aberto pelo presente decreto.

Art. 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1958, 137.º da Independência e 70.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim

Í N D I C E

Págs.

CONSTITUIÇÕES FEDERAIS

Constituição de 24 de fevereiro de 1891	7
(Arts. 34, 64 e 72)	
Constituição de 1891, com emendas de 1926	8
(Art. 72)	
Constituição de 16 de julho de 1934	9
(Arts. 118 e 119)	
Constituição de 10 de novembro de 1937	10
(Arts. 143 e 144)	
Constituição de 18 de setembro de 1946	11
(Arts. 5, 6, 15, 152, 153 e art. 21 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)	

LEIS, DECRETOS-LEIS, DECRETOS, DECRETOS-LEGISLATIVOS E PORTARIAS

Decreto n.º 24.642, de 10 de julho de 1934	
Decreta o Código de Minas	15
Decreto n.º 24.673, de 11 de julho de 1934	
Cria as taxas a que se referem os Códigos de Águas e de Minas	44
Decreto-Lei n.º 66, de 14 de dezembro de 1937	
Declara em vigor, com modificações resultantes dos preceitos constitucionais, o Código de Minas e outros decretos que especifica, e expede bases para confirmar a execução desses decretos à Constituição	46
Decreto-Lei n.º 938, de 8 de dezembro de 1938	
Sujeita à autorização do Governo o funcionamento das sociedades constituídas para fins de mineração ou de aproveitamento industrial das águas e da energia hidráulica, e dá outras providências	47
Decreto-Lei n.º 1.594, de 13 de setembro de 1939	
Modifica o n.º IV do art. 2.º do Decreto-lei n.º 66, de 14 de dezembro de 1937	48
Decreto-Lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940	
Decreta o Código de Minas	50

Decreto-Lei n.º 2.020, de 14 de fevereiro de 1940	
Mantém as taxas criadas pelo art. 1.º do Decreto n.º 24.673, de 11 de julho de 1934	78
Decreto-lei n.º 3.553, de 25 de agosto de 1941	
Dá nova redação ao art. 76 do Código de Minas	79
Decreto-Lei n.º 5.201, de 18 de janeiro de 1943	
Define a transitoriedade da suspensão da lavra das minas, prevista no § 4.º do art. 143 da Constituição	81
Decreto-lei n.º 5.555, de 8 de junho de 1943	
Equipara as empresas de mineração de fosfatos naturais às de que trata o Decreto-lei n.º 3.553, de 25 de agosto de 1941, que dá nova redação ao art. 76 do Código de Minas	83
Decreto-Lei n.º 6.030, de 24 de novembro de 1943	
Equipara as empresas de mineração de magnesita às de que trata o Decreto-lei n.º 3.553, de 25 de agosto de 1941, que dá nova redação ao art. 76 do Código de Minas	84
Decreto-Lei n.º 6.230, de 29 de janeiro de 1944	
Dispõe sobre a formação do capital de empresas de mineração e dá outras providências	85
Decreto-Lei n.º 9.450, de 12 de julho de 1946	
Dispõe sobre o imposto de produção das jazidas e minas nos Territórios Federais	86
Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951	
Cria o Conselho Nacional de Pesquisa e dá outras providências	87
Decreto n.º 29.433, de 4 de abril de 1951	
Aprova o Regulamento do Conselho Nacional de Pesquisas ..	98
Texto do Regulamento	99
Decreto n.º 30.230, de 1.º de dezembro de 1951	
Aprova Regulamento para pesquisa e lavra de minerais de interesse para a produção de energia atômica	118
Texto do Regulamento	118
Decreto n.º 30.583 de 21 de fevereiro de 1952	
Cria a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos e dá outras providências	125
Portaria de 10 de junho de 1952, do Ministério das Relações Exteriores, aprovando o Regimento Interno da Comissão de Exportações de Materiais Estratégicos	127
Resoluções n.º 49, 1956, da Câmara dos Deputados	
Cria uma Comissão Parlamentar de Inquérito para proceder a investigações sobre o problema da energia atômica no Brasil	133
Decreto n.º 39.872, de 31 de agosto de 1956	
Cria o Instituto de Energia Atômica e dá outras providências	135

Decreto n.º 40.110, de 10 de outubro de 1956	
Cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências	137
Lei n.º 3.219, de 19 de julho de 1957	
Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 para aquisição de materiais atômicos	139
Decreto-Legislativo n.º 24, de 1957	
Aprova o Estatuto da Agência Internacional da Energia Atômica	140
Decreto n.º 42.155, de 27 de agosto de 1957	
Promulga o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, assinado, na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 29 de outubro de 1956	190
Decreto n.º 42.333, de 25 de setembro de 1957	
Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para o fim que especifica	191
Lei n.º 3.332, de 5 de dezembro de 1957	
Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 158.000.000,00 para atender às despesas com a instalação e funcionamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear	192
Decreto n.º 43.026, de 9 de janeiro de 1958	
Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 158.000.000,00, para o fim que especifica	193

COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DO SERVIÇO
GRÁFICO DO I.B.G.E., EM
LUCAS, D.F., BRASIL



